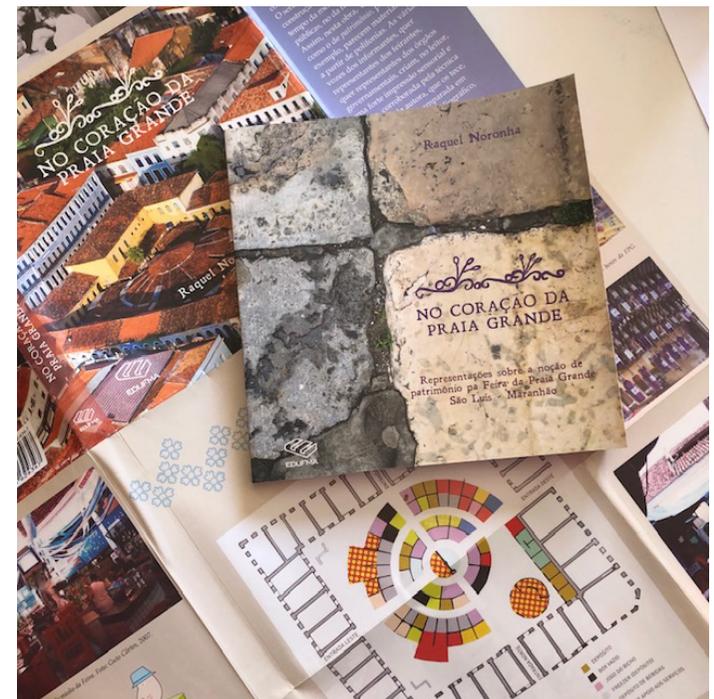
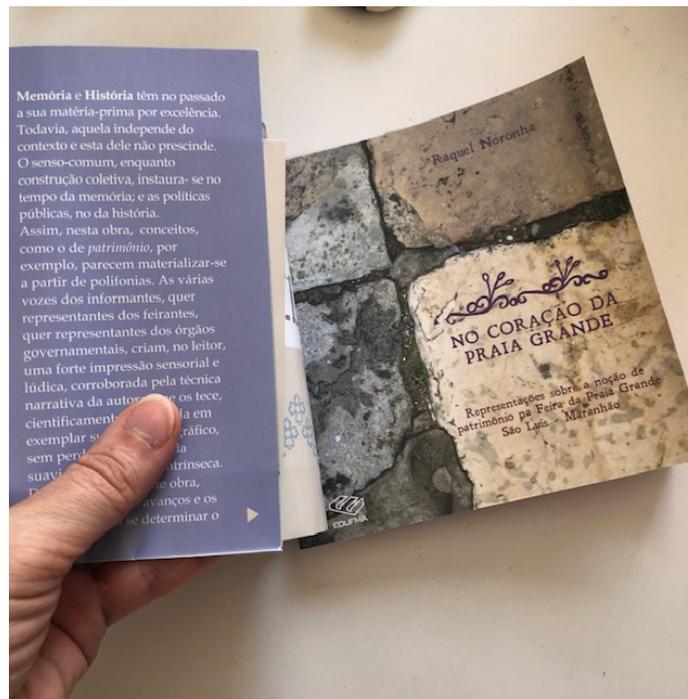
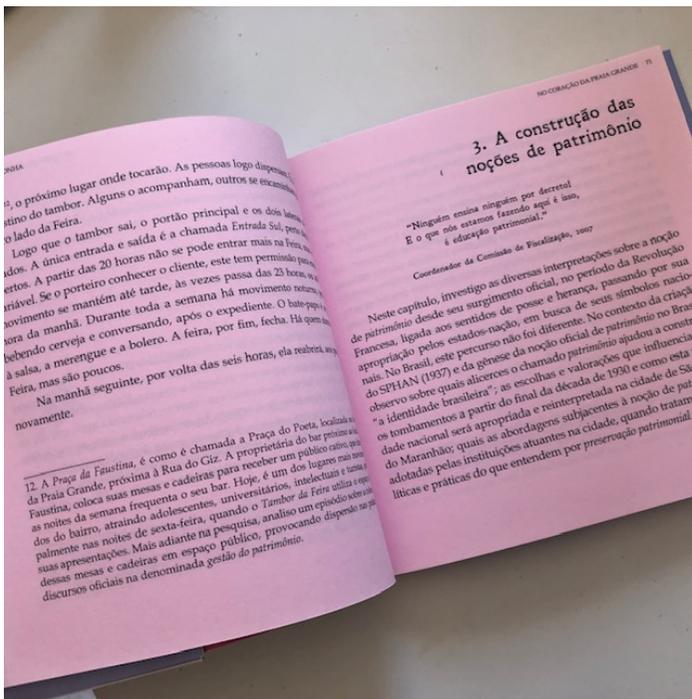




Livro formato 15x15cm
Com jaqueta em cores



2. A construção do espaço da Feira da Praia Grande



Figura 1 - Cartografia Portuguesa. João Teixeira Albernaz, 1615. Acervo IPHAN.

Figura 2 - Panorama do Cais da Sagração e do Trapiche, Spala Editora, 1908.



Figura 7 e 8 - Imagem da FPG, antes da reforma de 1981. Fotos cedidas por Luiz Pheipe Andrés.



Figura 9 e 10 - Imagem da Praia Grande, com o tráfego de automóveis na década de 70, antes do PPG. Rua do Giz e Largo do Comércio. Fotos cedidas por Luiz Pheipe Andrés.



Figura 4 - Imagem da área do jardim interno da Casa das Tulhas, Spala Editora, 1908.



Figura 5 - Ilustração do jardim interno, do Memorial do PPG, 1980.

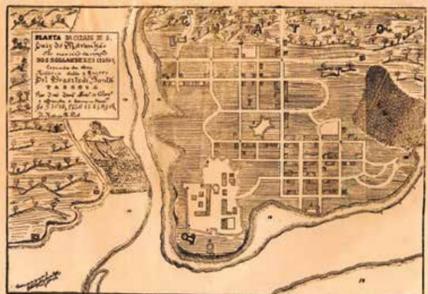


Figura 3 - Área ocupada pelo Forte São Luís e início do traçado urbano, 1641. Acervo do IPHAN.



Figura 6 - Imagem do Largo do Comércio, com a entrada principal da Casa das Tulhas à direita, 1904.

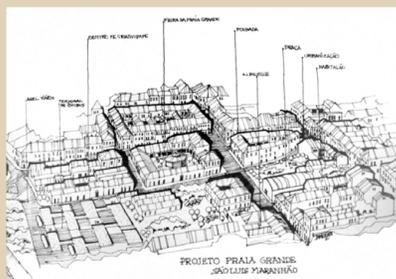


Figura 11 - Ilustração contida no projeto político de preservação patrimonial na Praia Grande. Memorial do Projeto Praia Grande, biblioteca do DPHAP, 1980.

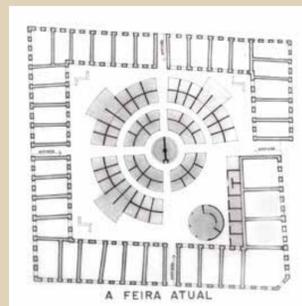


Figura 13 e 14 - Plantas da obra da Feira da Praia Grande. Memorial do Projeto Praia Grande, biblioteca do DPHAP, 1980.



Figura 12 - O Secretário de Planejamento do Estado falando aos feirantes em reunião no antigo restaurante do Basílio, na Feira da Praia Grande. Fonte: Arquivo SPD.

que é preservação patrimonial, em face dos interesses coletivos, dos feirantes e dos representantes dos órgãos governamentais que ora se opõem ora se reforçam.

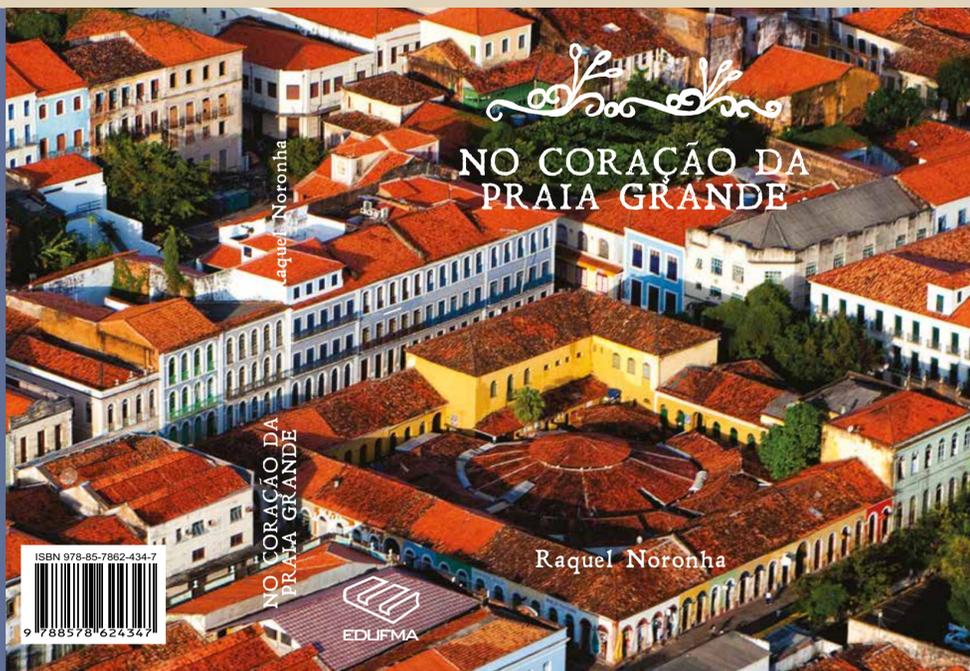
Profa. Dra. Flávia Moura
Departamento de Comunicação - UFMA



Foto: Allyson Perez

Raquel Noronha é graduada em Design, mestre e doutora em Ciências Sociais. É professora adjunta do Departamento de Desenho e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, onde coordena o NIDA - Núcleo de Pesquisas em Imagem, Design e Antropologia. Dentre os projetos desenvolvidos destaca-se o *Iconografias do Maranhão*, em suas seis etapas desde 2009. raquelnoronha79@gmail.com

Esta obra traz os discursos e práticas de cada agente social que atua na Feira da Praia Grande para construí-la, simbólica e materialmente, a partir de suas estratégias de permanência em suas posições sociais. O significado que o patrimônio tem para cada um revela sua forma de se relacionar com o espaço e nele se estabelecer. De um lado, os feirantes buscam, com o seu trabalho na Feira, as condições de sobrevivência; e a metáfora do coração aponta para essa ligação entre a Feira e o feirante, uma relação vital. De outro, os gestores buscam, por meio da ideia de preservação, uma fonte de geração de renda para a cidade, a sua legitimação política em suas instituições, os seus interesses e as suas disputas pessoais. Ambos acionam os aspectos simbólicos das múltiplas noções atribuídas ao patrimônio e, consequentemente, do lugar e fazem, da Feira da Praia Grande, o território do patrimônio em São Luís - Maranhão.



Memória e História têm no passado a sua matéria-prima por excelência. Todavia, aquela independente do contexto e esta dele não prescindem. O senso-comum, enquanto construção coletiva, instaura-se no tempo da memória; e as políticas públicas, no da história. Assim, nesta obra, conceitos, como o de patrimônio, por exemplo, parecem materializar-se a partir de polifonias. As várias vozes dos informantes, quer representantes dos feirantes, quer representantes dos órgãos governamentais, criam, no leitor, uma forte impressão sensorial e lúdica, corroborada pela técnica narrativa da autora, que os tece, cientificamente, amparada em exemplar suporte bibliográfico, sem perda da leveza e da suavidade que lhes é intrínseca. Da leitura da presente obra, ficam expostos os avanços e os retrocessos em se determinar o



Figura 15 - Detalhe da entrada principal da FPG: arco em serralheria, com as iniciais CM (Confiança Maranhense) e o ano de inauguração da Casa das Tulhas.

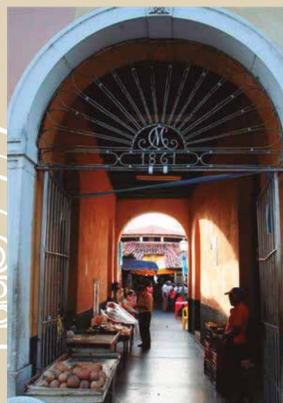


Figura 16 - Entrada principal, com bancas de ervas e frutas ao longo do corredor. Foto: Guto Côrtes, 2007.



Figura 18 - O chamado miolo da Feira. Foto: Guto Côrtes, 2007.



Figura 17 - Planta de localização da Feira da Praia Grande e antiga Casa das Tulhas. Memorial do Projeto Praia Grande, biblioteca do DPHAP, 1980.

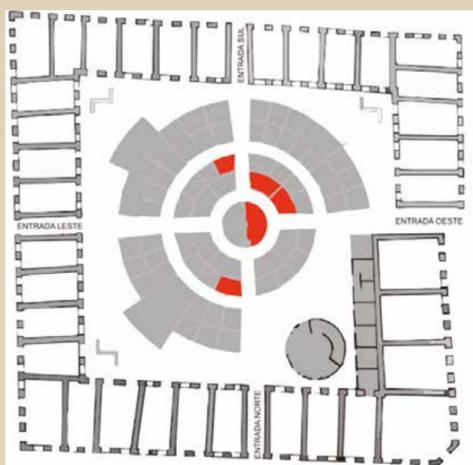
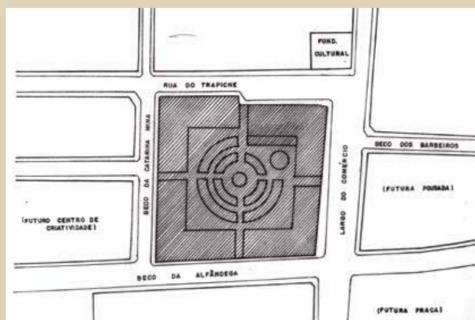


Figura 19 - Boxes dos informantes localizados no fluxo principal da FPG, 2007.

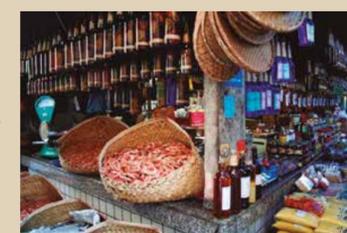


Figura 21 e 22 - Os produtos posicionados nos boxes da FPG. Fotos: Guto Côrtes

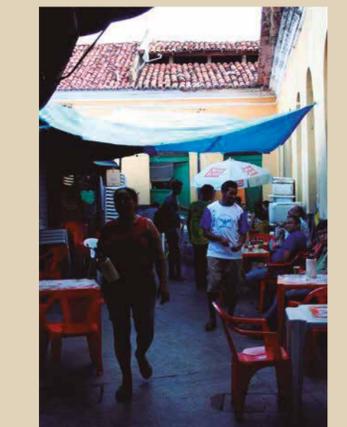


Figura 23 - Visão do quadrante da FPG ocupado pelos bares, com o toldo improvisado de lona azul. Foto: Guto Côrtes.

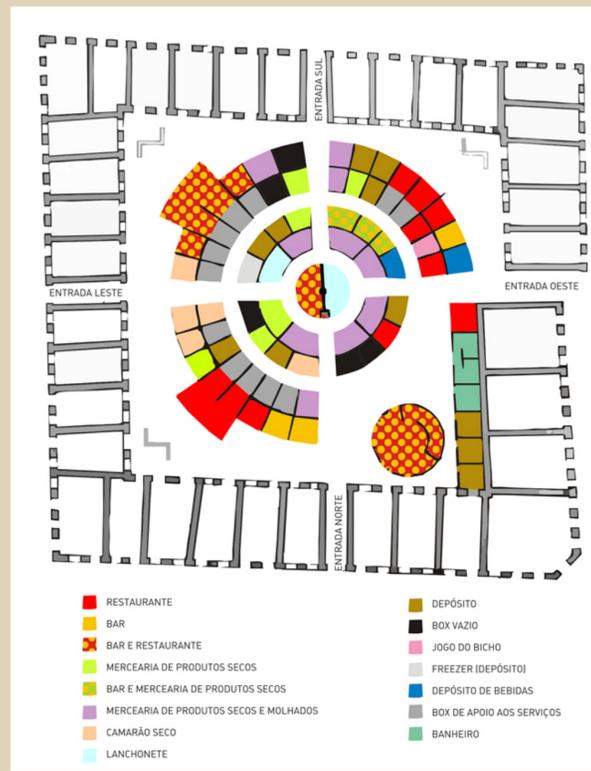


Figura 20 - Mapa de ocupação atual da Feira da Praia Grande, em setembro de 2007.

data	infraestrutura	fiscalização	mobilidade	limpeza	preservação	segurança	gestão	turismo	dia do patrimônio	projetos
17.01.07	Feira da Praia Grande.	Poluição sonora e visual.		Feira da Praia Grande.			Funcionamento no fim de semana.	Bigodé Café turismo sexual?		
08.11.06							Avaliação dos projetos de FUMPH. Indicação do tumbor de criação como Patrimônio Imaterial.			Propostas para prog. do Dia do Patrimônio.
18.10.06	Poda de vegetação nos telhados. Vistoria de hidrantes: C. Bombeiros. Parcerias institucionais para manutenção de praças. Apoio para realização da feirinha do Desterro.	Fiscalização de veículos em locais proibidos. Colagem de cartazes em lugares irregulares, na Feira. Resultado da solicitação de medição sonora nos bares.					Solicitação para apres. do PD de iluminação pública. Info de queda de movimento pela Ass. dos bares e restaurantes.			
11.10.06	Feira da Praia Grande.				Reavaliação dos canhões da P. da Memória.	Feira da Praia Grande.	Relatório parcial do PD – solicitação de sugestões. Criação de sub-comissões. Divulgação das ações no Desterro.	Alimça Franca na Praia Grande.		
27.09.06	Feira da Praia Grande: iluminação precária.		Feira da Praia Grande: padronização de toldos.	Feira da Praia Grande.	Concertos da CAEMA desestruturizam o calçamento da PG.	Feira da Praia Grande.	Esclarecimentos sobre a criação das sub-comissões.			
13.09.06		Hippies na PG.			Funcionamento de casas norrucas: modificação dos imóveis. Uso indevido de arbores nas fachadas. Pátios irregulares em todo o centro.	Hippies na PG: uso de armas e drogas. Turistas não frequentam o centro por falta de segurança.	Indicação de representantes para a comissão do PD. Sugestão de criação de comissões de fiscalização e segurança.			Encerramento do curso de beneficiamento e conservação do pescado. Divulgação de cursos e palestras oferecidos pela oficina-escola.
30.08.06	Retirada da vegetação da Beira-mar. Pintura das casarões de Pedro II: busca de patrocínio.	Solicitação de medição sonora nos bares.				Orelhão de eventos na Litorânea por motivo de segurança: muitas mortes, uso de drogas e bebidas por menores.	Discussão sobre o PD.			Divulgação do projeto de trilhas ecológicas do Maracanã.
23.08.06	Pintura das casarões de Pedro II: busca de patrocínio. Auxílio para compra de material de limpeza para encontro do APROGMA.	Poluição sonora nos bares.					Divulgação do Fórum EcoSol.	Palestras oferecidas pelo IPHAN no curso de turismo do SEBRAE.		Projeto Inupme histórico da oficina-escola: apresentação. Preocupação com evasão escolar dos guardadores de carro: projeto de educação.
16.08.06	Intensificar ações de captura de cães e gatos de rua: transtornos e turistas.		Necessidade de mais lixeiras.	Sujeira e falta de saneamento nas residências do centro					Início da geração de ideias. Presença de um representante da França.	Restauração do prédio do Imparcial pelos alunos da oficina-escola. Criação de proj. de educação patrimonial e limpeza urbana, pela falta de limpeza no centro.
09.08.06	Buracos na Rua Grande causados por tráfego indevido.	Infringência de trânsito na Rua Grande – carga e descarga.		Limpeza do Sítio do Físico.	Reavaliação da Rua Grande Recuperação de calçadas da PG	Hippies e prostitutas são estentado no pudor, uso de drogas.	Necessidade de atrair novos parceiros: CDI, ACM.	Sugestão de atrações e atividades.		Criação de projetos sociais para adolescentes que se prostituem e vendem drogas.
24.07.06	IPHAN apresenta técnica para erradicação de vegetação no centro histórico.			Limpeza para o Sítio do Físico. Sujeira na cidade durante período eleitoral.	Reforma não permitida para o Sítio do Físico. Reforço policial para os vãos charter que chegaram no mês.	Retirada de hippies da área do Mercado. Retirada de hippies do convento das Mercês.	Ideia de incentivo para instituições que "doitem" um lugar, por exemplo uma praça.			
21.07.06	Inexistência de banheiros públicos na área da PG. Solicitação retirada de cães e gatos			Limpeza de praças	Reforma do Forte não permitida por falta de projeto. Obras interrompidas no Convento: Encontradas ruínas que precisam ser escavadas antes da reforma.					TT solicita que alunos de faculdades de turismo sejam envolvidos em projetos de educação patrimonial.
17.07.06	Grelhas da Feira foram levadas pelas chuvas, e houve inundação. Foram dadas soluções para conserto de calçadas e escadarias da PG.					Obras fora da norma na muralha do Forte.				
22.05.06	Poda das árvores. Buracos nas ruas e escadarias. Reativação de banheiros públicos. Possibilidade de desmoronamento por rachadura no Cais da PG. Orientação de proprietários para pintura dos imóveis						Reestruturação do núcleo gestor: sugestões e parcerias.			
17.04.06	Retirada da vegetação da Praça Neuro Machado para a reforma dos banheiros. Retirada das pedras de cantaria empilhadas na praça Deodoro.			Conscientização dos parceiros para limpeza do prédio da Humberto de Campos						Informações gerais sobre o Oficina-escola.
20.03.06	Retirada da pintura da Ol na Pça. João Lisboa.	Medição sonora na área da Praia Grande.		Colocação de lixeiras no Centro						
13.02.06	Pintura das bancas pela Ol – cor errada – IPHAN manda repintar... SEMTURB diz que não autorizou.			Secretaria de turismo disponibiliza lixeiras, mas iphan não aceita porque estão fora de padrão.						
23.01.06	Erradicação química de plantas nos prédios. Convênio com o IBAMA.	Som alto nos bares.	Lixeiras da Praia Grande. Padronização do equip. urbano.	Falta de limpeza na Feira da Praia Grande.			Incentivar eventos culturais, para movimentar a Praia Grande.			Oficina Escola de Restaura: onde será?
27.12.05	Boates promovem desordem. Colocação de tendas na rua, por conta das chuvas.	Poluição sonora. Terciarização do estacionamento. Falta de alvarás.								

4. O patrimônio como estratégia

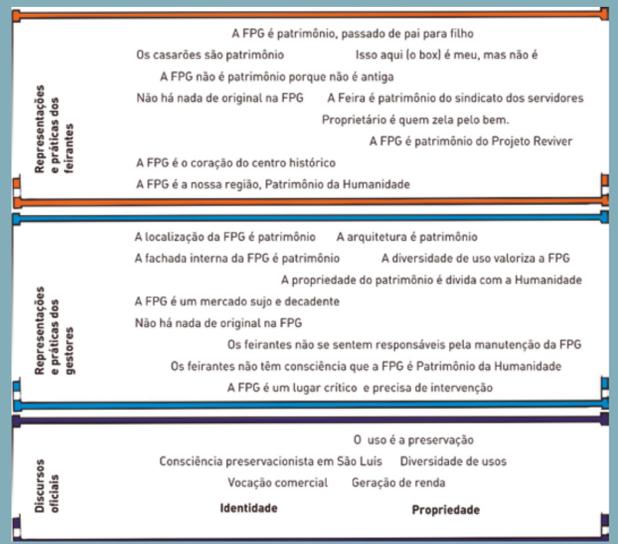
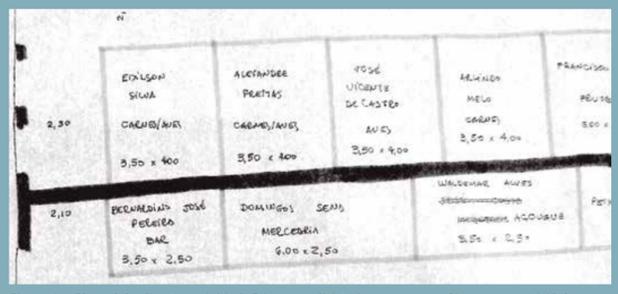


Figura 36 - Mapa de representações dos agentes sociais sobre a FPG e a noção de Patrimônio, e eixos de abordagem oficial.



Figuras 37 - Planta de localização provisória da Feira, com a divisão do espaço entre os feirantes e suas atividades.



Figura 38 - Manuscrito do coordenador do PPG, com anotações sobre os objetivos da Convenção do Patrimônio. Memória do PPG, Biblioteca do DPHAP, 1977.



Figuras 24 a 35
Fotos e legendas do relatório do NG intitulado Laudo da visita técnica da Comissão de Fiscalização, com o parecer sobre as condições da Feira da Praia Grande. As fotos são do dia da ação de fiscalização (25/04/05) e o relatório com as conclusões foi divulgado em 25/07/07.

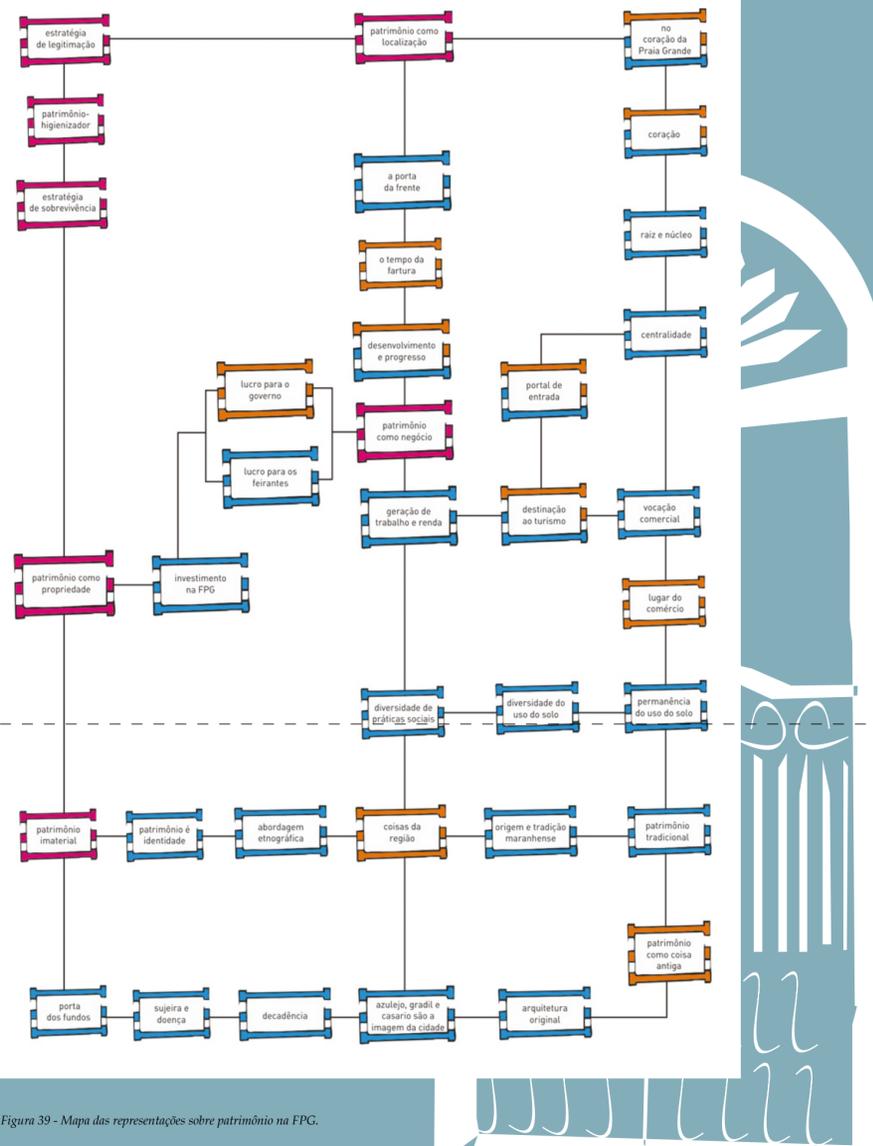
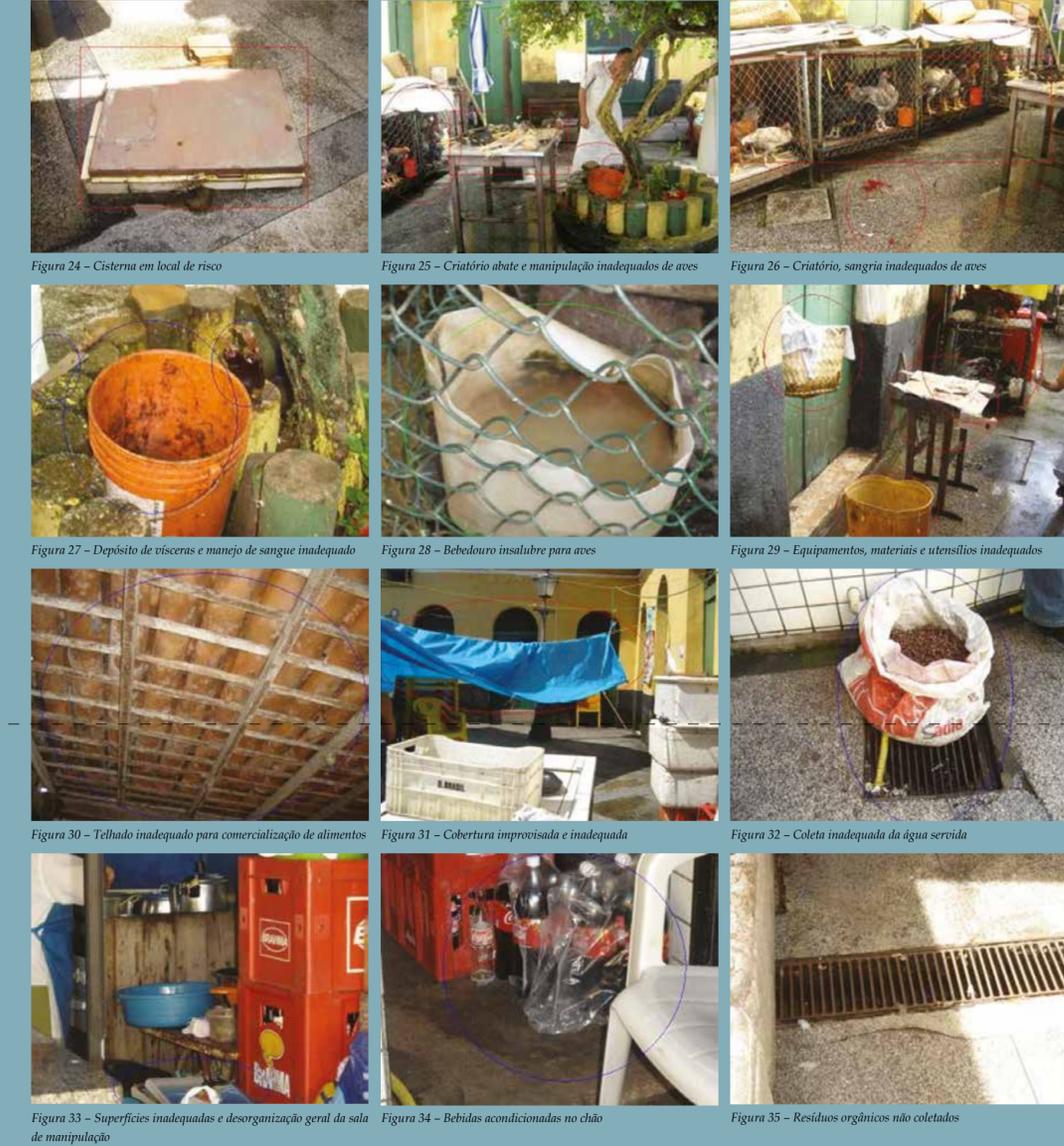


Figura 39 - Mapa das representações sobre patrimônio na FPG.



NO CORAÇÃO DA PRAIA GRANDE

Representações sobre a noção de patrimônio
na Feira da Praia Grande - São Luís - Maranhão

Raquel Noronha



EDUFMA

São Luís

2015

Copyright© 2015 by EDUFMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Prof. Dr. Natalino Salgado Filho - Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Prof. Dr. Sanatiel de Jesus - Presidente

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Ricardo Zimbão Affonso de Paula, Prof. Dr. Osvaldo Ronaldo Saavedra Mendez
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa, Profa. Dra. Arlene de Jesus Mendes Caldas,
Profa. Dra. Mariléia Santos Cruz da Silva, Bibliotecária Gilvane Carvalho Ferreira,
Profa. Dra. Mônica Teresa Costa Sousa

FAPEMA

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
Prof. Dr. Alex Oliveira - Diretor-presidente
Edital nº36/2013 APUB

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Noronha, Raquel Gomes

No coração da Praia Grande: representações sobre a noção de *patrimônio* na Feira da Praia Grande – São Luís – Maranhão/Raquel Gomes Noronha. – São Luís: EdUFMA, 2015.

220p.: 38il.

ISBN: 978-85-7862-434-7

1. Patrimônio – Feira da Praia Grande 2. Turismo 3. Representações 4. Núcleo Gestor do Centro Histórico

CDD 981.21

CDU 981.21

**“Essa Praia Grande tá sendo muito valorizada.
E nada pode ser feito aqui, se não considerarem essa feira.
Ela é o coração da Praia Grande... Onde tudo começou.”**

Feirante da Praia Grande, São Luís, 2007.





À Emília.



Este livro é resultado de minha dissertação de mestrado, homônima, defendida em 18 de janeiro de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Agradeço a todos os docentes que fizeram parte da minha caminhada no mestrado, em especial à minha orientadora, Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade, por toda sua dedicação durante a pesquisa, e também ao Prof. Dr. Benedito Souza Filho, por toda sua contribuição ao longo do processo.

LISTA DE SIGLAS

AP-PPG – Articulador político do PPG

AT-FUMPH – Assessora técnica da FUMPH

AT-IPHAN – Assessor técnico do IPHAN

AT-SEMTHURB – Assessor técnico da SEMTHURB

AT-VISA – Assessor técnico da VISA

CAIXA – Caixa Econômica Federal

C-FISCALIZAÇÃO – Coordenador da comissão de fiscalização do NG

C-FUMPH – Coordenador da FUMPH

CG-PPG – Coordenador geral do PPG

CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia

DPHAP – Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão

FPG – Feira da Praia Grande

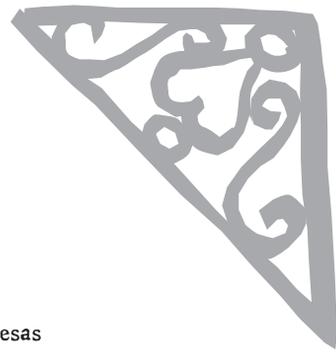
FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Histórico

FUMC – Fundação Municipal de Cultura

IMPUR – Instituto Municipal da Paisagem Urbana

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPC – Instituto de Pesquisa e Planificação da Capital



IPR – Instituto de Produção e Renda

NG – Núcleo Gestor do Centro Histórico

PPG – Projeto Praia Grande

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMESA – Secretaria Municipal Extraordinária de Segurança Alimentar

SEMSUR – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SEMTHURB – Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana

SEMTUR – Secretaria Municipal de Transportes Urbanos

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SR-IPHAN – Superintendente regional do IPHAN

UEMA – Universidade do Estado do Maranhão

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

VISA – Vigilância Sanitária



SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
Maurício Barros de Castro	
1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Motivações para a pesquisa	14
1.2 Os momentos, os agentes e suas posições no espaço social da Feira da Praia Grande	22
2. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DA FEIRA DA PRAIA GRANDE	24
2.1 A ocupação do espaço e a atividade comercial na Praia Grande	25
2.2 A Feira da Praia Grande, um passeio por seu cotidiano	38

3. A CONSTRUÇÃO DAS NOÇÕES DE PATRIMÔNIO	54
3.1 Origens da noção de patrimônio: propriedade, posse e tombamento	55
3.2 Identidade local: decadência, tradição e preservação	64
3.3 A atuação municipal na gestão do patrimônio	77
3.4 Patrimônio na prática: a gestão compartilhada e a dispersão dos discursos	82
4. O PATRIMÔNIO COMO ESTRATÉGIA	106
4.1 O lugar do poder: no coração da Praia Grande	109
4.2 O lugar dos investimentos: turismo, manutenção e geração de renda	116
4.3 A educação patrimonial e a recepção do discurso institucional	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
Identidade e interpretação: a desconstrução do patrimônio	
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

Prefácio

A possibilidade de adentrar a Feira da Praia Grande, mais conhecida como o “coração” do centro histórico de São Luís, capital do Maranhão, e entender as diversas representações sobre a noção de patrimônio no lugar, é o que nos oferece Raquel Noronha neste precioso livro. Preocupada com as relações de poder e as formas de resistência que cercam a antiga “Casa das Tulhas”, a autora nos leva ao cotidiano da feira – corredores, boxes, mercadorias, trabalhadores e visitantes – propiciando um passeio que nos coloca quase como leitores-turistas, que acompanham também os embates dos feirantes com as políticas patrimoniais.

Raquel Noronha nasceu e foi criada na cidade do Rio de Janeiro, mas diferente dos turistas que visitam a Feira da Praia Grande, ela escolheu São Luís como lugar para viver, desde 2003, quando começou também a se dedicar à pesquisa que resultaria neste livro. Uma dedicação que se torna visível na forma como a trama das representações do patrimônio é apresentada ao leitor, que se percebe diante de uma farta pesquisa documental e de um amplo trabalho de campo, norteados, ao mesmo tempo, pelo rigor acadêmico e uma análise sensível das informações.

O encanto que move os turistas para São Luís, uma das poucas cidades do Brasil que possui o título de Patrimônio da Humanidade, também atraiu

a pesquisadora. O tesouro arquitetônico do seu centro histórico, que tem como principal referência os azulejos que ornamentam os casarões e sobrados coloniais, motivou a titulação concedida pela UNESCO.

Praia Grande é o bairro onde se concentra o centro histórico de São Luís. Voltado para o Oceano Atlântico, possui uma extensão litorânea de oito quilômetros. Foi onde a cidade nasceu, marcada pela efervescência da zona portuária, que teve seu apogeu com a exportação de algodão, em meados do século XVIII.

O prédio da Feira da Praia Grande, onde ficava a Casa das Tulhas, ocupa todo o quarteirão central do bairro. A centralidade da feira, como bem aponta a autora, é fundamental para se entender as diversas representações do lugar como patrimônio histórico. Por isso, é uma constante a utilização da metáfora que a coloca como o “coração” da Praia Grande.

A partir de uma perspectiva diacrônica, Raquel Noronha perpassa os caminhos que levaram à formação de São Luís e à apropriação feita da Praia Grande como zona propícia ao comércio. Da antiga Casa das Tulhas até a atual Feira da Praia Grande, ela esmiúça as transformações sofridas no lugar ao longo do tempo, sempre em diálogo com os processos históricos que estabeleceram as políticas de patrimônio no Brasil.

Além disso, há um importante trabalho etnográfico realizado pela autora. Durante dez meses ela acompanhou não apenas o cotidiano da Feira da Praia Grande, mas também as reuniões do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís (NG). Como descreveu, trata-se de uma “instituição formada por órgãos do governo estadual, instituições privadas e representantes da socie-

dade civil, o lugar da expressão dos discursos e das práticas oficiais, palco da manifestação dos posicionamentos das instituições que o compõem”. Além disso, o NG é responsável por cumprir uma difícil missão: estabelecer uma política de gestão compartilhada do patrimônio histórico de São Luís. As dificuldades na implementação dessa política são analisadas no livro.

A autora também entrevistou feirantes mais antigos, cujos relatos mostram a complexidade das representações da Feira da Praia Grande como patrimônio histórico. O capital simbólico da noção de patrimônio é acionado para discutir, tanto do ponto de vista dos feirantes como dos gestores, as responsabilidades que movem a preservação do lugar.

Assim, Raquel Noronha chega ao instigante conceito de patrimônio higienizador, que mostra como as demandas do turismo, atreladas ao patrimônio histórico, se impõem de forma civilizadora aos saberes e fazeres dos feirantes. A utilização da categoria do patrimônio para estes últimos, como mostra a autora, se configura numa prática de resistência.

A leitura de “No coração da Praia Grande” nos permite transitar pelo dia a dia da feira que é central para o bairro, e que mistura, como é comum acontecer no Brasil, festa e trabalho no seu cotidiano. Ao mesmo tempo, por meio de sua narrativa fluida, o livro nos convida a refletirmos sobre os dilemas, conflitos e estratégias que são formulados nas representações da Feira da Praia Grande como patrimônio.

Maurício Barros de Castro

Professor do Instituto de Artes da UERJ

1. Introdução

1.1 Motivações para a pesquisa

Esta pesquisa surgiu como fruto de uma inquietação pessoal, logo que decidi morar em São Luís. Era junho de 2003 e eu chegara à cidade para ficar. A curiosidade sobre o lugar movia-me e ao contemplar – e encantar-me – com a visualidade¹ urbana do centro antigo da cidade, também pude observar o quanto havia de intervenções aleatórias e desordenadas sobre estas antigas fachadas. Eu caminhava olhando para cima. A escala arquitetônica dirigia meu olhar para toldos, placas, fiação elétrica, postes, ar-condicionados, enfim, para todo tipo de artefato inserido naqueles prédios.

Inicialmente, o problema pareceu-me mais crítico na área da Rua Grande, por sua característica atual de ser um lugar de passagem e eminentemente comercial, o que implica uma sobreposição desses artefatos urbanos para possibilitar a comunicação visual exagerada, com fins comerciais.

1. Por *visualidade* entendo o conjunto de informações visuais que compõem o espaço urbano: a arquitetura do lugar, todas as reformas, ampliações e quaisquer acréscimos sobre ela; informações publicitárias de todos os tipos, como placas, faixas, toldos, cartazes e vitrines; o aparato de comunicação e identificação urbana; postes, fiação; enfim, tudo que informa e estabelece um diálogo com as pessoas do lugar.

A Rua Grande foi meu ponto de partida, resultando em uma breve pesquisa (NORONHA, 2005) que tratava da memória estética e arquitetônica da rua e a sua atualização funcional, hoje voltada ao comércio varejista.

As contradições que permeiam os discursos de antigos moradores e proprietários de imóveis, suas relações afetivas com os prédios nos quais suas famílias viveram e a sua atual situação de herdeiros desses edifícios, obrigando-os a alugar partes deles para ajudar na sua manutenção e abdicando, assim, do poder de decisão sobre as interferências em suas fachadas, nortearam o estudo.

Durante esta pesquisa, percebi que havia diferentes entendimentos sobre o que era tido como *patrimônio* e isso me fez atentar para o papel das instituições que promovem e ordenam sua preservação e salvaguarda, no imaginário desses moradores e comerciantes. Na verdade, uma delas é sempre a mais comentada: o IPHAN. A instituição, que completou 70 anos em 2007, ano em que foi realizada a pesquisa, foi o alvo preferido de críticas desses comerciantes e proprietários, o grande empecilho – a seu ver – às propostas de modernização de seus imóveis. Com suas regras e restrições às interferências na estrutura e fachada dos prédios, o *patrimônio*, como é muitas vezes nomeado o IPHAN, fora diversas vezes acusado de tentar “tirar o direito de propriedade” sobre os imóveis da área de tombamento. O que mais surpreendeu-me foi o grau de generalização nas referências ao IPHAN. Esta instituição é muitas vezes percebida como a única responsável pelo chamado *patrimônio* na cidade ou pelo menos como a mais popular de-

las. Essa visibilidade, adquirida talvez pela longa atuação e fiscalizações frequentes, causa a exposição negativa da instituição. Em uma conversa com uma funcionária do IPHAN, ela fez uma curiosa comparação: “O IPHAN é a Geni... todo mundo joga pedra e fala mal, mas na hora da confusão, lá vêm eles atrás da gente!”. A funcionária da instituição refere-se aos comerciantes, proprietários de imóveis, que falam mal do IPHAN quando precisam negociar prazos de obras, pedirem autorizações para mudanças nos prédios, mas quando o telhado de algum deles cai, ou algum outro tipo de acidente acontece, eles recorrem à mesma instituição, só que pedindo ajuda ou solução para seus problemas.

Ao mapear esses depoimentos, vi a possibilidade de continuar a pesquisa. Participei durante dez meses das reuniões do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís (NG), instituição formada por órgãos do governo estadual, instituições privadas e representantes da sociedade civil, o lugar da expressão dos discursos e das práticas oficiais, palco da manifestação dos posicionamentos das instituições que o compõem. Lá, obtive subsídios sobre a atuação das instituições de preservação patrimonial na cidade.

Durante esse período, participei das reuniões semanais do NG (descreverei com profundidade esta etapa da pesquisa no capítulo 3) e observei práticas e discursos de representantes de instituições, da sociedade civil, de comerciantes do *centro histórico* sobre a preservação patrimonial em São Luís. Para desdobramento das discussões sobre a gestão do *patrimônio* na cidade, formaram-se três comissões de trabalho e ação, e uma me interes-

sou bastante: a Comissão de Fiscalização, pela oportunidade de observar na prática a interação entre instituições e comerciantes, no momento da fiscalização, ou seja, poderia comparar o **discurso institucional**, que já havia apreendido nas reuniões do NG, e a **prática institucional**, no ato da fiscalização em si. Integrei-me a ela e pude acompanhar o processo de planejamento das ações de fiscalização, que teve como projeto-piloto a Feira da Praia Grande (FPG). Todas as ações iniciais das outras comissões também privilegiaram o espaço do bairro da Praia Grande e, em especial, a FPG².

A observação nas reuniões do NG ajudou-me a construir o objeto de pesquisa e direcionou-me para consolidá-lo. A mudança de meu campo empírico inicial – da Rua Grande para a FPG – foi fruto desses meses de observação participante. Estive disposta a dialogar com as demandas daquela instituição e tive a clareza para interpretar, nos discursos “ditos” e nas suas entrelinhas, os caminhos que a “gestão compartilhada do patrimônio” queria me apontar.

Ao invés de mapear as representações e as práticas dos antigos comerciantes da Rua Grande que, com o passar dos anos, tiveram suas relações sociais bruscamente alteradas pelas mudanças urbanas da cidade, considerei que o espaço da FPG, por sua história, também alicerçada na *vocação comercial* e por ser este o lugar escolhido em dois importantes momentos da

2. A Feira da Praia Grande, na tabulação elaborada a partir de informações das atas das reuniões do Núcleo Gestor, de janeiro de 2006 a Março de 2007, constitui grande parte das demandas de atuação desse Núcleo Gestor (ver **Quadro 1** no capítulo 3).

ação institucional de preservação – o Projeto Praia Grande (1979) e as atuais comissões de ação do Núcleo Gestor (2007), torna-se, explicitamente, um foco de tensões e espaço de convivência de diversos agentes sociais. Considero que a FPG é um “microcosmo” do *centro histórico* de São Luís.

Assim, após o primeiro ato de fiscalização na Feira, no dia 25 de abril de 2007, iniciei meu trabalho de campo na FPG. Os comerciantes, que outrora comandavam as dinâmicas do comércio na Praia Grande, hoje se encontram em posição de dependência de investimentos públicos nos seus estabelecimentos. Observo que houve, desde a época áurea do comércio no bairro da Praia Grande, no século XIX, e o atual momento, uma grande mudança na posição que os comerciantes ocupam no espaço social: antes, eram grandes comerciantes do ramo da importação e exportação que detinham o monopólio dos mais importantes e valiosos produtos que entravam pelo porto da cidade. Eram proprietários dos sobrados da antiga Rua do Trapiçe e tinham influência política na medida em que investiam na infraestrutura urbana e recebiam incentivo do Estado para tal. Organizaram-se em uma associação chamada Confiança Maranhense, responsável pelo término das obras da Casa das Tulhas e que deu origem à atual Associação Comercial Maranhense.

No momento atual, deparo-me com um grupo bastante heterogêneo de comerciantes no bairro da Praia Grande. Comerciantes que são proprietários ou locatários das lojas que se originaram da venda da antiga Casa das Tulhas; ambulantes e comerciantes que vivem a realidade do comér-

cio informal, dentro e fora da FPG. Esta pesquisa lança um olhar sobre os comerciantes que são denominados *feirantes* e que atuam na FPG. Alguns detêm a posse dos boxes que ocupam em comodato com a Prefeitura; outros são locatários ou sub-locatários dos boxes. São comerciantes de produtos provenientes do interior do estado, donos de pequenas mercearias, restaurantes, lojas de artesanato e bares. Porém, há ainda uma hierarquia entre os próprios *feirantes* em relação ao tempo de atuação, à quantidade de boxes que possuem na feira e ao posicionamento dos boxes na Feira.

Assim, pude observar que há distintos segmentos sociais entre os próprios comerciantes, além das variadas instituições atuantes no *centro histórico* de São Luís. Em um espaço caracterizado pela diversidade de práticas, de pontos de vista e de estratégias de exercício de poder, também são múltiplas as *representações* (DURKHEIM, 1970) e as práticas sobre a noção de *patrimônio*. Como Ortiz observa na introdução de *Formas elementares da vida religiosa*, “os universos cognitivos devem ser apreendidos na sua articulação com os grupos que o exprimem, sejam eles os povos primitivos, os proletários ou a classe burguesa” (ORTIZ in DURKHEIM, 1989, p.19). Com isso, observo que, mesmo autorreferenciado e reconhecido pelos gestores, o grupo social dos *feirantes* é heterogêneo e isso implica uma diversidade de representações e de práticas sobre a noção de *patrimônio*.

Abordo a categoria de *representação coletiva* como Durkheim propõe, não pelo compartilhamento do conteúdo das representações, que são heterogêneos e flutuantes, mas pela forma como o pensamento sobre a noção de *patri-*

mônio se constrói, fruto de um processo de educação patrimonial, de regras e de normas de preservação patrimonial. Um conhecimento classificatório que se elabora a partir da articulação e do compartilhamento das “coisas sociais”.

Ao propor-me o exercício de classificar as representações e as práticas dos feirantes e dos representantes de instituições de preservação patrimonial, tenho a consciência de que lidarei com um processo de hierarquização dos discursos sobre a noção de *patrimônio*. Ao deparar-me com as estratégias que se confrontam ou se apóiam para legitimar o discurso oficial sobre o *patrimônio* e as ressignificações e as variações que esta noção oficial sofre pela sua operação dentro do cotidiano da FPG, observo as diferentes posições no espaço social e as formas de reprodução das estratégias de legitimação política de seus agentes.

Uma destas estratégias é o processo de *tombamento*³, cuja operacionalização interfere diretamente nas noções de direito de posse e de propriedade dos prédios. Observarei as representações e as práticas dos feirantes sobre este aspecto da noção de *patrimônio*. As práticas de preservação patrimonial também constituem-se em estratégias de gestão do *patrimônio*, principalmente após a cidade de

3. “A proteção aos bens culturais está estritamente ligada à real vontade coletiva de conservar sua memória, expressa nesses bens. A existência dessa vontade social é o que faz nascer esta norma jurídica, cujo objetivo é dar o respaldo institucional às ações que forem empreendidas no sentido da preservação da memória nacional. Tombamento é, pois, o intuito jurídico através do qual o Poder Público determina que os bens culturais serão objetos de proteção, dizendo, inclusive, de que forma se dará esta proteção.” (MinC-IPHAN, 1994, p.IX)

São Luís ter sido incluída na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – em 1997.

Em seu livro *Patrimônio em processo*, Maria Cecília Londres Fonseca indica que a política brasileira de preservação patrimonial propõe-se “a atuar, basicamente, no nível do simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadão” (FONSECA, 2005, p. 21). Diz ainda que o que se tem preservado aparentemente não é contestado, devido ao seu inegável valor histórico para a cultura brasileira.

Com a institucionalização da contemporânea ideia de *patrimônio*, que surge no Ocidente no período da Revolução Francesa e, no Brasil, em 1937, ano da criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – constituiu-se um elenco de valores atribuídos aos bens a serem preservados. A partir de então, a tarefa de definir o que deveria ou não ser preservado coube a um grupo de intelectuais modernistas, comprometidos com as vanguardas estéticas europeias e mobilizados pelo Estado para tal tarefa. Capitaneados por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, tinham a missão de constituir o que entendiam então como sendo a identidade da nação brasileira, seu imaginário simbólico, seus valores nacionais. Preservaram-se, por exemplo, a história colonial e as grandes obras do período Barroco. A proposta de se constituir o que era conceituado naquele momento como *patrimônio* era de fundamental importância para a formalização da história nacional e a legitimação do Estado brasileiro, em um projeto de homogeneização da cultura brasileira.

Considerando essas diretrizes oficiais de preservação patrimonial e do próprio cunho unificador dado ao conceito, proponho uma reflexão sobre a apropriação e a atualização da ideia de *patrimônio* em uma situação concreta – na FPG – a partir da visão de diferentes agentes sociais. Pretendo mapear as formas e os usos que os *feirantes* desse lugar atribuem a essa noção. A partir de representações e práticas acerca do que entendem por *patrimônio*, pretendo observar como atuam em um espaço comprometido com as ações oficiais de preservação patrimonial e como essas noções são operacionalizadas em situações cotidianas.

A partir do confronto e da análise dos *discursos*⁴ e das práticas dos feirantes e das noções oficiais das instituições de preservação patrimonial na cidade de São Luís, pretendo verificar a valoração do que é entendido como *patrimônio* e o que se deseja ou se pretende preservar, considerando momentos históricos diferentes, desde a implantação oficial do SPHAN no Brasil, em 1937, passando pelo Projeto Praia Grande, no início da década de 1980; desde a inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, há dez anos (1997), até o atual momento (2007) de organização do Núcleo Gestor do Centro Histórico. Pergunto-me que outras noções estão associadas às representações e às práticas sobre o que é dito *patrimônio*, o que se

4. Entendo por *discurso* muito mais do que a fala. Como indica Foucault (2004), o discurso vai além do seu sentido linguístico. É no seu sentido mais amplo, como construção de saberes, práticas, instituições, ações e reações, que utilizarei o conceito no decorrer deste trabalho.

espera por estar em um lugar considerado *patrimônio* e o que significa, na prática, relacionar -se com instituições de preservação patrimonial?

Neste cenário, partirei da conceituação de *espaço social* (BOURDIEU, 2002) para entender como os feirantes e os representantes das instituições (baseados nos documentos oficiais) elaboram seus discursos sobre a noção de *patrimônio* na FPG. Assim,

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos (...) que nos permite pensar a posição que cada agente assume em todos os espaços de jogo possíveis. (BOURDIEU, 2002, p. 134-135).

De acordo com o tipo de capital que utilizam – o econômico, o político, o simbólico, o cultural – os agentes sociais assumem determinado lugar e momento de fala, um novo discurso, como pessoas, representantes ou funcionários de instituições, proprietários de imóveis ou comerciantes. Desta forma, utilizarei o conceito de *unidades discursivas* de Foucault (2004, p.24) como instrumento teórico para a identificação de discursos e enunciados. Devo, contudo, atentar para as armadilhas do discurso, como a atribuição da noção de origem a certos conceitos, a posicionamentos demasiado enraizados, a partir dos quais outras questões poderão ser levantadas.

Na análise dos discursos e das práticas dos representantes de instituições, de acordo com a sua posição no espaço social, buscarei o cruzamento das representações sobre a refuncionalização e a preservação patrimonial de prédios e das dimensões imateriais do que esses agentes entendem por

patrimônio. Assim, busco entender como operam o jogo simbólico, como utilizam seus diferentes capitais e onde se posicionam no espaço em relação aos outros agentes com os quais estabelecem interação, em *jogos de remissões* – nos quais “a unidade discursiva não indica a si mesma, só a partir de um campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2004, p.26).

Na perspectiva das contradições presentes nos discursos dos agentes, recorro ao conceito de *sistemas de dispersão* de Foucault:

Encontramos (...) possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes. Daí a ideia de descrever dispersões. (FOUCAULT, 2004, p. 42).

Observarei, como sugere o autor, se há nexos na regularidade que rege a dispersão, ou seja, se há uma ordem no aparecimento sucessivo de um mesmo discurso. Assim, busco identificar os discursos hierarquizados (sobre o que falam e com que interesses) a respeito dos valores que devem ser considerados quando se fala em preservação patrimonial.

Ao lidar com a construção do espaço por estes diversos agentes, baseio-me no conceito de *territorialidade* (RAFFESTIN, 1993), que leva a pensar em uma estrutura triádica, baseada nos agentes, suas representações e práticas sobre um espaço/tempo e a consequente interação entre esses agentes, formando tessituras – conjuntos de relações de poder, simétricas ou assimétricas.

Proponho, portanto, pensar a FPG como um espaço delimitado fisicamente por um prédio de imponente arquitetura que, por sua centralidade, foi

e ainda é foco privilegiado de representações e práticas institucionais sobre preservação patrimonial. Busco mapear, entre feirantes e representantes de instituições de preservação patrimonial, os aspectos simbólicos percebidos em diferentes posições do espaço social, que caracterizam a FPG e, ao mesmo tempo, identificar as dimensões das múltiplas tessituras construídas por e sobre a FPG, que extrapolam sua fisicalidade, seus limites geográficos e se estendem por diversos níveis das políticas locais de preservação patrimonial.

Por fim, proponho identificar as abordagens oficiais da noção de *patrimônio* que têm sido construídas como unificadoras de uma rede de significados simbólicos e vêm sendo sintetizadas em uma ideia de *identidade ludovicense*. Pretendo, ainda, refletir sobre a transformação da noção oficial de *patrimônio* neste símbolo de identidade coletiva e local.

Esta proposta direciona-me para uma discussão sobre as diversas representações acerca do que seja *patrimônio*: como esta noção, baseada nas acepções do senso comum, conjuga-se com as versões oficiais – o conceito de *patrimônio*, legitimado pelas instituições que ordenam as práticas e os discursos sobre a questão patrimonial no país, em nível mundial, federal, estadual e municipal. Pergunto-me como estas noções influenciam a apreensão da cidade de São Luís pelas próprias instituições e pelos comerciantes da Feira da Praia Grande? Questiono, afinal, se e como a noção de *patrimônio* é representada como um signo de identidade coletiva por agentes que influenciam esse espaço?

Para descrever o mecanismo de interação social responsável pela elaboração de um signo comum, Durkheim (1970) remete a momentos de

intensificação dos elos entre indivíduos que geram periodicamente novas *representações coletivas*, imediatamente encarnadas em um símbolo. O substrato da vida social são as relações mantidas entre os indivíduos associados. As representações coletivas surgem destas relações entre os indivíduos assim combinados ou entre grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade.

Porém, quando refiro-me à identidade coletiva, faço isto em uma perspectiva mais abrangente da dimensão simbólica. Acredito, na mesma perspectiva de Eric Wolf, que as identidades coletivas não são caracterizadas pela homogeneidade e pelo compartilhamento de crenças, mas sim pela pluralidade de formas de representações de um símbolo identitário. Nas palavras do autor, ele tentou

deslindar os diferentes elementos e níveis de motivação e interesse que foram reunidos historicamente numa poderosa representação coletiva. Trata-se de uma tentativa de analisar um símbolo nacional, não como uma projeção unificada de uma cultura nacional supostamente homogênea, mas como um conjunto de referentes heterogêneos, tirados de várias tradições de etnicidade, classe e religião, combinados numa unidade multifuncional por meio de signos que se cruzam. (WOLF, 2003, p.219).

Retomo a discussão sobre a constituição atual da imagem do Brasil e do seu *patrimônio*, suas origens históricas, como se forjou “a identidade” nacional brasileira e como esta formação é resquício de longo processo de

disputas pela legitimação dos grupos sociais, em determinadas posições no espaço social. Para tanto, lançarei mão de teorias sobre a constituição da identidade nacional, do mito da democracia racial, que não são apenas panos de fundo para a questão que desejo abordar, mas elementos basais para discutir os requisitos de valorização de determinados bens em relação a outros, no ato do tombamento, em relação ao que seja “de indiscutível valor artístico e histórico para a sociedade brasileira” (BRASIL, 2003, p.146-147).

1.2 Os momentos, os agentes e suas posições no espaço social da Feira da Praia Grande

Neste item, faço um mapeamento dos agentes sociais em jogo e busco caracterizar os dois momentos nos quais eles assumem posições estratégicas de ação. A partir da análise da documentação de organização do PPG e do NG, de correspondências oficiais e depoimentos de gestores das instituições que atuaram no PPG e atuam no NG, procuro visualizar o alcance dessas ações e os principais capitais utilizados no jogo da preservação da FPG. Os informantes desta pesquisa foram escolhidos a partir da identificação de suas posições estratégicas durante os dois momentos da análise.

Como opção metodológica, decidi identificá-los por seus cargos ou atividades profissionais a fim de reduzir a exposição ideológica dos informantes.

Do primeiro período -1979 a 1982, fase inicial do PPG - no qual a FPG foi o primeiro projeto a ser desenvolvido e executado, no âmbito da inicia-

tiva estadual, dentro de um enorme projeto de revitalização do bairro da Praia Grande, identifiquei dois informantes.

O primeiro foi o **coordenador geral do PPG** (CG-PPG), de 1979 a 2002. Mantivemos uma intensa troca de *e-mails* na qual ele me enviou fotografias, textos publicados na época do PPG e cedeu gentilmente um capítulo de sua dissertação de mestrado, ainda não publicada. Respondeu a algumas perguntas, que elaborei a partir das correspondências iniciais, e analisou trechos de documentos atuais que lhe enviei, além de ajudar a identificar plantas, manuscritos de relevância na biblioteca do Solar dos Vasconcelos, onde se encontra a memória do PPG. Ressaltou que, a seu ver, a pesquisa era de extrema importância, porque as gerações mais novas não têm conhecimento da complexidade e da importância daquele momento histórico para a cidade.

O segundo foi assessor e **articulador político do PPG** (AP-PPG). Este, na condição de escritor, é frequentador assíduo da FPG, ainda hoje. Concedeu-me entrevistas em dois encontros na própria FPG, apresentou-me a feirantes, dentre os quais pude identificar e escolher os informantes pelo critério da antiguidade na FPG. O livro que escreveu sobre a história da FPG também foi de muita importância para a minha construção do espaço e sua história.

Do momento atual, podemos identificar os representantes de instituições que são mais atuantes no NG: o **coordenador da FUMPH** (C-FUMPH); o **coordenador da comissão de fiscalização do NG**, (C-FISCALIZAÇÃO); a **assessora técnica da FUMPH** (AT-FUMPH) e a **superintendente regional**

do IPHAN, (SR-IPHAN). Todos concederam-me entrevistas, as quais reen-viei a cada um deles para que tomassem ciência da fidelidade da transcri-ção. Além das entrevistas, tive a oportunidade de gravar e acompanhar as reuniões do NG e da sua Comissão de Fiscalização e pude também apreender representações e práticas dos representantes que mais se destacaram pela regularidade de declarações, encaminhamentos e propostas durante as reuniões: **assessor técnico do IPHAN** (AT-IPHAN); o **assessor técnico da VISA** (AT-VISA); e o **assessor técnico da SEMTHURB** (AT-SEMTHURB).

Entre os feirantes, procurei identificar pessoas que tivessem participa-do dos dois momentos pesquisados, 1979-81 e 2006-07. Como poucos esta-vam nessa condição, resolvi incluir pessoas que estavam na feira nos dois momentos, ainda que como ajudantes ou filhos de donos de boxes, mas que puderam vivenciar os distintos momentos.

O **Feirante 1**, 69 anos de idade e 54 anos de atuação na feira, o mais antigo do lugar; o **Feirante 2**, está há 25 anos na feira e recebeu o boxe de um tio, mas que esteve presente em vários momentos durante o PPG; o **Feiran-te 3**, atual presidente da Associação dos Feirantes, que recebeu seus boxes como herança de seu pai; o **Feirante 4**, que acompanhava a sua mãe na feira desde 1972 e, finalmente, o **Feirante 5**, um dos fundadores da Associação dos Feirantes, que atua na FPG desde 1970.

Os feirantes foram muito solícitos durante as entrevistas. Disponibi-lizaram-se a contar sobre o passado e o atual momento da Feira. Dmons-traram curiosidade sobre minha condição de pesquisadora. O **Feirante 3**

perguntou-me se eu não era mesmo do IPR (Instituto de Produção e Renda, órgão do governo municipal que detém a gestão das feiras municipais). Caso eu fosse, disse ele, aí mesmo que ia falar bastante, porque “esse pessoal do governo tem mesmo é que saber da nossa realidade, aqui, no dia a dia”. O **Feirante 5** também demonstrou interesse, perguntando sobre o que era a pesquisa, o que eu pretendia e em que isso poderia ajudar a melhorar a Feira. Disse a ele que a pesquisa poderia fornecer dados sobre a forma como os feirantes e as instituições constroem a noção de *patrimônio*, e como se relacionam com ele. O **Feirante 5** considerou que isso já era muita coisa porque os governantes nem imaginavam que tipo de problemas eles, feirantes, enfrentam.

2. A construção do espaço da Feira da Praia Grande

A constituição do que é considerado atualmente como *patrimônio* da cidade de São Luís caracteriza-se por uma conjuntura específica que possibilitou a conservação homogênea do seu conjunto arquitetônico. Historicamente, a associação de fatores como a própria vocação comercial do lugar, o fato de ser privilegiado pelas vias navegáveis, a forma de ocupação, o traçado urbano e as ações políticas de ordenação do espaço e do comércio, delineou a sua atual visualidade, assim como as formas de sua apreensão e fruição pelos agentes que atuam no *centro histórico* da cidade. Neste capítulo, buscarei, em uma perspectiva histórica, apontar fatos e acontecimentos de vulto para a construção deste espaço e a forma pela qual foi apropriado pelos agentes que atuaram e atuam no *centro histórico* de São Luís.

Entendo a ocupação da FPG, meu foco privilegiado de pesquisa, a partir da concepção de Marc Augé. Segundo o autor

O lugar antropológico é a construção concreta e simbólica do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentido de permanência [...] (AUGÉ, 1994, p.34).

Considero, portanto, a FPG um espaço sobre o qual se superpõem diversos “lugares antropológicos”, determinados pela atuação dos diversos agentes e sua relação com o espaço. A interação, ou seja, a apropriação física ou simbólica do espaço é o que Claude Raffestin (1993) entende por *territorialidade*. Ao lançar mão deste conceito, sugiro um percurso histórico que auxilia na construção do espaço da FPG e no entendimento dos diversos *lugares* que o constituem. Desta forma surgiu o bairro da Praia Grande, a partir de vocações, designadas por condicionantes naturais e pela concessão de incentivos, com a legitimação de discursos políticos e investimentos financeiros.

2.1 A ocupação do espaço e a atividade comercial na Praia Grande

O mar foi a grande via de crescimento socioeconômico do Maranhão e abriu caminhos para a chegada de povos conquistadores, como em diversas partes do globo. A exemplo de várias outras civilizações, o comércio – na forma de escambo – impulsionou a atividade econômica nesta parte da colônia.

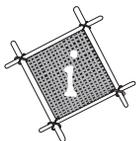


Figura 1 - Cartografia Portuguesa.

João Teixeira Albenaz, 1615. Acervo IPHAN.

Imagem no encarte.

A Ilha de São Luís, inicialmente Upaon-açu, foi descrita por Simão Estácio da Silveira, em 1618, como a principal ilha de um arquipélago que compõe o sítio do Maranhão.

Por detrás destas ilhas deságuam nesta baía cinco rios caudalosos, e todos navegáveis, que são o Monim, o Itapicuru, (...); o Mearim, que vem por formosíssimas campinas de massapê (...); o Pindaré, que dizem nasce muito perto do Peru, e o Maracu, que se deriva por muitos e mui espaçosos lagos. (SILVEIRA, 2001, p. 38).

A Ilha é, ainda, cortada por dois rios principais, o Anil (Maioba) e o Bacanga (Figura 1), além de diversos afluentes e rios menores.

Esta interseção de vias fluviais e o relevo homogêneo fazem de São Luís uma terra de fácil acesso por meio da navegação. O litoral, bastante recortado, facilita ainda mais a existência de portos e as condições climáticas, com ventos constantes que ajudam a navegação. Silveira considerou o litoral da Ilha “mui excelente barra”, com os ventos ao longo da costa

tão largos para entrar como para sair a toda hora, sempre lestes em pôpa para o Maranhão e dali para as Índias, e dentro de boníssimos portos, com vento por cima da terra, para espalmar e varar. (SILVEIRA *apud* VIVEIROS, 1954, p. 406).

Desta forma, cercada por diversos rios navegáveis, a chegada pela via fluvial e marítima era privilegiada.

A condição natural de porto foi o grande embrião para o surgimento do bairro-monumento da Praia Grande, na periferia daquele logradouro comercial. (REIS, 1982, p. 32).

O bairro da Praia Grande era um grande charco, uma reentrância do Rio Bacanga, onde despontava um enorme número de olhos d’água, reple-

to de juçarais. Era conhecido como Praia Grande, pela junção de diversas praias menores.

No século XVII, existia junto ao porto natural de carga e descarga da cidade de São Luís, uma área denominada de Praia Pequena, que desaparecera com a construção do Cais da Sagração (1841-44), que se desdobrava em outras duas praias: a de Trindade e a de Santo Antônio. Devido ao seu prolongamento, teve rápido crescimento, e já em 1757, foi denominada Praia Grande. (REIS, 2002, p.15).

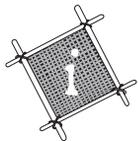
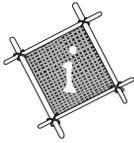


Figura 2 - Panorama do Cais da Sagração e do Trapiche, Spala Editora, 1908. Imagem no encarte.

Sob a Paróquia da Sé, a região da Praia Grande corresponde à malha urbana traçada por Francisco Frias⁵ (Figura 3) e lá se concentrava o intercâmbio comercial que se fazia em todo o Estado, tornando-se uma das maiores vigas de sustentação para a formação econômica maranhense. Todo o

5. Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor militar português. Durante sua estadia no Brasil, de 1603-1635, participou intensamente da defesa do território, projetando, construindo e atendendo às fortificações implantadas ao longo de todo o litoral brasileiro. Entre outros, foi autor do projeto do Forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte; do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro; da Fortaleza da Laje, em Recife, e de intervenções na planta urbana de Salvador. Compôs a expedição de reconquista das terras do Maranhão para Portugal.

fluxo comercial de importação e exportação vinha para este polo do Porto da Praia Grande, por sua estratégica localização, já no século XVII. Um comércio secundário, espécie de apoio ao fluxo principal, foi se estabelecendo nas margens da Praia Grande e foi logo chamado de “terreiro público”.



*Figura 3 - Imagem da área ocupada pelo Forte São Luís e início do traçado urbano, 1641. Acervo do IPHAN.
Imagem no encarte.*

A natureza alagadiça do lugar dificultava a instalação dos comerciantes e suas famílias. A partir de 1780, todos que aterrassem o alagado com seus próprios recursos passariam a obter o direito de lá construir e permanecer. Observo o papel dos comerciantes na construção e na legitimação do bairro da Praia Grande como um **lugar de comércio**. Ao encontrarem um espaço estratégico, próximo ao porto e à Alfândega, coube a essa classe a possibilidade de interferir nas dinâmicas do espaço, ainda que os problemas naturais viessem constantemente à tona. A interferência do capital privado na organização do espaço é incentivada pela Câmara Municipal e este procedimento proporciona a organização política dos comerciantes. Este processo consolida a ocupação do bairro por sobrados construídos pelos comerciantes e a atividade comercial se legitima pelo **disciplinamento do uso do solo urbano**.

Em torno do porto da Praia Grande, das rampas do Palácio e Campos Melo, instalaram-se as grandes companhias de importação e exportação que prosperaram no auge do ciclo econômico do algo-

dão e do arroz, fazendo edificar os maiores conjuntos de sobrados, assim como os galpões de armazenamento e comercialização nas ruas do Trapiche, da Estrela, da Alfândega e nas imediações da Praça do Comércio. (ANDRÈS, 2006).

Em 1805 foi concluída a obra do aterro e as primeiras barracas do Terreiro Público foram entregues a particulares, pela Câmara. Os produtos comercializados eram de toda a espécie, com exceção de carne de gado *vacum*. Foi realmente em 1820, porém, no governo de Dom Diego de Sousa, que o bairro recebeu impulso, pois foi este governador que tomou as primeiras providências, junto a Lisboa, para construção de um Terreiro Público (REIS, 2002, p. 17). Este entreposto comercial foi de fundamental importância para a organização do mercado, determinação de preços e de gêneros de maior saída e entrada no Porto da Praia Grande.

O Terreiro Público tornou-se um órgão público por volta de 1820, quando se organizou uma diretoria, com funcionários e auxiliares. Passou então a ser chamado Casa das Tulhas. Entraves burocráticos, políticos e desvios de verbas foram comuns, culminando com a extinção desse modo administrativo. Para percebermos a importância desse ponto de comércio varejista, basta sabermos que o salário para o cargo de administrador da Casa das Tulhas era o mais alto de toda a Província, cerca de oitocentos mil réis. (REIS, 1982).

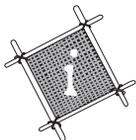
A Feira, desta forma, foi extinta. Somente trinta anos depois foi retomado o seu projeto de construção, com as reivindicações constantes dos

moradores, pela facilidade de haver esse entreposto de comércio varejista nessa parte tão central e importante da cidade.

O projeto foi então reiniciado em 1855, mas apenas em 1862 ficou pronta “A Casa da Praça”. Na época da construção, quando ficou pronta a Casa das Tulhas, como também continuou sendo chamada, ela foi entregue à Municipalidade. A Companhia Confiança Maranhense, formada pelos mais ricos comerciantes do bairro, construiu e entregou-a à Câmara Municipal em 1862. De acordo com decreto do mesmo ano, foi autorizada a utilização da Casa das Tulhas como uma Feira, com seus diversos boxes, ao redor daquele quarteirão de aproximadamente sessenta por sessenta metros de área. Os boxes foram arrendados a comerciantes particulares.

É importante notar que estes grandes comerciantes, importadores e exportadores, donos dos grandes casarões da antiga Rua do Trapiche, se organizaram politicamente em torno da Companhia Confiança Maranhense e isso proporcionou a construção da Casa das Tulhas. O papel desempenhado por esse grupo de comerciantes marca uma situação que diverge da atual, na qual os feirantes não detêm capital econômico em quantidade suficiente a ponto de influenciar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas na FPG. Em muitas situações relatadas pelos feirantes, eles atribuem ao Estado o dever de manter investimentos e arcar com a manutenção desse espaço.

A Casa das Tulhas é o prédio que ocupa todo o quarteirão central do bairro da Praia Grande. “Com um só pavimento, terminação em beiral, quatro fachadas caídas, aberturas em arco pleno e bandeiras de ferro, além de todas as guarnições em cantaria”. (CG-PPG, 2007).



Figuras 4 e 5 - Imagem da área do jardim interno da Casa das Tulhas, Spala Editora, 1908. Ilustração do jardim interno, do Memorial do PPG, 1980. Imagens no encarte.

No seu interior, que podia ser acessado por portões que levavam ao centro de cada ala, havia um jardim interno com um chafariz. Pouco utilizado, apenas alguns comerciantes utilizavam as portas que davam para o interior da Casa das Tulhas. O jardim, aos poucos foi sendo abandonado. O lugar no qual se localiza a atual FPG não corresponde ao da Casa das Tulhas, mas ao seu jardim interno.

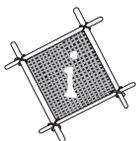


Figura 6 - Imagem do Largo do Comércio, com a entrada principal da Casa das Tulhas à direita, 1904. Imagem no encarte.

O apogeu da Casa das Tulhas está intimamente relacionado ao apogeu econômico do bairro da Praia Grande e, conseqüentemente, o declínio subsequente da atividade econômica mercantil influenciou a sua derrocada econômica.

A partir da década de cinquenta do século XX, identifica-se um processo de decadência, com a abertura de comunicação rodoviária entre a capital São Luís e outros estados, de acordo com estratégias do governo federal.

Em 1947, a municipalidade vendeu a Casa das Tulhas para terceiros. Os boxes, que compunham a parte mais externa, foram subdivididos no

que hoje observamos como um quarteirão formado por lojas de artesanato, bares e restaurantes, no centro do bairro da Praia Grande. O seu interior, o antigo jardim, foi ocupado por diversos trabalhadores da beira do cais da Praia Grande, cujas atividades vinham sendo gradativamente extintas com a mudança do eixo econômico da cidade. Eram marinheiros, mascates, estivadores, pequenos comerciantes das redondezas que se viram paulatinamente obrigados a buscar novas opções de atividades para seu sustento. É desse período, portanto, a denominação *Feira da Praia Grande*.

A Casa das Tulhas era arquitetura colonial, em alvenaria... A Feira que temos hoje não. Quem invadiu de pau de mangue foi de pau de mangue, quem foi de papelão foi de papelão, quem foi de caixote foi de caixote. Não tem nada de original aqui dentro. O que tem de patrimônio aqui é a localização, no ponto inicial do centro histórico. (AP-PPG, 2007).

A utilização de materiais improvisados para construir a FPG, no momento da chamada *invasão* aponta, na visão do informante, para o que é ou não é *original* e pode ser considerado *patrimônio*. O depoimento deixa margem para estabelecer a relação entre **patrimônio-arquitetura-original**. Se a FPG não tem arquitetura colonial, não é original, portanto, por este viés, não pode ser considerada *patrimônio*. Observo neste depoimento a noção de *patrimônio* associada à **localização** da FPG e não à sua constituição arquitetônica. Essa representação encontra eco também no imaginário dos feirantes:

Mas olha, isso da cidade ser patrimônio é... sobre os casarões, muita gente gosta, muito... de olhar, de passear, eu gosto, que é uma coisa antiga, mas eu tenho pra mim que isso aqui [a FPG] num é mais antigo não, tenho muita reforma aqui depois disso, várias reformas... (Feirante 3, 2007).

O feirante não associa a FPG à ideia de *patrimônio* por *não considerá-la antiga* como considera os casarões, estes sim associados à noção de *patrimônio*. Observo, assim, mais uma abordagem possível: *patrimônio como coisa antiga*.

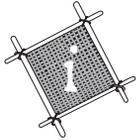
Como me referi anteriormente, as dinâmicas sociais foram bruscamente alteradas com a mudança do eixo econômico da cidade. A Praia Grande deixa de ser o centro comercial da cidade e uma atmosfera de abandono pairou durante anos sobre o bairro. Assim como na Praia Grande, “as pessoas tinham medo de entrar na Feira. Comer na Feira era uma imundície. Era lugar considerado de malandros e prostitutas.” (AP-PPG, 2007).

No depoimento acima, observo algumas qualificações sobre o estado da FPG antes do PPG: *medo, imundície, lugar de malandros e prostitutas*. As categorias trazem à tona elementos que segundo os códigos de posturas então vigentes devem ser evitados. O informante refere-se aos **outros**, como se os juízos de valor expressos não fossem dele próprio. Penso que esta é uma estratégia discursiva para a emissão de enunciados que o informante considera inadequados e preconceituosos e faz uso de outros lugares de fala para revelar suas pré-noções. Penso que essa remissão às **representações dos outros** opera segundo as sistematizações que Foucault realiza acerca dos *jogos de re-*

missões. Perde-se a noção de origem, os discursos são nós em uma rede de muitos outros discursos. Não está claro de qual lugar de fala parte o discurso. Quando, mais adiante, tratar da noção de *preservação patrimonial higienizadora*, observarei a relação entre as *representações* e os *jogos de remissões* que se desencadeiam quando o ponto de vista oficial aponta para a prática cotidiana na Feira e os feirantes referem-se às políticas de preservação patrimonial.

Retomo o processo de enfraquecimento comercial da Praia Grande, o qual Andrés relata:

Por este motivo o bairro marítimo que no passado havia sido a frente da cidade e sua única porta de entrada passou a se constituir numa retaguarda e espécie de porta dos fundos onde se manifestava a decadência das atividades portuárias na presença de edificações sub-utilizadas, mal conservadas e um comércio marginalizado. (ANDRÈS, 2006, s/p).⁶



Figuras 7 e 8 - Imagem da FPG, antes da reforma de 1981.

Fotos cedidas por Luiz Phelipe Andrès.

Imagem no encarte.

6. Dissertação de Mestrado de Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès. Em fase de edição para publicação. Defesa realizada na sede do MDU - Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE em setembro de 2006. (Orientador: Prof. Dr. Luiz de La Mora).

A categoria *decadência* é retomada pelos gestores para tratar do estado econômico em que se encontravam o comércio e a economia do lugar. As metáforas geográficas fizeram-se presentes na pesquisa. Lançarei mão dos apontamentos de Bachelard, em *A Poética do espaço*, para interpretar o depoimento acima: “a porta esquematiza duas possibilidades fortes, que classificam dois tipos de devaneio (...) (BACHELARD, 1993, p.225).

Andrès faz uso da expressão *porta da frente* para relatar o período próspero do comércio na Praia Grande e *porta dos fundos* para se referir ao período de *decadência*. A *porta da frente* por onde adentram a família e seus convidados; a *porta dos fundos* por onde entram os serviçais e por onde sai o lixo da casa.

O que está à frente é o que deve ser exposto, mostrado e o que está na retaguarda deve ser escondido e guardado porque é *decadente*. A economia decadente manifesta-se nos prédios abandonados e nos agentes que continuam a atuar neste espaço.

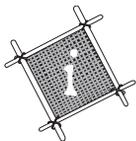
Arrisco-me a fazer uma primeira síntese acerca das representações sobre a ideia de *patrimônio*, no momento do PPG. *Patrimônio* é a localização da FPG. A FPG é considerada a *porta dos fundos*. Observo como a noção de *patrimônio* pode ter sido muito associada à noção de *decadência* e assim difundida pelos próprios gestores do PPG.

Retomo a trajetória da Feira, com a chamada *decadência*. As famílias abastadas buscaram outras áreas de moradia, muitas empresas mercantis que tinham sede no bairro faliram e novas modalidades de usos foram substituindo as atividades tradicionais do bairro.

Mesmo assim na Praia Grande ainda subsistia uma forte vocação de centralidade urbana em virtude da presença de muitas repartições públicas nas imediações da rua Portugal, inclusive a grande proximidade das sedes dos governos estadual e municipal na Av Pedro II, assim como de atividades portuárias, (...). Continuava movimentada também por um comércio de ferragens, que atraía para a área um tráfego pesado de caminhões e carretas, incompatível com ruas que haviam sido projetadas no início do século XVII. Mas principalmente pela Feira da Praia Grande, um antigo mercado popular então muito sujo e decadente. O fato é que, apesar da aparência de abandono, este bairro continuava a abrigar uma certa diversidade de usos e mesmo no estado de decadência ainda exibía um grande potencial pelo valor dos conjuntos histórico-arquitetônicos e pela sua localização estratégica. (ANDRÈS, 2006).

Andrés aponta que, simultaneamente à ruptura do comércio de importação e exportação que organizava a vida comercial do bairro, outras atividades se mantiveram, mesmo durante o período da chamada *decadência*. Mais uma vez, as metáforas espaciais permitem uma análise sobre os fatores que determinaram as interferências do PPG na Feira. Na verdade, a *centralidade* surge como uma importante categoria que determina o uso e a manutenção da importância do bairro da Praia Grande. No depoimento acima há ainda uma série de juízos de valor sobre o estado do bairro e da FPG como a acentuada falta de higiene. É ressaltado o potencial pelo valor do conjunto arquitetônico e pela localização ainda que em estado de *decadência*.

Mas o gestor refere-se a uma *centralidade* que não é apenas geográfica. É o **lugar do poder**. É o lugar onde estão as instituições do poder. Mesmo apontando a *decaência*, a sujeira, ele indica também uma *diversidade dos usos*. A visão do gestor consegue ir para além da *decaência*. Embora aponte a falta de limpeza, ele vê **costumes diversificados** e o **conjunto arquitetônico estrategicamente localizado**.



Figuras 9 e 10 - Praia Grande, com o tráfego de automóveis na década de 70, antes do PPG. Rua do Giz e Largo do Comércio.

Fotos cedidas por Luiz Phelipe Andrès. Imagens no encarte.

Assim, a *diversidade de uso* torna-se mais uma justificativa para a intervenção no bairro da Praia Grande. Em 1979, aconteceu a Convenção de Renovação Urbana da Praia Grande. Promovida pelo Governo do Estado, Universidade Federal do Maranhão, IPHAN e Prefeitura Municipal de São Luís, cujo objetivo principal era reunir esforços e interesses no sentido de promover a recuperação do Centro Histórico de São Luís.

Nessa ocasião, foram divulgadas as bases das políticas públicas para preservação patrimonial em São Luís. Dentro dos dez itens, o quinto tem o seguinte texto: “Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.”. A revitalização da Feira condiz com essa política.

De início, verifica-se que, em cumprimento a um dos compromissos firmados durante a I Convenção da Praia Grande e portanto resultado dos debates realizado naquele encontro de outubro de 1979, o Governo Estadual havia criado oficialmente, o *Grupo de Trabalho* e a *Comissão de Coordenação*, através do decreto n.7.345 de 16 de Novembro do mesmo ano, institucionalizando o Programa e instalando-o oficialmente no imóvel sito à Rua do Giz, n. 59, sede da então Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado e localizado bem no coração do bairro histórico da Praia Grande. (ANDRÈS, 2006).

Assim, originou-se o Projeto Praia Grande (PPG), mais tarde chamado Projeto Reviver (PR). Dividiu-se em seis etapas, durante um período de vinte e cinco anos. A primeira etapa do Projeto concentrou-se na área do antigo Largo do Comércio, “no coração do centro histórico” (CG-PPG, 2007). Quatro projetos foram definidos: a Praça da Praia Grande (mais tarde Nauro Machado), a Pousada e o Restaurante-escola (obra acabada e nunca inaugurada com tais funções), o Centro Cultural (mais tarde Centro de Criatividade Odylo Costa Filho) e a Feira da Praia Grande (FPG).

Dentre todas as intervenções propostas para esta primeira etapa, a reforma da FPG foi considerada a principal, por ser a de maior interesse para a revitalização das atividades comerciais da área. O interesse pela FPG justificou-se por ela sintetizar os elementos necessários à *preservação* segundo as políticas do PPG: *diversidade de usos* do espaço, *potencial de geração de trabalho e renda* a partir do comércio varejista.

[No bairro da Praia Grande] chamava atenção também a presença cotidiana e pitoresca de alguns tipos populares, como mascates, ambulantes, o vendedor de raspadinho, o engraxate, o vendedor de bilhetes de loteria, os carroceiros, os peixeiros e feirantes que povoavam seus becos e escadarias, circulando em ruas pavimentadas com pedras “pé-de-moleque” e calçadas em lajes de cantaria. (ANDRÈS, 2006).

É importante analisar as diretrizes políticas que foram consideradas durante o projeto. Nos documentos oficiais do PPG disponíveis na Biblioteca do Solar dos Vasconcelos, a Feira era citada como a *peça* mais importante do conjunto arquitetônico. Segundo o depoimento do então coordenador geral do PPG:

Avaliando-a hoje sob a ótica da Conservação Integrada esta etapa revela um razoável grau de atendimento dos critérios mínimos nas quatro categorias de análise especialmente por ter nascido de um debate que contou com a participação da comunidade e dos diversos segmentos da administração pública. Além do que foi conduzida através de uma gestão compartilhada, instituída pelo governo do Estado, sediada no local dos acontecimentos, contando com equipe técnica multidisciplinar e uma comissão de coordenação representativa que ouviu os interessados em todos os momentos desde a elaboração das propostas até as fases de execução de obras. Contava ainda com a destinação de recursos orçamentários específicos para aquela finalidade e a orientação política deu prioridade a projetos de uso coletivo e interesse social. (CG-PPG, 2007).

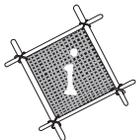


Figura 11 - Ilustração contida no projeto político de preservação patrimonial na Praia Grande. Memorial do Projeto Praia Grande, biblioteca do DPHAP, 1980.

Figura 12 - O Secretário de Planejamento do Estado falando aos feirantes em reunião no antigo restaurante do Basílio, na Feira da Praia Grande.

Fonte: Arquivo SPD. Imagens no encarte.

O projeto de reforma da Feira foi construído coletivamente, segundo documentação do memorial do PPG, com a participação dos sindicatos das diversas classes organizadas daquele espaço.

Os projetos foram elaborados pelo grupo de trabalho, mas os usuários e os representantes da comunidade local, como os sindicatos dos vendedores de São Luís, dos remadores, dos contramestres e de outras ocupações participaram de maneira ativa na sua preparação e realização. Reuniões e debates populares permitiram ampla consulta e participação nesses projetos assim como aprovação das soluções adotadas. (MARANHÃO, 1981, p. XVIII).

A partir de negociação entre as partes interessadas, os feirantes foram deslocados para um lugar próximo, para que durante as obras, segundo os técnicos, não precisassem interromper suas atividades comerciais e prejudicar sua obtenção de renda. Dentro do prazo estipulado, seis meses depois, no dia 4 de outubro de 1982, as novas instalações da FPG foram entregues ao Sindicato dos Comerciantes Varejistas e Feirantes. Segundo consta no relatório anual de prestação de contas do PPG do ano de 1982,

As obras visaram à dinamização das atividades varejistas, incluíram o remanejamento e o aumento do número dos boxes, a higienização geral, desobstrução da circulação, reabertura de portões obstruídos e a recuperação da fachada interna da Casa das Tulhas. A Feira hoje contém 108 boxes, todos com ponto de água, ponto de luz, drenagem e paredes azulejadas(...) Valor das obras: CR\$ 39 milhões. (MARANHÃO, 1981, p. XVIII).

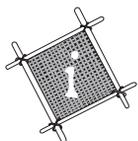


Figura 13 e 14 - Plantas da obra da Feira da Praia Grande.

Memorial do Projeto Praia Grande, biblioteca do DPHAP, 1980.

Imagens no encarte.

Nestas plantas do PPG, pode-se observar a posição das barracas no interior do quadrilátero que era a Casa das Tulhas. Com essa ocupação, *a fachada interna do prédio era ocultada*. Na memória do Projeto Praia Grande, há documentos que tratam da desapropriação de edículas, os chamados “*puxadinhos*”, que os próprios proprietários das lojas ao redor da Feira projetavam em direção ao “*quintal*”. Em nome da “*utilidade pública*”, estas áreas foram desocupadas e, com a obra, a fachada interna da ex-Casa das Tulhas tornou-se aparente e os novos boxes se concentram na estrutura circular proposta pelos projetistas.

Observo o esforço em torno da desobstrução da fachada interna da ex-Casa das Tulhas. Esse fato remete-me a uma dicotomia sobre a qual debruçarei-me durante toda esta análise: a Feira que ocupa o *interior* e o *exterior*

da antiga Casa das Tulhas. O quintal e a fachada. Nessa direção, na qual Bachelard aponta

O exterior e o interior formam uma dialética de esartejamento, e a geometria evidente desta dialética nos cega tão logo a introduzimos em âmbitos metafóricos. Ela tem a nitidez crucial da dialética do sim e do não, que tudo decide. Fazemos dela, sem o percebermos, uma base de imagens que comandam todos os pensamentos do positivo e do negativo. (BACHELARD, 1993, p.215).

A fachada interna é a superfície-limite, o espaço das trocas entre tal interior e tal exterior, o elo entre o passado e o presente. Ao revelá-lo com a obra, os gestores garantem a visualização da arquitetura colonial e a possibilidade de classificá-la a partir do valor histórico e artístico atribuído ao *patrimônio* de “pedra e cal”.

Percebo assim uma estratégia de valoração da FPG e das estratégias discursivas que vêm sendo construídas para a legitimação da interferência pública na Feira. Pergunto-me até que ponto é válida a justificativa em torno da escolha da FPG como o lugar prioritário para início das obras por ela “gerar trabalho e renda”, por abrigar uma “diversidade de usos”, por este processo ter acontecido com uma “intensa participação dos agentes sociais envolvidos” ou por ser ela *um antigo mercado popular muito sujo e decadente, que ocultava a fachada interna da antiga Casa das Tulhas* – esta sim, tida como *patrimônio* – gerador de trabalho e renda?

Concluo este item tratando de uma evidência que permeia todo o percurso histórico e as relações sociais na FPG de hoje. Ao considerar a *vocação comercial* do bairro da Praia Grande e a presença dos comerciantes – ora abastados e politicamente influentes, mas hoje dependentes dos investimentos do Estado para a manutenção da Feira –, penso em duas dimensões da relação Feira-comércio: a primeira e mais tradicional, *o comércio dos produtos da Feira*; e a segunda, impulsionada pelos discursos sobre *patrimônio, o comércio da Feira como produto turístico*.

2.2 A Feira da Praia Grande, um passeio por seu cotidiano

Neste item, descreverei minha experiência na Feira da Praia Grande. Passei os meses de maio, junho e julho de 2007 frequentando a Feira. A primeira tarefa foi identificar os informantes e esta etapa cumpriu-se em conversas informais com o presidente da Associação dos Feirantes e com o articulador político do PPG que, como ele mesmo diz, “vivencia a Feira há muitos anos”. Tem amigos, batizou filhos de feirantes, cumprimenta seus “comadres” e “compadres”, almoça, frui a boemia da Feira. Eles informaram-me quem eram os feirantes mais antigos e que estiveram presentes no processo do PPG. Visitei a Feira constantemente e em horários diversos: almocei, tomei café, fui ao “happy-hour”, tomei cerveja, assisti ao tambor, fiquei sentada nos boxes, conversando com os feirantes ou apenas olhando; esperei a Feira fechar, aguardei a Feira abrir. Ao final dos três meses

de campo, entrevistei cinco feirantes e pude construir este cenário que ora apresento. Exponho estas impressões, com a consciência de que este exercício foi importante para ajudar-me a identificar e interpretar o *sistema sêmico* de representação do espaço por parte dos feirantes.

A representação proposta aqui é portanto um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata pois, do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou território de um ator desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Raffestin aponta para o conceito de *territorialidade*, que ajuda a pensar nas relações mantidas pelos atores sociais em relação ao espaço que ocupam e como o representam. Ao relacionar-me com a FPG, construí as minhas próprias representações sobre aquele espaço. Este relato, porém, contém um esforço de vigilância epistemológica para descrever a Feira sem expressar as minhas interpretações sobre ela, mas sobre os fatos e as representações que me foram apresentados.

Início este percurso pela localização da FPG, em posição central no bairro da Praia Grande. A entrada principal da Feira, a chamada *Entrada Norte*, está voltada para o antigo Largo do Comércio, hoje chamada Rua da Estrela. Sobre ela há um brasão com as armas do Império, com a data de

independência, esculpido em lioz. No arco de serralheria sobre esta entrada, há a inscrição CM-1861, iniciais da Companhia Confiança Maranhense e o ano no qual esta empresa concluiu as obras de construção da antiga Casa das Tulhas.

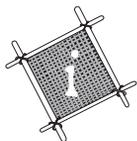


Figura 15 - Detalhe da entrada principal da FPG: arco em serralheria, com as iniciais CM (Confiança Maranhense) e o ano de inauguração da Casa das Tulhas.

Figura 16 - Entrada principal, com bancas de ervas e frutas ao longo do corredor.

Foto: Guto Côrtes, 2007. Imagens no encarte.

Há ainda mais três entradas secundárias, cada uma delas voltada para as ruas que circundam a Feira: Rua do Trapiche (atual Rua Portugal), Beco Catarina Mina (a chamada *Entrada Sul*) e Beco da Alfândega.

A forma da Feira é geométrica, bastante regular. É um conjunto de três anéis concêntricos (onde os boxes se localizam), inseridos em um quadrilátero formado pela construção que abrigava a antiga Casa das Tulhas e que hoje são lojas, com suas entradas pelas ruas que formam este quarteirão. Conforme a figura 17, no canto superior direito há ainda um quiosque, que abriga um restaurante. Logo acima, há uma construção retangular, que são os banheiros e vestiário da Feira.

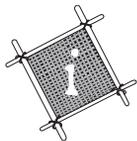


Figura 17 - Planta de localização da Feira da Praia Grande e antiga Casa das Tulhas. Memorial do Projeto Praia Grande, biblioteca do DPHAP, 1980. Imagem no encarte.

Retorno mais uma vez a Bachelard: “Os lógicos traçam círculos que se superpõem ou se excluem, e logo todas as suas regras se tornam claras. O filósofo, com o interior e o exterior, pensa o ser e o não ser.” (BACHELARD, 1993, p.215). Como resultado da reforma de 1982, a fachada interna da antiga Casa das Tulhas, de cor amarela, e suas portas e arcos, na cor verde bandeira, foram desobstruídas e hoje compõem a visualidade da Feira. O que se vê na fachada interna é uma repetição da fachada externa.

Entro na Feira obedecendo à sua clara geometria, pelo acesso principal. Logo passo por uma banca, sobre a qual *garrafadas*⁷, pequenas frutas e dezenas de molhos de ervas são vendidas por um senhor. Ao passar por este corredor, com uns quatro metros de comprimento, avisto um largo, que possibilita penetrar ainda mais no interior da Feira, ou virar à direita ou à esquerda e circular ao redor dos boxes mais externos da feira.

No canto direito, há o quiosque, o maior boxe da feira. Neste horário, um fim de tarde, é o mais cheio, há pessoas rodeando a televisão. A visão do seu interior é prejudicada pela imensa quantidade de grades de cerveja que estão empilhadas ao seu redor. Ao fundo, atrás desse quiosque, um grupo de cerca de quatro homens conserta, na penumbra, uma antiga bicicleta, próximos à porta do banheiro.

7. *Garrafadas* são xaropes, melaços produzidos de forma caseira, baseados nos sistemas de crenças e saberes locais, com diversas ervas, raízes, frutas, temperos e mel com fins terapêuticos. São acondicionados e vendidos em garrafas, daí a origem do nome.

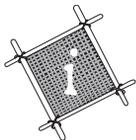


Figura 18 - O chamado miolo da Feira.

Foto: Guto Côrtes, 2007

Imagem no encarte.

Sigo para o *miolo* da feira, como alguns feirantes costumam chamar a parte mais central da FPG e vejo de longe um altar, de azulejos azuis, com a estátua de um santo. Paro para contemplar a imagem, e um senhor esbarra em mim, passando apressado. Carrega uma caixa de isopor pendurada ao ombro e logo vi que havia sacos com camarões secos, com rodela de limão em suas duas mãos. Apregoava que vendia camarão seco e ovos de codorna. Ele passou e continuei a observar a imagem.

Um choro de criança chamou-me a atenção. Olho para o boxe a minha direita e vejo uma criança chorando, deitada em uma rede. Uma mulher, provavelmente a mãe, varria o chão e conversava com a menina no intuito de acalmá-la. Rapidamente, algo na TV chamou sua atenção e ela parou de chorar. Na bancada deste estabelecimento, havia uma quantidade enorme de produtos. Era uma mercearia, com suas mercadorias mais comuns: farinha, doces, cachaças, como muitas outras dentro da Feira. Mais tarde, descobri que a maioria destes produtos é oriundo do interior do estado, principalmente da região da Baixada Maranhense – dos municípios de Viana, Guimarães, Pinheiro e da cidade vizinha de Alcântara.

Rumo ao ponto central, torno a olhar para a imagem do santo a minha frente. O pequeno altar não é alto. Deve ter cerca de um metro e oitenta cen-

tímetros de altura, no máximo, revestido de azulejo azul-marinho. Há flores de plástico decorando a base na qual se apóia a imagem do santo. Pergunto a um feirante, que estava em um boxe ao lado, já na parte mais central da feira, que santo representava aquela imagem e ele responde que é de São José das Laranjeiras, o protetor dos feirantes.

O boxe deste feirante vendia os mesmos produtos que a maioria dos boxes vendia, com a característica de mercearia, mas uma coisa chamou-me especialmente a atenção: era repleto de troféus, estandartes de times de futebol e um grande cartaz, amarelado pelo tempo, da ex-governadora Roseana Sarney, com um slogan: *um novo tempo*. Perguntei a ele de quem eram aqueles troféus e ele disse que foram ganhos pelo “time da feira”.

Esta parte, o dito *miolo*, é o ponto da cumeeira da Feira. O pé direito alto proporciona uma espécie de mural, acima dos boxes, que se transformam em painéis de propaganda política, com inúmeros cartazes de políticos, páginas de jornais com fotografias e bandeiras de times de futebol. Alguns boxes deste *miolo* vendem carne de sol e peixe seco, que permanecem expostos sobre o balcão.

Há dois boxes em forma de dois hemisférios, que formam o centro da Feira. A partir desse círculo, há dois anéis de maior raio, com boxes internos e externos. São um total de cinquenta e dois boxes, uma *pedra* de venda de peixes, quatro *capoeiras* de aves vivas e quatro *bancas* de venda de raízes e temperos. Internamente à Feira há, portanto, uma classificação e hierarquização de cada espaço de trabalho. Os boxes foram construídos durante o PPG e entregues aos feirantes.

As *capoeiras* de aves e a *pedra* de peixes foram construídas por alguns feirantes, que já possuíam boxes, mas desejavam ampliar a sua atuação comercial. As duas estruturas e as atividades nelas desenvolvidas são ilegais do ponto de vista dos técnicos da Comissão de Fiscalização do NG. As bancas de venda de raízes, temperos, verduras e garrafadas não são feitas de alvenaria como as duas modalidades anteriores. São feitas de madeira e papelão, e são desmontadas diariamente ao final do expediente.

É importante ressaltar que todas as modalidades de ocupação do espaço da Feira são “oficiais” perante o Sindicato dos Feirantes, pagam a taxa de manutenção da Feira e têm direito a voto nas suas assembleias.

A taxa de ocupação dos boxes varia de acordo com o tamanho. Boxes maiores pagam R\$ 1,40 ao dia e boxes menores pagam R\$ 0,70. O quiosque maior, na entrada principal, custa R\$ 3,50 a diária. Os boxes foram originalmente divididos por grades e no anel mais externo possuem um tamanho médio de 3,5m x 5,0m. Estes são os menores. Os maiores estão localizados no anel interno.

A geometria da Feira interfere diretamente nestes valores visto que são influenciados pelo tamanho dos boxes. Os do *miolo* são mais caros e maiores do que os do círculo mais externo. Três de meus cinco informantes têm seus boxes localizados nesta área mais interna da Feira. Os outros dois têm seus boxes principais às margens do corredor que liga as Entradas Norte-Sul.

A ocupação do espaço físico da Feira remete ao posicionamento dos agentes no espaço social. Os informantes da pesquisa, como relatei no item

1.2, são os feirantes mais antigos do lugar. Alguns deles possuem mais de um boxe na Feira e este fato lhes atribui maior poder de decisão sobre a gestão da FPG, já que cada boxe está associado a um voto nas assembleias do Sindicato dos Feirantes. O fato de estarem todos há mais de 25 anos na Feira permite que, com o passar dos anos, fossem acumulando capital econômico e assim comprando novos boxes, convertendo-os em capital político e simbólico dentro do espaço da Feira.

Utilizei o critério de antiguidade na escolha dos informantes para privilegiar os feirantes que estiveram presentes em 1979 e estão lá até hoje. Acredito estar diante da evidência de que o tempo de permanência na Feira é um capital simbólico de fundamental importância para entender a influência desses agentes no espaço social da FPG. Esta preponderância se expressa na localização geográfica privilegiada de seus boxes, em lugares de muito movimento, no fluxo principal da FPG. A geografia da Feira expressa relações de poder.

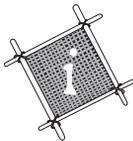


Figura 19 - Boxes dos informantes localizados no fluxo principal da FPG.

Elaborado pela autora, 2007.

Imagem no encarte.

Continuo a observar o espaço. Todos os boxes da Feira são fechados por grades e janelas de alumínio, que podem ser levantadas, dando espaço para o trabalho sobre o balcão. As portas também são em alumínio, mas há

grande variação de modelos, umas vazadas, outras completamente fechadas. O balcão é de granito de cor escura, as paredes e colunas são revestidas por cerâmica branca e opaca, com rejunte largo e escuro.

O dia começa mais tarde na FPG se comparado ao horário das outras feiras e também termina bem além do previsto. Quem chega primeiro na Feira são as pessoas que precisam arrumar os produtos antes de serem vendidos. Por volta das seis horas, chegam os funcionários dos boxes que vendem camarão seco. A mercadoria não chega diariamente, mas está no freezer e precisa descongelar até a hora do movimento na Feira se intensificar. As bancas que vendem café da manhã: manuê, beiju, café, leite, mingau de milho, também abrem logo cedo.

Há alguns feirantes que também servem café em seus boxes. Os dois que compõem a parte mais interna da Feira, o chamado *miolo*, oferecem este serviço. Neste horário, até as 8 horas, é lá que se concentra o maior movimento da Feira. Além do que é vendido nas barraquinhas, há ainda o pão francês e o caldo de ovos.

Na *pedra* de pescados, o trabalho começa com a limpeza dos peixes e os primeiros fregueses chegam a partir das 7h30. A verdura fresca chega nas bancas que se dispõem ao longo da *Entrada sul*: alface, rúcula, cheiro verde. Na capoeira das aves, a limpeza da pedra de abate é a primeira tarefa, o chão e a área adjacente são limpos em seguida. Neste horário, ainda antes das oito horas, já há clientes bebendo cerveja e a música está sempre presente em alguns espaços da Feira.

Percebo que há uma espécie de zoneamento dentro da Feira: o setor dos bares e restaurantes; o setor da venda de camarão seco; o setor das mercearias e o setor das pequenas lojas de artesanato.

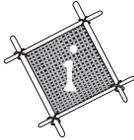


Figura 20 - Mapa de ocupação atual da Feira da Praia Grande, em setembro de 2007.

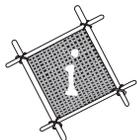
Elaborado pela autora.

Imagem no encarte.

Com o passar das horas, os demais boxes vão abrindo. Os responsáveis pelas mercearias que vendem secos e molhados colocam seus produtos pendurados na grade, no balcão, ou nos bancos de madeira que ladeiam os boxes. Toucinho, doces, cachaças de vários tipos, com caranguejos no interior das garrafas - e entre elas a *tiquira*⁸ sobressai, por sua cor lilás - óleos vegetais, bombons com recheio de frutas como cupuaçu, buriti, bacuri, castanha e farinha d'água. Queijos vindos do interior e outros gêneros alimentícios são o forte das mercearias, mas produtos de miscelânea, ou mesmo alimentos industrializados, também estão presentes nesses boxes. Sua aparência é sempre de muita coisa em pouco espaço, com o acúmulo de

8. Bebida alcoólica feita a partir da fermentação da mandioca e por isso assume uma cor levemente azulada. A VISA, durante as reuniões da Comissão de Fiscalização, alertou para a quantidade excessiva de azul de metileno adicionada à cachaça para realçar a cor lilás, já que essa característica é apreciada pelos turistas que compram a tiquira como *souvenir*.

sacos, cofos⁹, pacotes, tudo pendurado no teto do box, por cima de mesas, sobrando pouco espaço para circulação no seu interior. A opção do feirante é, muitas vezes, ficar do lado de fora, sentado, ou apoiado no seu balcão. Cigarros “a retalho”, barbeadores, cartões telefônicos, sabonetes, um sem fim de mercadorias pode ser encontrado na Feira da Praia Grande.



Figuras 21 e 22 - Os produtos posicionados nos boxes da FPG.

Fotos: Guto Côrtes

Imagens no encarte.

Por fim, as pequenas lojas de artesanato vão se abrindo, já próximo das nove horas. Até por volta da hora do almoço o movimento é tranquilo, passam alguns turistas, pessoas comprando farinha. Parece que vão à Feira com esta finalidade.

O movimento nos bares e restaurantes torna-se mais intenso. Perto do meio-dia não há um só lugar desocupado. É intensa a rotatividade de pessoas: uma mesa esvazia e já há um grupo pronto para se sentar. Um fila de espera se organiza. O calor intenso faz com que as pessoas se acomodem embaixo dos toldos improvisados ou das árvores. Chegou a minha vez. Como eu estava só, uma mulher aproximou-se e perguntou se poderia dividir a mesa comigo. Aceitei, e ela se sentou. Há uma diferenciação entre as

9. Como são chamados, no Maranhão, cestos confeccionados em palha de babaçu ou de outra palmeira.

mesas de cada restaurante. Quem senta à mesa de um determinado espaço só pode ser atendido por garçons específicos. Não se pode sentar na “área” da Vovó Roxa e pedir comida no Toldo Azul.

Conforme a regra, fiz meu pedido. Perguntei o que havia para ser servido e a garçonete mostrou-me um quadro pendurado na parede, com todas as opções: assado de boi, assado de porco, mocotó, sarrabulho, galinha ao molho, carne de sol, carneiro ao coco, peixe ao molho, peixe-pedra, pescadinha e pescada. Ela leu tudo, mesmo com o quadro exposto. No quadro, havia uma tradução ou a explicação de cada prato em inglês. Perguntei por que havia o texto em inglês e ela disse que havia muito turista por lá. Escolhi a última opção, a pescada frita. R\$ 8,00. Ela segue para o interior do boxe, faz o pedido e volta com uma garrafa pet de refrigerante, com água congelada, um copo e coloca-a sobre a minha mesa.

Esse espaço tem revestimento de azulejo e possui forro de PVC. Nem todos têm esse acabamento. O boxe ao lado não tem forro e o do outro lado tem forro de madeira. A procura por cada um deles também é nesta ordem. O de madeira é o mais procurado, o de PVC em segundo lugar e o sem forro é sempre o mais vazio.

Olho ao redor e não há, aparentemente, nenhum turista. Das pessoas que estão almoçando, muitas eu conheço de vista, por frequentarem sempre a Praia Grande; com algumas, eu tenho contato pessoal próximo. Durante os dias que passei na Feira, muitas vezes, vi as mesmas pessoas, no mesmo horário, nos mesmos lugares. Parece ser um hábito frequentar a Feira. Per-

guntei à garçonete onde estavam os turistas que ela havia dito que frequentam muito o local. Ela disse que naquele momento não havia, mas que era fácil ver quem eram, porque geralmente são os *gringos* que comem por lá. Os turistas brasileiros também são fáceis de reconhecer: segundo ela, são os que andam de *havaianas*, de mochila, e que são meio *ripongas*. *Turista bacana não come aqui não... come aí do lado de fora, no Antigamente!*

Observo como este depoimento referencia a dicotomia do *interior* e do *exterior*. *Turista bacana* come do lado de *fora*; *turista riponga* come do lado de *dentro*. O capital econômico é ressaltado, mas creio que o que está em jogo é o capital cultural... O que os turistas buscam na Feira? Que forma de fazer turismo é essa? O que me sugere este depoimento é que a relação com o espaço é que é diferente. Trata-se de modos diferentes de se fazer turismo.

Continuo meu passeio pelas tardes da Feira que são bem movimentadas. Logo após o horário do almoço, que termina por volta das 14h30, começa a chegar o público para a cerveja do fim de tarde. Há um momento de tranquilidade, logo após o almoço. O calor é muito forte, mas começam a surgir áreas de sombra. Muitos clientes que chegam tarde para o almoço já ficam para o fim de tarde na feira. Durante o horário do almoço, todos os restaurantes funcionam, mas os mais procurados são os do quadrante Norte-Leste da Feira. Para o almoço tardio, já após as 14h, os mais procurados são os do quadrante Leste-Sul. Mesmo na hora do almoço, os restaurantes desse grupo servem refeição, mas os clientes têm um tempo de permanência maior. Bebem mais cerveja, ficam mais tempo conversando, há sempre música tocando. A rotatividade de pessoas é menor.

Além das atividades de bar, há ainda o café no *miolo* da Feira. O movimento é intenso, semelhante ao da manhã. Pessoas nos balcões conversavam em tom de voz alto. Outras passam rápido, tomam um cafezinho puro e seguem, muitas vezes saindo pela direção oposta da que entraram. Outras pessoas sentam, tomam café com bolo, com pão, conversam com as senhoras dos boxes. E, por fim, saem pelo lado oposto do que entraram.

Nesse horário, há bastante turista. Pessoas que olham e examinam o espaço. Famílias, grupos acompanhados por guias. Passam pelo mesmo fluxo, preferencialmente o das entradas Norte-Sul. Os turistas passam de forma rápida, pegam algumas coisas, perguntam o que é. Às vezes compram, mas é raro observar turistas fora do eixo Norte-Sul.

Observo a dimensão da **passagem** e do **trânsito** na Feira. Mesmo sendo um lugar que faz sentido para muitos é também um lugar onde percebi a efemeridade das relações. A compra ocasional revela o único instante de troca entre o visitante e as pessoas da Feira.

Este trecho Norte-Sul da Feira é a passagem mais ampla, mais iluminada. Neste horário, o odor se torna mais forte. Perto da entrada Norte o odor se intensifica, com uma mistura de esgoto, brotando de uma caixa de gordura, com o dos camarões secos, expostos em abundância em cofos¹⁰ de palha sobre os balcões ou nos bancos que ladeiam os boxes dos corredores.

10. Na FPG geralmente acondicionam camarão e peixe secos ou lixo, como cascas e sementes extraídas de frutas nativas.

O início da noite, horário de fechamento da maioria das feiras, é um período de intenso movimento na FPG. Como de costume, inicio meu percurso pela entrada principal, em direção à outra saída, como a maioria das pessoas. Neste horário, por volta das 18h, o quiosque grande está bem cheio, a TV ligada e muitos homens tomando cerveja e conversando. Ao redor do quiosque, há duas mesas de jogo de dominó. Além dos dois jogadores de cada mesa, há vários homens em pé, ao redor, assistindo às partidas. Sigo, passo pelo *miolo* e chego à área mais escura, onde vejo um grande aglomerado de pessoas. Neste boxe há mais de trinta homens bebendo cerveja. Encontro uma pessoa conhecida e pergunto por que aquele boxe está tão cheio. Ele responde que é pelo preço da cerveja, bem mais barato: R\$ 2,10. É o chamado boxe do “Irmão”. No boxe ao lado, há um senhor dormindo sobre o balcão. De chapéu de palha e pele bastante enrugada, dorme em sono profundo, em meio a um barulho que vai aumentando à medida que me dirijo para este lado da Feira. Mais tarde, no decorrer desta pesquisa, ele viria a ser um de meus informantes, o mais idoso, o feirante mais antigo, dono de muitos boxes dentro da Feira.

Música, conversa alta, pessoas passando de um lado para o outro neste corredor, que de largura não tem mais do que dois metros, além das tantas outras que estão paradas no boxe do Irmão.

Sigo adiante e chego à parte mais externa, o quadrante Leste-Sul, a mais movimentada da Feira. No canto esquerdo, observo que toda a área é ocupada por mesas e cadeiras, ao redor de quatro boxes principais que, ao som de boleiros e merengues, disputam a freguesia que se aperta neste triângulo de, aproxi-

madamente, 200m². São 48 mesas, todas ocupadas em sua máxima capacidade e mais um sem fim de cadeiras que, a cada instante, são passadas por cima das pessoas já sentadas, a fim de acomodar aqueles que chegam depois.

Ao fazer menção de procurar uma mesa, um garçom de um dos boxes veio atender-me. Disse que não havia mesa, mas se eu quisesse poderia me sentar com um cliente que já estava em uma mesa, mas que estava sozinho. Este, disse que eu ficasse à vontade, que ele já estava de saída e que eu poderia sentar. O garçom completou: *Aqui é assim, o sistema é de lotação!* Sentei-me, então, em uma extremidade mais afastada da entrada, de onde observava toda a movimentação desse espaço. Em todas as mesas havia pelo menos uma garrafa de cerveja. Pedi uma cerveja. Havia um grande tráfego de vendedores ambulantes vendendo de tudo: ovos de codorna, camarão seco em porções, com rodela de limão; salgadinhos acondicionados em isopores, vendidos em porções de 10 unidades, em copos plásticos. Queijo coalho assado na brasa na hora, ostras. Tudo por R\$ 1,00.

Como era uma sexta-feira, as pessoas pareciam bem animadas. Já passava das 19 horas e, a cada momento, chegavam mais pessoas, e aquelas que estavam lá parecia que vinham direto do trabalho. Homens de calças e camisas de mangas compridas dobradas, sapatos e meias. Maquiagem, cabelos arrumados, saias e sapatos altos eram predominantes entre as mulheres.

Na maioria das mesas, havia apenas homens. A única mulher sozinha naquele espaço era eu. Mesas compostas apenas por mulheres eram cinco. Havia mais de duzentas pessoas apenas neste quadrante da Feira.

A iluminação neste espaço é bem precária. Há fios aparentes, apoiados em tubos de PVC, que sustentam os toldos improvisados de lona, cada uma de uma cor, onde se acumula água de chuva.

Esses boxes do anel externo são cobertos por telhas de barro. Reparo que alguns boxes possuem forro de PVC, além de uma área de varanda coberta por telhas. Em muitos casos, existe ainda mais uma cobertura improvisada de lona que possui, em média, 3 metros de extensão. Há uma fila de pessoas para sentar embaixo da lona, provavelmente pela iminência da chuva. Esta área, na qual estive sentada, é bastante abafada pela existência do toldo improvisado.

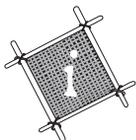


Figura 23 - Visão do quadrante da FPG ocupado pelos bares, com o toldo improvisado de lona azul. Foto: Guto Côrtes. Imagem no encarte.

Saio desta área do bar e volto para a entrada principal da feira, seguindo o som do tambor que vem de lá. É o chamado *Tambor da Feira*. Toda sexta-feira, os feirantes e frequentadores organizam o que é chamado no Maranhão de *brincadeira*¹¹. Todo mundo pode entrar na roda. As *coreiras* –

11. “Tambor de crioula é uma dança organizada por negros do Maranhão em homenagem a São Benedito e outras entidades. Não constitui, entretanto, manifestação especificamente religiosa, sendo considerada como ‘brincadeira’, que pode ser realizada em qualquer local e época do ano, inclusive no carnaval e em apresentações

mulheres que dançam o tambor de crioula – oferecem suas saias bem rodadas e floridas, que vestem sobre a calça ou bermuda, convidando as turistas para dançar. Há aproximadamente setenta pessoas em volta do tambor. De repente, o som do tambor é interrompido. A *parelha*, como é chamado o conjunto dos três tambores, é levada para trás do quiosque, onde há uma fogueira, e logo são colocados próximos a ela. O intuito é que o couro do tambor esquente e se estique novamente, recobrando a afinação, perdida por ficar frouxo depois de algum tempo sendo tocado. Neste momento, os tocadores e cantadores – homens bem mais idosos –, e também as chamadas *coreiras*, aproveitam para beber um pouco. Sentam-se nas soleiras das portas, pegam copos e aguardam a chegada de algumas garrafas de vinho e de cachaça, que circulam pela roda. É um momento também de conversa entre *brincantes* e espectadores. Muitos turistas observam o tambor. Há jovens da cidade que frequentam semanalmente o evento. Vários funcionários da Feira participam dançando, tocando ou apenas relaxando após um dia de trabalho. Neste momento de interrupção do tambor, o som de um bolero é ouvido de algum bar próximo, tomando conta do ambiente. Mais uma rodada de dança e batuque e o tambor é interrompido. Desta vez, a *parelha* é levada para fora da Feira. Vai esquentar o couro perto da “Praça da Faus-

públicas. Homens tocam três tambores longos, [a chamada ‘parelha’], com couro em uma só boca e entoam toadas conhecidas ou de improviso. As mulheres [denominadas *coreiras*] cantam e dançam, dando entre si, ou com pessoas da assistência, uma “punga” ou umbigada, numa espécie de convite à dança.” (FERRETTI, 1995).

tina”¹², o próximo lugar onde tocarão. As pessoas logo dispersam. É sabido o destino do tambor. Alguns o acompanham, outros se encaminham para o outro lado da Feira.

Logo que o tambor sai, o portão principal e os dois laterais são fechados. A única entrada e saída é a chamada *Entrada Sul*, perto dos bares abertos. A partir das 20 horas não se pode entrar mais na Feira, mas isso é variável. Se o porteiro conhecer o cliente, este tem permissão para entrar. O movimento se mantém até tarde, às vezes passa das 23 horas, ou até uma hora da manhã. Durante toda a semana há movimento noturno, pessoas bebendo cerveja e conversando, após o expediente. O bate-papo é regado à salsa, a merengue e a bolero. A feira, por fim, fecha. Há quem durma na Feira, mas são poucos.

Na manhã seguinte, por volta das seis horas, ela reabrirá, aos poucos, novamente.

12. A *Praça da Faustina*, é como é chamada a Praça do Poeta, localizada no bairro da Praia Grande, próxima à Rua do Giz. A proprietária do bar próximo ao local, D. Faustina, coloca suas mesas e cadeiras para receber um público cativo, que durante as noites da semana frequenta o seu bar. Hoje, é um dos lugares mais movimentados do bairro, atraindo adolescentes, universitários, intelectuais e turistas, principalmente nas noites de sexta-feira, quando o *Tambor da Feira* utiliza o espaço para suas apresentações. Mais adiante na pesquisa, analiso um episódio sobre a colocação dessas mesas e cadeiras em espaço público, provocando dispersão nas práticas e discursos oficiais na denominada *gestão do patrimônio*.

3. A construção das noções de patrimônio

“Ninguém ensina ninguém por decreto!
E o que nós estamos fazendo aqui é isso,
é educação patrimonial.”

Coordenador da Comissão de Fiscalização, 2007

Neste capítulo, investigo as diversas interpretações sobre a noção de *patrimônio* desde seu surgimento oficial, no período da Revolução Francesa, ligada aos sentidos de posse e herança, passando por sua apropriação pelos estados-nação, em busca de seus símbolos nacionais. No Brasil, este percurso não foi diferente. No contexto da criação do SPHAN (1937) e da gênese da noção oficial de *patrimônio* no Brasil, observo sobre quais alicerces o chamado *patrimônio* ajudou a construir “a identidade brasileira”; as escolhas e valorações que influenciaram os tombamentos a partir do final da década de 1930 e como esta realidade nacional será apropriada e reinterpretada na cidade de São Luís do Maranhão; quais as abordagens subjacentes à noção de *patrimônio* adotadas pelas instituições atuantes na cidade, quando tratam das políticas e práticas do que entendem por *preservação patrimonial*.

Verifico, ainda, como a criação de um órgão municipal de gestão patrimonial interfere nas práticas de preservação e dinamiza as ações de preservação, com a criação do Núcleo Gestor do Centro Histórico. Terei a oportunidade de descrever minha experiência durante os dez meses de participação no Núcleo Gestor do Centro Histórico e os desdobramentos que essa observação gerou em toda a pesquisa.

Considerando as estratégias de legitimação dos discursos dos diversos agentes envolvidos nesta pesquisa, priorizo, neste capítulo, especificamente, a construção das abordagens institucionais que surgem também permeando as entrelinhas dos discursos dos feirantes.

Esta análise, porém, se construiria estanke se não a contextualizasse na FPG e a confrontasse com as representações dos feirantes. Em uma abordagem transversal à construção das representações oficiais sobre o que está sendo entendido como *patrimônio*, pretendo dar visibilidade às representações não-oficiais, construídas a partir da ressemantização da ideia de *patrimônio*, do ponto de vista dos feirantes. Neste processo, percebo a dispersão dos discursos: a categoria *patrimônio* se constitui a partir de diversas representações, de diversos lugares e momentos de fala, de acordo com os interesses de gestores e feirantes.

Como fonte de pesquisa, lanço mão de documentos históricos, leis e decretos, bibliografia sobre o tema, além de depoimentos dos agentes sociais locais envolvidos diretamente na concepção das po-

líticas e ações públicas de preservação patrimonial e dos agentes alcançados por essas políticas, os feirantes.

3.1 Origens da noção de *patrimônio*: propriedade, posse e tombamento

“A categoria de Patrimônio não é uma invenção moderna.” Com esta afirmação, Gonçalves (2003) nos convida a fazer um percurso histórico. Ela está presente no mundo clássico e na Idade Média. De acordo com o autor, em muitas sociedades primitivas, a categoria de *colecionamento* traduz, de certo modo, o processo de *formação de patrimônios*. Mas em muitas outras sociedades, a acumulação de patrimônio tem como propósito a sua redistribuição, ou mesmo a sua destruição, como o caso do *kula* trobriandês e do *potlatch* do noroeste norte-americano. (MALINOWSKI, 1976; MAUSS, 2003).

Quando se trata, porém, da noção de *patrimônio* na sociedade ocidental, este termo está ligado à noção de *propriedade*¹³. Marcel

13. Existe porém toda uma literatura voltada ao estudo das sociedades camponesas que aponta para uma outra vertente em que a noção de patrimônio implicaria uma lógica jurídica própria, distinta daquela da sociedade ocidental envolvente. Nesses casos, a noção de patrimônio remete à noção de coletividade, de usufruto comum dos recursos, se contrapondo à ideia de apropriação privada. Um dos estudos clássicos neste sentido foi realizado por Meyer (1980), que estudou uma situação envolvendo uma comunidade rural nordestina no Brasil em que estava em questão o que

Mauss (2003) aponta em seus diversos estudos que bens e proprietários confundem-se em uma só entidade e que, muitas vezes, estes bens possuem atributos que vão além de suas qualidades utilitárias. Encarnam valores simbólicos e mágicos, muitas vezes o próprio *haut* de seus proprietários. As noções de *propriedade*¹⁴ e *posse*¹⁵ caminham

os trabalhadores chamam de *patrimônio do santo*. Neste caso, dentro de uma área de propriedade partam de um senhor de engenho, produtores agrícolas identificam terras que reconhecem como sendo de patrimônio coletivo posto que pertenceriam ao santo. As situações de *terras de santo* são comuns no meio rural brasileiro e remetem a uma lógica jurídica camponesa específica, o que tem sido apontado por diferentes autores. (ALMEIDA, 1989), (SOUZA FILHO,1998).

14. Propriedade s.f.característica do que é próprio **1** qualidade inerente aos seres (*propriedade dos gases*) **2** pertença ou direito legal de possuir(algo) (*direito de propriedade*) **3** porção considerável de terra com tudo que existe nela, pertencente a um dono; fazenda, herdade, quinta(*convidou-nos a conhecer sua propriedade*) **4** imóvel pertencente a alguém, prédio, casa (*tem várias propriedades na cidade*) **5** coisa possuída com exclusividade (*ele considera o computador propriedade sua*) **6** JUR direito de usar, gozar e dispor de um bem, e de reavê-lo do poder de quem ilegalmente o possua (*no regime escravocrata o escravo é propriedade do senhor*)(...).

15. Posse s.f.**1** ato ou efeito de se apossar de alguma coisa; propriedade **2** domínio de fato exercido sobre uma coisa (*queria descobrir de quem é a parte do terreno que desejava Comprar*) **3** estado de quem possui alguma coisa, de quem a detém como sua ou tem o gozo dela **4** estado de algo que é possuído por alguém, ou que esse alguém conserva consigo (*alguns homens consideram a esposa sua posse*)(...).

ao lado da noção de *patrimônio*¹⁶. A origem etimológica da palavra *patrimônio* aponta nesta direção: a herança do pai. Mais adiante abordarei essas noções que surgem constantemente nos discursos de gestores e feirantes, relacionadas à noção de *tombamento* e como oficialmente elas são operacionalizadas tomando como fonte o Código Civil Brasileiro.

Choay (2001) contextualiza o advento da noção de *patrimônio* que se tem hoje, no período da Revolução Francesa, assim como também se situam nesse período o surgimento do conceito de monumen-

16. **Patrimônio** s.m.1 herança familiar 2 conjunto dos bens familiares 3 fig. grande abundância; riqueza, profusão(*p. artístico*) 4 bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)(...)5 JUR conjunto de bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa • **p. da União** JUR universo de bens públicos pertencentes à República Federativa do Brasil, e cuja defesa, conservação e guarda são atribuídas ao Serviço de Patrimônio da União • **p. líquido**(...) • **p. público** JUR conjunto de coisas pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, ou bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominical • ETIM lat. *patrimonium*, *i* 'patrimônio, bens de família, herança; posses, haveres; ver *pater*-(s. XIII *patrymony*; s.XV *patrimonio* • SIN/VAR ver sinonímia de pecúlio.

Fonte: HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

to histórico, e os seus instrumentos de preservação, como museus, inventários, tombamento e reutilização. Segundo a autora

A especificidade do monumento deve-se principalmente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001, p. 18).

Em um momento em que se buscava a identidade nacional francesa, com a derrubada da monarquia, em 1789, o Estado assume a *propriedade* dos bens confiscados à nobreza e ao clero, cuja destruição seria contrária aos ideais iluministas de difusão do saber. A partir de então, o Estado se encarrega, em nome do interesse público, da proteção legal de bens que simbolizam a nação. Surge a noção de *patrimônio*, qualificado como histórico e artístico. (FONSECA, 2003).

Observo que ao adquirir a *propriedade* dos bens da nobreza, o Estado francês passa a assumir também a *posse* destes bens.

De acordo com o artigo 1.204 do Código Civil Brasileiro

Adquiri-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade (BRASIL, 2005, p. 220).

No Brasil, deu-se um processo semelhante. A defesa de uma política de preservação patrimonial foi apoiada pelo movimento modernista, ainda que isso fosse aparentemente uma contradição. Mesmo defendendo uma ruptura com o passado, acreditavam aqueles que o integravam que isso era necessário apenas nas sociedades nas quais o passado fosse um dado internalizado, enraizado no imaginário social. Segundo eles, este não era o caso do Brasil. Havia a necessidade de estabelecer uma identidade nacional e o movimento modernista foi de fundamental importância para delinear essa “origem”. O Brasil já nascera colônia e as representações sobre o país partiam de um olhar estrangeiro. Os padrões que ditavam mentalidades, gostos e comportamentos eram os europeus, como se pode perceber em toda a arquitetura e cultura material até o início do século XX.

Se na França do final do século XVIII a iniciativa dos enciclopedistas foi integrada a um projeto político de âmbito nacional, em que os monumentos do passado passaram a ser valorizados como recursos para a formação dos cidadãos, no Brasil do início do século XX a preocupação dos modernistas só foi viabilizada porque encontrou o apoio decisivo no governo do Estado Novo: o do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, mineiro e vinculado por afinidades intelectuais e de amizade aos modernistas. (FONSECA, 2005b, p.172).

Nesta perspectiva de se desenhar a “brasilidade” foi criado o SPHAN – serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. O decreto-lei nº 25/1937 foi sancionado durante a gestão de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde, cuja principal incumbência era realizar o tombamento geral dos monumentos e evitar a evasão das obras, objetos de arte e de história dignos do apreço nacional.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

A pedido do citado ministro, Mário de Andrade elaborou o anteprojeto de lei com o auxílio de outros intelectuais modernistas como Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade (IPHAN, 2000). Sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a ação da instituição consistia, principalmente, na mobilização de esforços e o patriotismo de estudiosos, historiadores e especialistas no sentido de salvaguardar o que pelo Brasil afora ainda poderia restar, como merecedor de reconhecimento, conservação e divulgação.

Observo a estratégia de legitimação do discurso oficial, que busca o capital cultural dos líderes do movimento modernista para endossar o discurso sobre o que deve ser considerado *patrimônio nacional*.

O prestígio de que gozavam esses intelectuais e artistas junto à opinião pública legitimava o envolvimento do Estado numa política que contrariava interesses particulares, e que era frequentemente considerada elitista e como um entrave ao desenvolvimento urbano. (FONSECA, 2005b, p. 172).

Em diversas entrevistas concedidas durante o ano da criação do SPHAN, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1987) expõe as diretrizes operacionais, metodológicas e ideológicas da instituição, ressaltando a sua importância e estratégias de atuação.

A defesa do que então entendiam por *tombamento*, sob a condição de se estabelecer critérios de distinção e valor do que deve ser considerado parte integrante do denominado *patrimônio nacional* foi o fio condutor das ações iniciais do SPHAN. Segundo Andrade, a prática do tombamento

(...) constituirá apenas um registro, uma intervenção amistosa e esclarecedora no sentido de inculcar e despertar o sentimento de conservar e de apreço do que evidentemente se afigurar digno de integrar o patrimônio da história e arte do país. (ANDRADE, 1987, p.25).

A noção de *preservação patrimonial* da época não contempla o que hoje se entende por *intervenção*. O instrumento de preservação por excelência é o *tombamento*. Visando a restringir a sobreposição de direitos individuais aos do grupo, sem retirar do domínio do proprietário o bem cultural, o *tombamento* confere-lhe, no entanto, uma característica especial, ao determinar a obrigatoriedade de sua conservação e manutenção, como dever de toda a comunidade, visando sempre ao interesse público em geral.

Segundo o Art. 170, inciso III da Constituição Brasileira, não pode o proprietário de um imóvel deixar que este, por descaso na conservação e manutenção, chegue eventualmente a ameaçar o interesse público relativo à segurança e higiene.

Nas suas diversas entrevistas sobre a criação do SPHAN, Andrade trata a distinção entre o que deve ser salvaguardado ou não pelo processo de *tombamento*, como uma tradução do sentimento artístico de todo o povo brasileiro, “desde o seu primitivismo até as fases mais adiantadas de sua evolução”. (ANDRADE, 1987, p.25). Traçando um paralelo ao patrimônio europeu, compara a riqueza de nossos templos, que não têm a mesma exuberância e importância artística que os de lá, mas que são de fundamental importância para o **sentimento nacional do brasileiro**. A valorização da criação da instituição baseava-se na sua incontestável função de defender o que era nacional: **o patrimônio comum a todos os brasileiros**.

O depoimento da superintendente do IPHAN aponta para as limitações que a *lei do tombamento* impõe à propriedade privada:

A lei de tombamento, apesar de ser uma lei de 1937 é uma lei de vanguarda, porque ela incide sim na propriedade privada, a partir do momento que você tem a propriedade do bem, você usufrui dele, mas usufrui com limitações. Você não pode “Ah! É minha casa, vou derrubar essa parede”. Não. Você divide a sua propriedade com toda a sociedade. (SR-IPHAN, 2007).

A gestora refere-se à *de divisão da propriedade*. Segundo o Artigo 1.228 do Código Civil Brasileiro, “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”. (BRASIL, 2005, p.223). Porém, o inciso 1º do artigo restringe a ação do proprietário:

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como a evitada a poluição do ar e das águas. (BRASIL, 2005, p.223).

A partir desta ressalva, infiro no Código Civil do país que a lei de *tombamento* realmente incide sobre a *propriedade* do imóvel. O dono do imóvel detém a posse e a propriedade é exercida de forma

parcial. Porém, um proprietário de um bem tombado detém o direito de venda, portanto ele é o *real proprietário do bem*.

É importante ressaltar que esse direito de venda é cerceado pelo *direito de preferência* que é atribuído ao Estado, pelo Decreto nº 25/1937, que reza que

em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência. (BRASIL, 1937).

Observa-se que o *direito de propriedade* é limitado, tratando-se de um bem considerado *patrimônio*. O seu proprietário não tem autonomia para fazer intervenções no imóvel sem que haja o aval das instituições responsáveis pela área de tombamento na qual o imóvel se localiza; e se houver interesse pela venda do imóvel, a negociação deve ser feita primeiramente com o Estado, considerando-se as suas condições de compra e valores inferiores aos praticados no mercado, quase incorrendo em uma desapropriação do bem. Na verdade, a justificativa para o tratamento diferenciado do bem patrimonial é o interesse público, de acordo com o trecho extraído do decreto de nº 25/1937:

Quando o Poder Público reconhece através do ato de tombamento, e após os estudos técnicos que determinado bem, móvel ou imóvel, tem valor cultural, torna-se imperiosa a sua preservação tendo em vista o interesse social. Como consequência disto,

o proprietário do bem, que continuará a exercer sobre o mesmo todos os seus direitos de usar, fruir, dispor, deverá, no entanto, observar certas regras especiais, de modo a evitar a descaracterização do valor cultural protegido, pois isto caracterizaria, em última análise, uma agressão ao interesse público e social que o objeto representa. (BRASIL, 1937).

Ao direito individual da *propriedade* sobrepõe-se o instrumento técnico-burocrático do tombamento que é o meio que o Estado encontra para proteger o direito coletivo de usufruir de um bem que tem valor cultural. Esta abordagem coletiva lança mão de valores que apontam para a coletividade, de uma abordagem que a privilegia em detrimento do indivíduo, de uma abordagem que tem por fundamento valores coletivistas.

Quem formula o que deve ser tombado são as instituições de preservação patrimonial. Mesmo quando a sociedade civil solicita, por meio do Ministério Público, um tombamento, quem avalia o pedido são os órgãos públicos de preservação patrimonial, os quais definem se o bem é digno ou não de ser tombado.

De acordo com a definição da Constituição Brasileira, em seu artigo 216, entende-se por patrimônio cultural brasileiro:

“(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas,
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, 2003).

O que em sessenta anos vêm sendo priorizado nos processos de tombamento são elementos que constituem os incisos IV e V da lei. O inciso III é contemplado pelas leis de direitos autorais.

As manifestações intangíveis, que representam as práticas culturais coletivas, eram relegadas a um segundo plano. Tradicionalmente, a dimensão imaterial dos lugares e das manifestações culturais eram protegidas a partir do tombamento de edificações. No caso do Mercado Ver-o-Peso, em Belém, a dimensão intangível foi protegida a partir do tombamento da arquitetura, esta sim, de “excepcional valor artístico e histórico”. A Feira de Caruaru, em Pernambuco, por sua vez, não possui nenhum conjunto arquitetônico que justifique o seu tombamento. Um lugar que expressa inúmeras referências da cultura sertaneja nordestina está fora de qualquer política pública de preservação, pela falta da expressão material de arte e história, segundo os valores modernistas do que é a origem e a cultura brasileira. (FONSECA, 2003, p.58).

Observo que na FPG a preservação da dimensão simbólica obedece ao mesmo processo do Mercado Ver-o-Peso. Por estar inserida em um exemplar da arquitetura de valor histórico e artístico, as práticas locais da Feira acabam fazendo parte deste *patrimônio*.

O Decreto nº 3.551/2000

institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. (IPHAN, 2000).

Com esta nova abordagem, redefine-se também o que sejam as práticas de preservação. De acordo com Fonseca (2003), as práticas de preservação hoje caminham no sentido de mapear as diferentes manifestações da cultura brasileira e visam à expressão cultural de grupos e nações de tradição não europeia. Como uma política compensatória, as práticas de conservação atuais visam à interpretação da cultura, à sua produção material e simbólica. É impossível “tombar” uma manifestação cultural, no sentido tradicional e conservador do termo; é preciso criar condições para a reprodução de sua materialidade, em suas expressões e práticas culturais. Como reza o Decreto nº 3.551/2000, a preservação hoje acontece na forma de apoio à produção, em registros das manifestações cênicas, dos ritos, dos saberes e dos mitos. A garantia de condições de produção, reprodução e transmissão de conhecimento são as principais estratégias de conservação do patrimônio imaterial.

Retomando o ensaio de Eric Wolf, no qual o autor analisa as diversas apreensões sobre a Virgem de Guadalupe pelos diversos grupos sociais que constituem o México, penso que assim como neste fenômeno, a construção da noção de *patrimônio* se faz de uma forma heterogênea, mas sobre a base da noção de identidade nacional e da coletividade que os estados-nacionais mantêm sobre o seu escopo unificador. A importância de se haver um *patrimônio* é de se construir um pensamento coletivo, daí minha proposta de tratar a noção de *patrimônio* como uma *representação coletiva*. Ainda me referenciando em Wolf, isso não quer dizer que a forma de recepção da noção, construída sob uma ótica da coletividade, seja feita da mesma maneira. Observo que as regras sobre a gestão do *patrimônio* estão claras nos decretos e leis que organizam a sua *práxis*, mas as diversas formas como os agentes sociais as apreendem são reflexos de como essas leis e normas se projetam sobre seus interesses individuais, gerando uma ampla gama de representações para a noção de *patrimônio*. Em momentos e contextos de falas diferentes, o valor simbólico de cada bem tombado assume um valor específico para cada agente social, de acordo com sua posição no espaço social e seus capitais em jogo.

Para contextualizar esta abordagem, debruço-me sobre os depoimentos de alguns feirantes, quando eu perguntava se a FPG era patrimônio e de quem:

É patrimônio sim, porque quase todos os boxes daqui é passado de pai para filho, e quase todos aqui são assim, e é como eu tava dizendo... (Feirante 3, 2007).

Vou colocar uma música da época que eu era bem jovem, que meu pai tinha um boxe aqui. Ele foi feirante uns 45 anos da vida dele. E depois passou pra mim. Ele criou a gente com o sustento desse comércio aqui. Foi uma coisa passada de pai pra filho. Mas eu não quero deixar isso aqui pro meus filhos, não. Eles gostam de estudar. Como eu disse, não quero deixar isso aqui para meus filhos não. Eu só trabalho aqui pra complementar a minha aposentadoria. Sou aposentado do Estado. São os filhos que movem a gente a fazer as coisas. Eu quero outro futuro para eles. (Feirante 2, 2007).

Nestes depoimentos os informantes atribuem à noção de *patrimônio* o sentido de *herança e hereditariedade*, o que é *passado de pai para filho*, aos boxes, um bem privado, no sentido etimológico da palavra *patrimônio*, herança do pai.

A idéia de *patrimônio* também surge associada à propriedade de quem interferiu no lugar: “A Feira é Patrimônio do Projeto Reviver... é... patrimônio.” (Feirante 1, 2007). Nesta frase o feirante resume sua representação sobre a *propriedade estatal da Feira*, quando se refere ao Projeto Reviver, nome que recebeu o Projeto Praia Grande, financiado pelo governo do estado do Maranhão.

Nesta mesma perspectiva, encontramos uma outra abordagem sobre a propriedade da FPG enquanto *patrimônio*.

Olha, eu acho que a Feira hoje é patrimônio do sindicato dos servidores porque eles vivem aqui há mais de sessenta anos, aqui sempre foi mantido pelo sindicato, hoje nós temos uma associação e tem mais um contrato de três anos, nós temos três contratos de quinze anos aqui. (Feirante 5, 2007).

A dimensão do tempo ganha peso nesta representação. A abordagem revela que o fato de manter a FPG garante a sua *propriedade* ao sindicato. Uma outra voz aponta na mesma direção:

E hoje nós temos, deixa eu ver, sessenta e poucos anos de contrato, uma banca com aquela ali, o dono já é o proprietário...e nós como associados zelamos pelo o que é nosso, cai uma coisinha, junta, cai outra coisinha, junta, viu, e é tudo mantido nesse rumo. (Feirante 1, 2007).

Aqui agrega-se a noção de *zelo*, indicando que o cuidado com o bem confere a quem o faz um certo direito¹⁷. O contrato, ao qual os

17. Sobre a categoria nativa *zelo* e os direitos a ela associados consultar Paula Andrade, 1999. Embora o estudo da autora refira-se a um contexto de economia camponesa e aponte para uma jurisprudência camponesa, é inspirador no sentido de se pensar como esses agentes podem associar a ideia de cuidados àquela de certos direitos de posse.

feirantes se referem, é o de comodato com a Prefeitura que, de quinze em quinze anos, pode ser renovado, se for de interesse de ambas as partes. A manutenção desse contrato isenta o pagamento de IPTU pelos feirantes, que detêm a posse de fato e de direito dos boxes. Este direito é passado hereditariamente ou entregue a terceiros cotidianamente na Feira, por meio da venda. Observo que há consciência sobre o valor de troca dos boxes e isso está claramente associado ao valor simbólico que o *patrimônio* adquiriu:

Eu falo pra gente negociar de pegar a posse da feira, aí eles [os outros feirantes] falam que vão ter que pagar IPTU, vão ter que reformar...Mas valia a pena...eu vendi um boxe aqui por 7 mil. Se esse boxe fosse meu, eu tinha vendido por 100 mil. Aí valeria a pena. Sabe por que esse boxe não sairia por menos disso? Você não compra nenhuma porta e janela por esse preço aqui no centro... essa Praia Grande tá sendo muito valorizada. E nada pode ser feito aqui, se não considerarem essa feira. Ela é o coração da Praia Grande...onde tudo começou. Isso aqui é meu e não é meu. Eu tinha três boxes, agora tenho só esse aqui...(Feirante 2, 2007).

Neste depoimento, revela-se uma evidência sobre a fluidez das noções de *propriedade* e *posse*. Na verdade, os feirantes detêm a posse, porém não detêm a propriedade. Quando eles se referem à *posse* referem-se ao direito de propriedade. Assim, a *propriedade*, segundo esse entendimento, está relacionada aos deveres de manutenção e

pagamentos de impostos que incidem sobre o bem. Mas há a percepção sobre a lucratividade de se ter um bem em uma área como a Praia Grande, especialmente na FPG. E surge o dilema de buscar a propriedade e assumir o ônus da manutenção ou não gozar dos possíveis lucros provenientes da venda de um imóvel em tão valorizado local. A metáfora do *coração* que terei oportunidade de aprofundar na análise mais adiante, fala do valor simbólico que a Feira adquire com a valorização do bairro da Praia Grande, o seu posicionamento estratégico, onde tudo teria começado. E o feirante conclui, desnudando toda a ambiguidade de sua posição e de seu entendimento sobre ela: *é meu e não é meu*.

Assim, concluo este item, observando que a noção de *patrimônio* relaciona-se primordialmente à categoria oficial de *propriedade*, que surge muitas vezes como sinônimo da categoria nativa de *posse*. Está vinculada à manutenção e organização da Feira, assim como a seu posicionamento estratégico, como o *coração do lugar*. A alusão ao *Projeto Reviver* sugere-me muito mais uma figura de linguagem para se referir ao próprio bairro da Praia Grande que ao Projeto Praia Grande, mais tarde chamado *Reviver*. É comum ouvir as pessoas chamarem o bairro pelo nome do projeto que o teria retirado da *decadência*, para usar uma categoria encontrada nos depoimentos.

3.2 Identidade local: decadência, tradição e preservação

A preocupação constante de Rodrigo de Melo Franco de Andrade era expor que o tombamento proposto no final da década de 1930 não seria apenas uma obra para eruditos, mas que era preciso divulgar ao máximo as relíquias históricas e artísticas nacionais, a fim de educar o povo com o seu conhecimento. “As massas precisam também saber desses assuntos.” (ANDRADE, 1987, p.27).

Nesta linha de ação, de levar às denominadas “massas” o sentimento nacionalista provocado pela identificação de símbolos comuns a todos os brasileiros, os discursos institucionais de *preservação patrimonial* difundem-se nos diversos níveis de poder até o nível municipal. Em São Luís, há algumas peculiaridades que acentuam a importância da noção de *patrimônio*, começando pela extensão e homogeneidade do seu conjunto arquitetônico.

Em muitas cidades do país há prédios da mesma época, do século XVIII, mas são edifícios isolados, pontuais, em meio à paisagem urbana contemporânea. Em São Luís, a realidade é outra: são cerca de três mil e quinhentas construções ocupando uma área de 250 hectares. O conjunto foi tombado pelo SPHAN em 1955 e, em 1997, a UNESCO incluiu parte dessa região do centro antigo de São Luís na lista do Patrimônio Mundial. No Brasil, figuram ao lado de São Luís, na mesma lista, as cidades de Olinda (PE), Salvador (BA), Brasília

(DF), Goiás (GO), Diamantina (MG), Ouro Preto (MG), Congonhas (MG) e São Miguel das Missões (RS). (BRASIL, 2007).

O fato de haver um acervo arquitetônico de grande porte preservado, ainda hoje, foi muitas vezes associado a uma estagnação econômica, em decorrência da chamada *decadência da lavoura* (ALMEIDA, 1983).

Como já exposto na introdução deste estudo, a área inicial da cidade de São Luís surgiu com o incremento comercial na área da Praia Grande. O movimento do Porto da Praia Grande e a fixação de comerciantes naquela região propiciaram a organização do espaço. A presença dos comerciantes foi fundamental para o aterramento da área onde hoje está localizada a FPG. Esse momento de grande fluxo de mercadorias e circulação de moeda é coincidente com o período apontado por Almeida como constituindo, para os autores consagrados que escrevem sobre a história econômica do Maranhão, o início da *prosperidade da lavoura*, que corresponde ao período de criação e atuação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão:

A data que é acionada como 'marco-zero' da história econômica e agrícola do Maranhão situa-se em 1755-56. (...) O que antecede a este marco é como se fora a pré-história da agricultura no Maranhão e o que o sucede é traduzido por um fechamento do intervalo cognominado de prosperidade, que inaugura o domínio de uma decadência como característica constante do presente de quem fala. (ALMEIDA, 1983, p.200).

Durante este período de praticamente 80 anos de denominada *prosperidade*, os investimentos dos comerciantes na área foram responsáveis pela construção dos sobrados, solares e moradas que ainda hoje permeiam o centro da cidade.

A maioria destes sobrados cujas edificações datam da época do ‘boom’ econômico maranhense tem características totalmente influenciadas da arquitetura portuguesa, desde a época do Brasil-Colônia, chegando muitos deles a possuir três pavimentos. No térreo, de piso de cantaria picada, funcionava o estabelecimento comercial; no primeiro andar, com janelas de sacada de ferro, residia o proprietário e a sua família. No segundo, com janelas de parapeito, moravam os caixeiros e também servia para hóspedes e fregueses de passagem por São Luís. Nas suas fachadas predominava uma azulejaria de extrema beleza. (REIS, 1982, p.38).

Esta paisagem descrita revela o cotidiano e características formais do sobrado colonial. É importante pontuar que no momento da chamada *prosperidade* essa era a forma valorizada de moradia, da classe economicamente dominante, cujo capital político se fez ascendente pelos constantes investimentos na infraestrutura local. Com a instauração da chamada *decadência*, os proprietários mudaram-se para outras partes da cidade e pelo alto custo de manutenção, os casarões foram legados ao *abandono*.

Remeto-me ao item anterior, no qual tratava da identidade nacional. O que se estabeleceu como *patrimônio* artístico e histórico fo-

ram esses sobrados, retratos de um estilo de vida das classes mais abastadas da sociedade brasileira, frutos de uma colonização cultural e que se impõem como um dos símbolos da identidade nacional por meio do discurso institucional – como observei nos depoimentos históricos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade –, dentro do escopo das ações relacionadas ao objetivo de se levar o conhecimento dos símbolos nacionais às *massas*. As imagens das diferenças de classes são transformadas em ícones da igualdade. Em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre abre o caminho para se pensar sobre esse processo de atenuação de antagonismos que geram padrões culturais:

O sobrado, mais europeu, formando um tipo, o mucambo, mais africano ou indígena, formando outro tipo social de homem. E a rua, a praça, a festa da igreja, o mercado, a escola, o carnaval, todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre raças, foram atenuando os antagonismos de classe e de raças formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo. (FREYRE, 2006b, p. 35).

Para aprofundar a análise da categoria *decadência*, continuo analisando o percurso histórico da Casa das Tulhas, onde funcionava o principal entreposto comercial da época, tendo sua obra concluída em 1861, embora as atividades comerciais varejistas naquele espaço

iniciaram-se bem antes, ainda no século XVIII, com a criação do chamado “terreiro público”.

Com o declínio da produção algodoeira, inicia-se o desaceleração das atividades comerciais na Praia Grande. Com a diminuição dos investimentos e da circulação de capital na área, o processo de degradação dos prédios começa, sendo datado pelos diferentes autores como tendo se dado no início do século XIX e, segundo Almeida: “Gaioso refere-se a 1812, os administradores coloniais a 1819-20 e Tribuzi a 1808 (...). Expressam uma clivagem, geralmente nomeada como o término da idade do ouro no Maranhão”. (ALMEIDA, 1983, p.200).

Durante o século XX, todas as iniciativas de expansão da cidade a levavam para além do rio Anil e, como uma síntese na tentativa de modernização de São Luís, a construção da ponte que liga o centro ao bairro do São Francisco (1970), percurso feito apenas em barcos anteriormente, significa muito mais que uma importante intervenção urbanística, podendo ser caracterizada metaforicamente, como o fazem alguns, como uma “ponte para o futuro” (BARROS, 2001, p.12). E para trás, fica o centro da cidade, finalmente condicionado à sua *abordagem histórica*. (CHOAY, 2001, p.191).

O depoimento do Coordenador da FUMPH nos aponta os motivos mais corriqueiros para a *preservação* homogênea do *centro histórico* de São Luís.

Geralmente atribui-se isso a uma estagnação econômica. A partir da década de 40 [do século XX], São Luís entrou em um processo de estagnação econômica por conta da abertura das rodovias, da mudança do fluxo de mercadorias e comércio, que deixou de ser portuário e passou a ser via terrestre. A importância de outras cidades, a influência do sudeste aumenta neste momento, e São Luís perde este posto de capital comercial e se transforma mais numa cidade administrativa que outra coisa. E atribui-se a este processo de estagnação econômica a preservação do centro. (CG-FUMPH, 2007).

Sobre a Casa das Tulhas, o ápice de *decadência* se fez perceber algumas décadas depois, quando foi dividida em pequenas lojas de duas portas e vendida a particulares. Nas palavras do coordenador do PPG:

Isto [a Casa das Tulhas] permaneceu e resistiu assim até meados do século XX quando as conseqüências da estagnação econômica empobreceram a tal ponto esta comuna, que a Prefeitura alienou esta propriedade talvez para minimizar a insolvência financeira. Ou seja “privatizou” o belo imóvel e ao fazê-lo o fragmentou vendendo-o em “retalhos” para diversos novos proprietários. Tudo indica que cada um destes novos donos adquiriu uma loja de duas portas. (CG-PPG, 2007).

Nesse momento, identificado por Reis (1982) como o ano de 1947, a FPG é formada no quintal da Casa das Tulhas (que já vinha

sendo utilizado como depósito dos armazéns principais) com a entrada de pequenos comerciantes do bairro, mascates, pessoas que tiveram suas atividades profissionais interrompidas com a diminuição da atividade portuária no bairro da Praia Grande.

No depoimento do feirante mais antigo, observo as representações sobre o passado da Feira, o período de seu início, na década de 1950:

Antes vinha tudo do interior...as estradas eram ruim, tudo de piçarra. Aí que era, era fartura (...) o caboco era tinindo na marteleta, chegava arrumava duzentos sacos de farinha, duzentas saca de arroz, duzentos sacos de milho, duzentos de abacate, laranja, ele chegava e se oferecia... Você num quer comprar essa tulha de mercadoria? Tulha porque tava tudo empilhado né? Era a fartura... (Feirante 1, 2007).

Neste depoimento observo a origem e a analogia entre o nome do antigo entreposto comercial – Casa das Tulhas – e a noção de *fartura*. Ao dizer que havia muita mercadoria “*empilhada*” o feirante relaciona essa grande quantidade de produtos à *fartura*. Segundo essa representação a Casa das Tulhas era o *lugar da fartura* e o seu nome adviria, justamente, dessa ideia, qual seja, de muitos alimentos empilhados. Quando peço para que diga em que período a Feira era melhor, no início ou hoje em dia, mesmo acreditando que no período anterior era a época da *fartura*, ele aponta as melhorias sanitárias como fator importante na sua decisão:

Não, hoje, porque de qualquer maneira, naquela época não tinha nem saúde, hoje é tanta vigilância sanitária, tem que tá tudo nos trinquês, hoje é tudo limpinho, bonitinho, padronizado, os banheiros bem asseados, os pequenos restaurantes, pra modo de receber o turismo, comidas típicas, tá melhor, não desenvolveu naquela época pros caboclo, mas desenvolveu pros filhos da gente, tá bonito, tá bom. (Feirante 1, 2007).

Identifico a categoria *desenvolvimento* e na mesma fala a associação deste *desenvolvimento* à *limpeza* e ao *turismo*. A referência à *padronização* também revela a imposição de um discurso institucional, com a adequação da FPG ao turismo, seguindo padrões que não são os dos feirantes. É oportuno mencionar que o feirante aponta como *nos trinquês*, referindo-se às perfeitas condições para receber o turista, está muito aquém dos padrões estabelecidos pela vigilância sanitária como será revelado no item quatro deste capítulo¹⁸.

Como foi apontado no início deste item, há uma intenção em se estabelecer um padrão para que a noção de *patrimônio* caiba nos moldes

18. Não posso deixar de notar, porém, que o informante está respondendo a uma pesquisadora que talvez tenha sido identificada como alguém que observa a limpeza, observa os aspectos apontados por ele como representando o desenvolvimento e que, inclusive, estivera presente num momento de fiscalização juntamente com gestores públicos, conforme relatarei. Infelizmente, as representações sobre a pesquisadora não puderam ser aprofundadas no âmbito desta pesquisa.

determinados pelas instituições. No exemplo acima, pergunto-me até que ponto a presença da *vigilância sanitária* não está associada ao discurso de preservação patrimonial e à adequação do patrimônio ao turismo.

Outro feirante também relativiza a dicotomia “passado próspero” *versus* “presente decadente”:

As coisas mudam, mas mudam pouco, porque vendia muito naquela época, mas estragava muito. Hoje não, seis horas tu fecha, pega as coisas e joga tudo no freezer, ai só amanhã de manhã. Antes o cabra comprava muito, perdia muito e hoje eu compro menos o bastante pra eu vender num só dia e trabalho menos, perco menos e a vida continua...Então hoje tá melhor, é hoje que ainda to vivo, hoje é que é o bom. Hoje nós temos tudo aqui em São Luís, depois do plano real, nós temos fartura, num temos? (Feirante 3, 2007).

Para este informante, *o* que entende como *tempo da fartura* é hoje. Relativiza a quantidade do que era vendido e as perdas pela falta de acondicionamento do seu produto exclusivo, o camarão. De uma forma implícita, observo que as condições de armazenamento, representada em sua fala pelo *freezer*, foram condições de higiene implementadas que favoreceram as práticas cotidianas da FPG.

Outra abordagem, presente nos discursos institucionais para a *preservação* do acervo arquitetônico de uma forma dita homogênea, é a existência de uma série de ações que revelam um *pensamento pre-*

servacionista disseminado entre os intelectuais da própria sociedade ludovicence da primeira metade do século XX. Eles compartilhavam da ideia da construção da identidade nacional e mantinham ligação com o conselho consultivo do SPHAN desde a sua criação. Um informante questiona a *ideologia da decadência* e a estagnação econômica e aborda esta perspectiva:

Mas aí eu me pergunto: mas porque falar na estagnação econômica como fator de preservação do centro se a gente tem naquele mesmo momento algumas interferências bastante sérias como a Magalhães de Almeida, os prédios do BEM, o prédio do INSS, enfim a gente tem uma série de intervenções pontuais, uma série de intervenções de traçado, a própria Magalhães de Almeida, que eram proposta de preservação, mas que tinham também muita coisa de intervenção, (...) Na década de 50, 60, se estrutura o sistema viário para fora, bem para fora do centro, criando áreas de expansão, e aí nas décadas de 70, 80, essas áreas são ocupadas por grandes conjuntos habitacionais. (CG-FUMPH, 2007).

Ao se falar em *preservação do centro* e as interferências no traçado urbano, o gestor está se referindo ao cerne da própria questão sobre o que é dito colonial no denominado *centro histórico* de São Luís. O modelo urbano de São Luís teve seu chamado *centro histórico* influenciado por características espanholas, diferentemente de outras áreas do Brasil-colônia de influência urbanística portuguesa. Esse traçado urbano caracteriza-se pela existência das “plazas mayores y plazas de armas”, a orientação ortogonal das ruas de

acordo com os pontos cardeais, favorecendo a insolação e a ventilação uniformes, e as fachadas simétricas dos edifícios, refletindo expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos. (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.62).

Na fala de outro gestor, a continuidade do uso é percebida como fator diacrítico do *centro histórico* de São Luís, que segue o modelo da “Plaza mayor” e ainda hoje este espaço caracteriza-se pela concentração dos poderes:

(...) a área federal (de tombamento), ela pegou mais o bairro portuário, que é o bairro da Praia Grande, pegou a antiga cidadela, que é onde a cidade inicia que é aquela região da Praça Cívica, onde você tem os poderes constituídos, é o Forte de São Luís, onde está a antiga Casa do Governador, o Palácio dos Leões, a antiga Cadeia que ainda hoje é a Intendência Municipal da Prefeitura. O Fórum e a Catedral, que é o antigo Colégio dos Jesuítas. Então, você tem o poder religioso, o poder judiciário e o político constituído numa praça cívica. Acho que é uma das poucas cidades no Brasil que ainda mantém íntegra a sua praça cívica, conforme a implantação desde a época da colonização. (SR-IPHAN, 2007).

E ainda a mesma percepção sobre a *permanência de uso*, nas palavras do coordenador geral do PPG:

Alguns espaços do centro antigo de São Luís têm uma permanência de uso secular e por isto mesmo impressionante! No mapa dos holandeses de 1641 [figura 3] aparece uma construção estreita e

comprida na rua longitudinal, no interior do perímetro da grande muralha que configurava uma cidadela na acrópole ou cidade alta. Em poucas palavras, desde 1640 e até os nossos dias a “Prefeitura” de São Luís e o “Governo do Estado” se mantiveram localizados no mesmo ponto geográfico de sua original posição na malha urbana. O mesmo se pode observar da Igreja do Desterro e vários outros casos. A Feira da Praia Grande também segue esta ordem de acontecimentos. (CG-PPG, 2007).

Segundo o coordenador da FUMPH:

Em São Luís a questão de preservação do Patrimônio é uma questão de urbanismo, uma questão de planejamento urbano, até pela característica do acervo que a gente tem aqui. A gente tem um acervo valorizado principalmente pelo conjunto urbano que ele representa, não temos grandes monumentos, não temos grandes igrejas barrocas, ou coisas deste tipo, temos um conjunto urbano muito bem estruturado, a questão do traçado. O que é realmente colonial ainda em nosso acervo seria o traçado e algumas permanências de usos...a gente não tem, materialmente a gente não tem (...) Quer dizer, São Luís praticamente triplica de tamanho, em praticamente 20 anos, e quer dizer esse potencial todo, porque ele não foi direcionado também para a substituição do acervo do centro? Havia também uma dinâmica de investimento, não era só uma questão de estagnação econômica, a própria dinâmica de investimentos na cidade de certa forma preservou, deixou de lado o centro histórico. (CG-FUMPH, 2007).

Ao trazer a valorização para o traçado e as permanências de usos, o gestor traz à tona algumas características que fazem da FPG um lugar de importância nas dinâmicas sociais do bairro, como já foi afirmado em itens anteriores pelo coordenador do PPG. A Feira é um desses lugares do *centro histórico* de São Luís que mantêm a mesma função desde a sua fundação. Na verdade estou falando de uma **vocação do lugar**, pois a FPG é da década de 1940, mas o seu lugar é um ponto comercial varejista desde que o bairro da Praia Grande se estabeleceu. O gestor questiona, portanto, a *ideologia da decadência* (ALMEIDA, 1983) como fator para a *preservação* do centro de São Luís. Fala de sua perspectiva sobre a *preservação* do centro de São Luís:

Aí a minha pesquisa de mestrado, eu me questionei exatamente sobre isso, tentei enumerar e perceber se há outro fator interessante na preservação desse centro, e eu descobri que em São Luís, desde o início do século, desde 1917, já há uma série de intelectuais que começam a estruturar um discurso preservacionista. (CG-FUMPH, 2007).

O informante aponta para um diálogo mantido entre os intelectuais locais e as articulações em nível nacional para a *preservação do patrimônio*. O gestor aponta diversas formas de se pensar o *patrimônio*, que estão de acordo com as direções já apontadas no item anterior nas entrevistas de Rodrigo Melo Franco de Andrade:

A gente tem uma série de artigos, de intelectuais respeitados aqui de São Luís, defendendo a questão do patrimônio, e aí é interessante perceber o foco que eles davam naquele momento havia diversas correntes de pensamento, havia gente que defendia o patrimônio como fator de desenvolvimento, pelo turismo pela geração de emprego e renda, e havia quem defendesse o patrimônio pelo seu sentido estritamente material, da conservação da herança de gerações passadas, e havia quem defendesse o patrimônio com uma visão nacionalista, patriótica, de manter a identidade nacional. Se você ler os discursos que naquele momento eram publicados, produzidos, você vai perceber essas diversas tendências.

E eram discursos extremamente elaborados, e antes de chegarem nas revistas, a gente tem discursos na Academia Maranhense de Letras, na revista do Instituto Histórico, mas antes de chegar nas revistas eles eram publicados em jornais, eram artigos de debates públicos, e eu acredito que esse processo gerou, vamos dizer, uma mentalidade preservacionista, que também atuou, colaborou na preservação deste acervo. (CG-FUMPH, 2007).

Essa perspectiva apontada pelo gestor nos mostra o quão próximas estão as noções de *patrimônio* e de *preservação*. Essa organização de um *pensamento preservacionista* está ligada à necessidade de dar uma nova função àquelas antigas construções. Até a década de 1940, a área constituída pelo traçado urbano original da cidade configurava o principal núcleo urbano da Ilha. Com o Estado Novo, a partir de 1937, e a necessidade de renovação e modernização da capital políti-

ca do estado do Maranhão, surgiu uma série de correntes antagonistas, chamadas por Viana (2005) de “conservadores e demolidores”. Entre os discursos dos *demolidores* havia a necessidade de se derrubar os sobrados porque representavam um entrave ao que entendiam como *progresso* e *desenvolvimento* da cidade. Pela corrente dos conservadores, observa-se, nos discursos registrados em documentos, o fator para que se houvesse uma preservação: importância ao que percebem como *gerar renda* por meio do turismo; ao que entendem como elemento de *identidade nacional* e ao que identificam como *herança de gerações passadas*.

Ao ressaltar a existência de uma elite intelectual, o gestor aborda a contraposição da *ideologia da decadência* (ALMEIDA,1983) – o mito da “Atenas Brasileira”¹⁹ – em uma tentativa provinciana de alçar um lugar de excepcionalidade no cenário nacional.

A decadência e sua contraparte [o mito da “Atenas Brasileira”] se conjugam para fornecer o referencial imagético e discursivo a partir do qual se fala e se escreve sobre o Maranhão. (COSTA, p.80, 2001).

19. A idéia de ser a “Atenas Brasileira” surge ainda do Segundo Reinado quando existiu um “Grupo Maranhense”, do qual faziam parte grandes nomes da literatura nacional como Gonçalves Dias e Souzaândrade. Corrêa aponta que as elites provinciais produziam o Maranhão como “uma excepcionalidade” constituinte da Nação, mas distinguindo-se dela “pelo manuseio de uma superioridade espiritual, ao definir-se como Atenas.” (CORRÊA, p.102, 1995).

O discurso institucional da primeira metade do século XX é permeado por alusões à *origem francesa da cidade* e à *tradição maranhense*:

O culto àquela imagem da sociedade instruída, representada por uma constelação de estudiosos e intelectuais criativos, rendeu ao Maranhão o cognome de Atenas Brasileira e ao maranhense o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e efetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa. Aludida mitologia cultivada pela classe dominante foi repetida, acreditada e transmitida para toda a sociedade, chegando a um posicionamento de contraposição ao Brasil da força e da incivilidade. (LACROIX, 2000, p.62).

Na perspectiva de Hobsbawn (1997), penso que a ideia de *patrimônio* e a sua *preservação* surgem como esse elo com o passado próspero e idealizado. Ao se deparar com um momento interpretado como de *decadência*, em que se verificaria uma ruptura histórica com um período vivido como de *prosperidade*, que teria se prolongado até o século XIX, os agentes sociais procuram legitimar suas posições no espaço social por meio da *reinvenção das tradições*. Apegam-se a à noção de uma superioridade intelectual, agarram-se aos símbolos de um tempo próspero, e o conceito de *preservação patrimonial* surge, então, como instrumento de prolongamento desse passado.

Buscar na imponência e na grandiosidade dos sobrados coloniais este elo com o passado parece uma estratégia que se legitima

por sua escala, pontuando e marcando o espaço no qual se insere. Para falar sobre essa presença física dos edifícios tombados recorro a Halbwachs (2004).

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem (...) A imagem das coisas participa da inércia destas. (...) é o próprio grupo que, dessa maneira permanece submetido à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio. (HALBWACHS, 2004, p. 138).

Penso que a intenção de se preservar o *patrimônio* dito material e o motivo pela preponderância deste tipo de preservação estejam associados ao fato de esses sobrados estarem impregnados das relações sociais mantidas nesse espaço, outrora classificado como próspero e nobre. Relembrem uma tradição, amparam um tempo que já se foi, mas precisam ser lembrados e reconstruídos, ressignificados, posto que em novos contextos, em novas conjunturas, envolvendo novos agentes sociais e novas relações políticas, como inspiração para as novas gerações que se constroem sobre estes mesmos espaços.

A noção de *patrimônio* em São Luís, porém, ganhou uma dimensão mais ampla, comprometida com a necessidade de se preservar o que era entendido como *original*, específico, não só na arquitetura luso-brasileira, mas nas manifestações classificadas como *tradicionais*. O *patrimônio* no qual se tem interesse é o *patrimônio* definido como

tradicional, tanto que o nome da Comissão que se ocupa desta tarefa de preservação é nomeada *Comissão de Patrimônio Artístico e Tradicional*, criada em 1943.

A Prefeitura tem uma atuação bastante irregular nesta questão preservacionista ao longo do tempo. A iniciativa primeira da preservação, vamos dizer oficial, em São Luís, foi uma iniciativa da Prefeitura. Se formou uma comissão de preservação de patrimônio tradicional em São Luís em 1943, e essa comissão elaborou um zoneamento de preservação, baixou alguns decretos em conformidade com o que se estava pensando a nível nacional... (C-FUMPH, 2007).

No discurso de fundação da Comissão, formada por intelectuais de diversos campos de competência e saber, verificamos a abordagem nacionalista da noção de *patrimônio*:

Respeitar e amar o passado não é ser retrógrado ou passadista, a ponto de rebelar-se contra as leis incoercíveis da evolução e só querer respirar o bafio de velharias. Nenhuma rebeldia é, porém, mais inútil, mais ineficiente e ridícula que a rebeldia sistemática contra o passado. O passado impõe-se e comanda. Sem muitas vezes darmos por isso, volta-se o nosso espírito a cada instante para ele. Não quer isto significar que devemos calar os erros do passado. A nossa missão, ao procurarmos resguardar o que houver de histórico e artístico em São Luiz, é missão espiritual de patriótica atualidade. (TORRES, 1943 apud LOPES, 2005).

Observo, ainda, nesse período, a abordagem da arquitetura co-

lonial como um signo de identidade da cidade de São Luís. Em nome de uma herança do passado, há uma vinculação da noção de *patrimônio* com a noção de *origem e tradição*, influência direta do **movimento regionalista** liderado por Gilberto Freyre, no mesmo período, em Recife. O movimento regionalista se propôs a construir alternativas para a forma de modernização do Nordeste.

Essa investigação criteriosa das especificidades regionais se traduzia, para os intelectuais ludovicenses, na necessidade de conhecer o patrimônio local. (...) Nesta perspectiva, os regionalistas defendiam a identidade cultural multiétnica e mestiça do Brasil, expressa na cultura viva, feita de crenças, costumes e maneiras de viver, e na arquitetura tradicional luso-brasileira do século XVIII, com suas marcas de ‘abrasileiramento’. (LOPES, 2005, p. 76).

Essa tentativa de ter a arquitetura luso-brasileira como identidade local culminou com o Decreto Nº47 de 1º de julho de 1943, que proibiu a demolição ou reforma de casas que possuíssem mirantes ou fossem revestidas de azulejos, com o objetivo de preservar “o aspecto tradicional e mesmo peculiar da cidade” (São Luís, 1943).

A gente tem já a criação de instituições preservacionistas, do próprio Museu Histórico, o Instituto Histórico e Geográfico é fundado em 1924. Então a gente tem uma série de iniciativas, a gente tem um decreto, que já é da década de 40 que proíbe a destruição de casas com mirantes e com azulejos nas fachadas. (C-FUMPH, 2007).

A valorização de bens que não fossem qualificados apenas como artísticos ou históricos foi um traço que pode ser observado nas escolhas e valorações consideradas pelos primeiros tombamentos federais no estado, claramente influenciados pela atuação dos membros da Comissão:

Até agora a atividade da comissão tem se limitado quase tão somente ao patrimônio artístico-estético da urbs, principalmente, - e histórico. Terá, porém, de penetrar a fundo em outro setor - tradição. Deve trabalhar pela restauração das festas tradicionais da cidade. Não é impossível ao Maranhão de agora dar vida nova à festa dos Remédios e fazer voltar ao passado a festa de Santa Filomena. Podemos e devemos, os sanluizenses de hoje, realizar tais festas até com brilho mais intenso do que tiveram outrora. E porque não haveremos de fazer um esforço nesse sentido? (LOPES, 1943 *apud* LOPES, 2005, p. 75).

Nestes documentos já pode ser observada uma abordagem que só se consolida nacionalmente com o Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 (IPHAN, 2000), no qual se estabelece que as diferentes manifestações da cultura brasileira devem ser mapeadas e se instituem as resoluções oficiais sobre o conceito de *patrimônio imaterial*.

A criação do IPHAN, o próprio tombamento da Capela das Laranjeiras, que foi orientado por esses intelectuais que participavam desta comissão. O tombamento do Sambaqui do Pindaí, quer dizer, o Sambaqui do Pindaí foi o primeiro bem tombado

aqui em São Luís, e ele não é um bem cultural, ele é um bem arqueológico. E porque isso? Um dos intelectuais que atuava aqui em São Luís, tinha uma influência muito forte no IPHAN no Rio de Janeiro, e era um antropólogo, era alguém que se interessava pela questão da etnologia, que era Raimundo Lopes da Cunha, e tinha um artigo, inclusive foi publicado na Revista número um do IPHAN. A revista nº 1 tinha um artigo, que era o maior artigo da revista, que era de um maranhense, que atuava no Rio de Janeiro, defendendo a questão do Sambaqui, falando do Sambaqui da Maiobinha. É bem interessante esse momento, e a ligação dos nossos intelectuais daqui com os intelectuais do Rio de Janeiro, neste período. (C-FUMPH, 2007).

Faço aqui uma relação entre este tombamento realizado ainda na década de 40 e o fato de ser um bem arqueológico e um dos tombamentos de maior repercussão em toda a trajetória do IPHAN, o do terreiro da Casa Branca, em Salvador, na década de 80 do século passado. O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográfi-

cos e cinematográficos.

A polêmica em torno do tombamento da Casa Branca está no fato de ter sido inscrito no Livro do Tombo de *patrimônio etnográfico*. Esse fato aponta para uma hierarquização entre os Livros do Tombo: as igrejas barrocas são tombadas e inscritas no Livro do Patrimônio histórico; os terreiros são igualmente tombados, mas inscritos no Livro do Patrimônio etnográfico. A aparente diversidade contemplada pelas práticas de preservação patrimonial indicam na verdade um imbricado sistema de valoração e hierarquização ao que deve constituir o *patrimônio nacional*.

No caso dos sambaquis tombados na ilha de São Luís, foram todos inscritos no Livro do Tombo arqueológico, diferenciando-se da caracterização como *patrimônio histórico* conferida aos sobrados coloniais.

Encerro este item como uma reflexão sobre os papéis individuais dos gestores do patrimônio em São Luís e sua atuação como formadores de opinião sobre o que seja *patrimônio*. O coordenador do PPG é conselheiro do IPHAN nacional e participou ativamente do processo de tombamento dos terreiros, junto a antropólogos que discutem a questão da diversidade cultural; o coordenador da FUMPH é um pesquisador, cuja dissertação de mestrado investiga as causas e os fatores que propiciaram a preservação do *centro histórico* de São Luís. Ambos escrevem, publicam artigos e constroem nos âmbitos teórico e prático o que se entende e o que se pensa em

São Luís sobre *patrimônio*.

Nesta perspectiva, finalizo com “a definição” da FUMPH, representando a ação municipal de preservação, sobre o que deve ser preservado, nas palavras de seu gestor:

A FUMPH acha que deve ser preservada a possibilidade do cidadão morar com a qualidade de vida que o centro oferece. É isso que a gente acha que deve ser preservado. (C-FUMPH, 2007).

3.3 A atuação municipal na gestão do *patrimônio*

Neste item, inicio a contextualização da pesquisa no Núcleo Gestor do Centro Histórico, que se constitui como meu campo inicial de pesquisa e lugar no qual tive a oportunidade de construir meu objeto de investigação. Trato da questão do modelo de gestão compartilhada do *patrimônio*: como é visto pelos próprios gestores e o que acontece na prática, quando as estratégias desse modelo são executadas.

Não posso falar do Núcleo Gestor sem falar da FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e de sua origem, no seio da FUNC – Fundação Municipal de Cultura. Inicialmente chamada de Coordenação do Patrimônio Histórico, a instituição surgiu para atender às demandas municipais geradas após a inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, no final do ano de 1997.

No ano seguinte à inclusão da cidade na lista, a Coordenação de Patrimônio foi implantada dentro da FUNC, tendo como principal

atribuição o levantamento e a análise de dados para a identificação das edificações do *centro histórico*. Esse mapeamento tinha como finalidade inicial a identificação de prédios, com fins de se atribuir isenção de IPTU aos proprietários que os mantivessem em bom estado de conservação, preservando suas características originais. Era necessária também a elaboração de uma lei municipal de tombamento. Segundo o depoimento da assessora técnica da FUMPH, o trabalho foi muito demorado e feito com esforço e dedicação das poucas pessoas que constituíam a coordenação:

A coordenação era recente, tinha acabado de ser criada, em função do título que a cidade tinha recebido. E o município não tinha nada voltado para patrimônio.

A gente começou com um trabalho de... formiguinha! Porque como o município não tinha nada, o município nem conhecia o que era realmente [o *patrimônio*]. Tinha que fazer toda parte de levantamento, de legislação, o que existe dentro dos outros órgãos. A gente não tinha nenhum material, a gente não tinha nem um mapa do centro histórico...começou do zero... (AT-FUMPH, 2007).

Observo que o depoimento da informante vai de encontro às representações do coordenador da mesma instituição, o qual aponta a existência de uma atuação municipal, ainda que “irregular”, na *questão preservacionista*:

A prefeitura tem uma atuação bastante irregular nesta questão preservacionista ao longo do tempo. A iniciativa primeira da pre-

servação, vamos dizer oficial, em São Luís, foi uma iniciativa da Prefeitura. Se formou uma comissão de preservação de patrimônio tradicional em São Luís em 1941, e essa comissão elaborou um zoneamento de preservação, baixou alguns decretos em conformidade com o que se estava pensando a nível nacional... (C-FUMPH, 2007).

É importante notar que a organização municipal para a gestão patrimonial se deu em resposta ao *recebimento do título* (inclusão na lista do Patrimônio Mundial). Pergunto-me o que teria ocorrido no período de ação intensa da década de 1940 até a década de 1990 para que os dados, as informações levantadas no primeiro período, tenham se perdido a ponto de se *começar do zero*, como apontado pela assessora técnica da FUMPH. Talvez o marco-zero da organização da gestão do patrimônio em São Luís tenha sido a sua inclusão na lista do Patrimônio Mundial, em articulação política realizada pela então governadora Roseana Sarney. A ação estadual se fez presente desde 1979, com a Convenção da Praia Grande e o início do Projeto Praia Grande, mais tarde chamado de Projeto Reviver. Segundo o coordenador do PPG, a instalação da Superintendência Regional do IPHAN em São Luís – a *gestão do patrimônio* em nível nacional – foi fruto desse período de intenso debate sobre a questão patrimonial na cidade.

Já no início do ano seguinte (1980), Aloísio Magalhães criou e instalou a diretoria regional do IPHAN em São Luís, indicando que

a presença do órgão nacional de patrimônio histórico se fez mais rápida no Maranhão em decorrência de todo este episódio e em virtude do movimento pelo mesmo deflagrado. (CG-PPG, 2007).

Desta forma, a atuação contemporânea da ação municipal foi a mais recente de todas, estruturada a partir da inclusão da cidade na lista do Patrimônio Mundial. Observo que ao dizer que a ação da Prefeitura *começou do zero* a assessora da FUMPH deixa para trás todo o passado do *pensamento preservacionista* que o coordenador defendeu em sua dissertação de mestrado e pude analisar no item anterior. A assessora continua falando sobre a ação da FUMPH na preservação patrimonial por meio do tombamento e aponta que a intervenção municipal não se restringe ao *centro histórico*:

Mas esse trabalho serviu de base para toda equipe da coordenação, até virar fundação. Porque foi a partir daí que a gente começou a entender o que a gente tinha...

Mas esse mapa tinha um objetivo diferente, na verdade. Não era só o objetivo de conhecer, mas ele tinha uma função. A gente precisava ter subsídio para a Lei de Tombamento Municipal. Como é que se faria isso quantitativamente. Tinha que conhecer pra saber o que era de interesse ter um instrumento de tombamento municipal... Então a gente tinha que juntar tudo que tivesse. Enquanto a gente fazia esse trabalho, o pessoal de História fazia uma pesquisa nos bairros, o que tinha de uma memória nos bairros... Porque dentro do tombamento municipal, não entra só o Centro.

A ideia é que a gente abrangesse outros bairros que tivesse algo de importância para o tombamento, o Caminho Grande que vai até o Anil, a igreja do Vinhais... (AT-FUMPH, 2007).

Maior autonomia para captar recursos era necessária, porém, e dentro da FUNC, a coordenação era limitada pelos entraves burocráticos e por dividir o orçamento com outras prioridades da pasta daquela fundação. Em 2005, a Coordenação torna-se Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, constando no organograma da Prefeitura com status de secretaria, com todas as vantagens políticas dessa condição e com a vantagem a mais de ser uma fundação e poder pleitear financiamentos internacionais e desenvolver seus próprios projetos.

Nós viramos a Fundação, mas isso foi bem recente, do final de 2004 para 2005. Durante um bom tempo ela continuou como coordenação. Funcionava naquele prédio da Rua Portugal, mas ainda como coordenação, dentro da Fundação de Cultura. Só que ela foi crescendo, a gente foi percebendo que o propósito da coordenação era muito maior. Como fundação ela teria mais força, e mais possibilidade de conseguir recursos, para alcançar os objetivos. Porque a gente faz um estudo, todo um trabalho, e a gente faz o que com aquilo ali? Tinha que dar um retorno. (AT-FUMPH, 2007).

Uma das estratégias para possibilitar esse chamado *retorno* à sociedade e uma maior atuação da recém-criada FUMPH foi a implan-

tação do Núcleo Gestor do Centro Histórico (NG). O NG é uma instância deliberativa que, segundo o estatuto da instituição, tem como principal atribuição

O gerenciamento que articula a atuação dos órgãos municipais no Centro Histórico e congrega parceiros da sociedade civil e de outras esferas do Poder Público que disponibilizam serviços, consultorias ou produtos para a população. (São Luís, 2007).

O Núcleo foi criado com a prerrogativa de ser uma “referência nacional e internacional na gestão do Patrimônio Histórico”, de acordo com o aludido estatuto. A coordenação executiva do NG cabe ao dirigente da FUMPH, um de meus informantes para esta pesquisa.

Cabe lembrar que o NG não é um órgão público da Prefeitura Municipal de São Luís, e que dele fazem parte diversas secretarias municipais, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, assim como representantes do poder estadual e federal: Fundação Municipal de Cultura - FUNC, Secretaria Municipal de Educação - SEMED, o Instituto de Pesquisa e Planificação da Capital - IPPC, Secretaria Municipal de Turismo - SETUR, Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana - SEMTHURB; Instituto Municipal da Paisagem Urbana - IMPUR; Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR, Secretaria Municipal de Transportes Urbanos - SEMTUR. Entre os parceiros institucionais podemos citar: Conselho Regional de Engenharia, Ar-

quitetura e Agronomia – CREA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico – DPHAP, Caixa Econômica Federal – CAIXA, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa, Corpo de Bombeiros/Defesa Civil, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Associação de Moradores do Centro Histórico, entre outros.

A função do NG é agregar as instituições que atuam em diversos níveis da gestão, preservação e divulgação patrimonial, para construir de forma coletiva as estratégias e soluções para melhor resolver as demandas da gestão do que é entendido como *patrimônio* na cidade. É a chamada *gestão compartilhada do patrimônio*, aludida nas entrevistas concedidas pelos gestores de instituições de preservação patrimonial. Nas falas de um gestor, esta noção aparece diversas vezes. Para a superintendente do IPHAN, a noção se articula com a noção de tombamento:

E a delimitação da área de tombamento, ela não teve a delimitação do entorno, e, é uma área que você tem dentro dela, duas outras de proteção, que é a área de proteção estadual que tá dentro da área federal. Só que a estadual se estende mais, mas a área federal tá toda dentro da estadual. Então, nós temos aí, uma gestão compartilhada desse espaço. (SR-IPHAN, 2007).

Observo que a noção de *gestão compartilhada* está associada à responsabilidade sobre a área tombada. Um outro depoimento enfatiza

a importância da gestão compartilhada:

Agora sim, eu acho que todo o trabalho que o IPHAN vem fazendo, eu também não acredito que os órgãos de proteção possam trabalhar fora de uma gestão compartilhada. Não existe. Se partir pros egos, se partir pro poder político, não vai dá certo, nunca. Daí a importância do Núcleo Gestor que tem que ser cada vez mais fortalecido, que é fórum legítimo, onde as instituições se representam, onde a sociedade pode se representar, entendeu? (SR-IPHAN, 2007).

Na prática, o NG recebe solicitações de comerciantes, moradores, turistas, mas essa informação é bem pouco divulgada. Algumas pessoas telefonam para FUMPH, mas a maioria encontra a possibilidade de ir ao NG por intermédio dos seus participantes. Em diversas situações, pude observar relatos de problemas que poderiam ter sido solucionados simplesmente pelo NG, mas que se alongaram pela burocracia interna dos vários órgãos agindo de forma isolada, fora da instância articuladora que o NG pretende representar.

No próximo item, relato fatos que acompanhei durante minha permanência de dez meses nas reuniões do NG e pude perceber a fragilidade desta estratégia de *gestão compartilhada* e os esforços em consolidar e solucionar esta forma de gestão. Em alguns casos, pude observar o fenômeno da *dispersão de discursos* descrito por Foucault (2004) e que me auxilia no mapeamento das relações mantidas entre os gestores e a no-

ção de *gestão compartilhada* e a sua atuação no bairro da Praia Grande.

As pautas das reuniões do NG eram, na maioria das vezes, organizadas pelas instituições mais presentes na preservação e gestão patrimonial. As reuniões acontecem semanalmente, na sede da FUMPH – Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, localizada no sobrado de número 660, na Rua do Sol. Porém, qualquer participante do NG pode enviar antecipadamente assunto para ser tratado nas reuniões ou mesmo no início das reuniões. Na prática, o superintendente de gestão cultural e coordenador da comissão de fiscalização do NG reúne os assuntos mais importantes e elabora a pauta. Esta atribuição, porém, lhe cabe pela sua presença cotidiana no bairro da Praia Grande. Além dos cargos oficiais, ele acumula uma função que nomeio de **mediador**, pois ele faz com que as demandas dos feirantes cheguem ao NG e, ao mesmo tempo, leva as decisões e demandas do NG para a Praia Grande. Ele media as relações entre feirantes e instituições, traduzindo-as para um e outro grupo social.

A formação do NG é avaliada por seu atual coordenador como ponto culminante de uma estratégia de gestão urbana para São Luís para a qual foram criados três eixos de ação:

Naquele momento a gente estava reorganizando a estrutura de gestão do município e se criou três eixos macropolíticos: desenvolvimento urbano e ambiental, que inclui a Fundação de Patrimônio; desenvolvimento institucional, voltado pra estrutura própria da prefeitura; e o de desenvolvimento econômico, humano e social,

que inclui outras secretarias de município. (CG-FUMPH, 2007).

Ainda segundo o gestor, o NG possui uma atuação pontual e gerencial, mas precisa passar a um nível propositivo e, de fato, interferir nas dinâmicas do *centro histórico* de São Luís:

O núcleo até agora tem atuado na gestão cotidiana e emergencial de solução de problemas mais imediatos e mais recorrentes. A gente tem tentado orientar o núcleo no sentido de discutir os projetos para o centro. O ideal é que no núcleo gestor a gente discuta a programação das instituições que atuam no centro, os projetos que sejam propostos por instituições do núcleo, e os de outras instituições ou até pela iniciativa privada. Começar a discutir questões que afetam o destino deste acervo e impactam na imagem deste acervo, diretamente. E para isso, para discutir esses projetos, nós passaríamos por esta discussão do que é que os moradores acham que deve ser preservado, o que é que o IPHAN acha que deve ser preservado, o que é que a iniciativa privada acha que deve ser preservado, e como. Me parece que quando a gente começar, ou pelo menos quando intensificar a discussão destes projetos para o centro, é que a gente vai ter esse debate. (C-FUMPH, 2007).

Como decorrência da proposta de atuar na elaboração e gestão de projetos para o *centro histórico*, houve a necessidade da divisão dos integrantes do NG em comissões, já que havia muitas questões pontuais a serem resolvidas urgentemente. O fato da inclusão de São

Luís na lista do Patrimônio Mundial completar dez anos em 2007 era de fundamental importância para a rápida solução de problemas de ordem cotidiana, para que se pudesse pensar em ações mais direcionadas para a questão da preservação patrimonial. Havia uma reincidência enorme de algumas questões que se arrastavam durante mais de cinco reuniões do NG.

No próximo item, discorrerei sobre minha experiência nas reuniões do NG e a participação na comissão de fiscalização, que culminou com minha entrada em campo na FPG.

3.4 Patrimônio na prática: a gestão compartilhada e a dispersão dos discursos

Como adiantei na introdução deste estudo, participei das reuniões e ações do Núcleo Gestor do Centro Histórico durante um período de dez meses. Neste item, descrevo a minha experiência em campo, as dificuldades e as consequências na construção do objeto, no levantamento e na consolidação de dados para esta pesquisa.

As reuniões do NG acontecem semanalmente, às 16 horas, às quartas-feiras. Os representantes das instituições chegam e tomam seus assentos na sala do Coordenador da FUMPH e do NG. Ao seu lado estavam sempre o Superintendente de Gestão Cultural e o atual

Diretor da Escola de Música e articulador político de fundamental²⁰ importância para a condução do NG. Na ausência do Coordenador, esses dois assessores assumem a liderança nas reuniões. A mesa conta ainda com a presença da assessora técnica, da arquiteta e da secretária executiva. Eventualmente, há algum assessor de comunicação da instituição presente na reunião.

Na sala do Coordenador, um espaço de, aproximadamente, 40m², todas as pessoas se acomodam ao redor da sua mesa de reuniões e, à medida que mais pessoas chegam, novas fileiras de cadeiras são dispostas ao redor.

A pauta é distribuída e a reunião se inicia. Quando há pessoas que estão indo pela primeira vez no NG, há uma rodada de apresentações, na qual as pessoas dizem seu nome e a instituição que representam. As questões debatidas nas reuniões são de interesse público e variam bastante, passando por questões de acessibilidade, segurança, limpeza, infraestrutura para o turismo, programação cultural, estacionamento e comércio. Assuntos relacionados ao cotidiano do centro de São Luís – um buraco causado por acesso irregular de veículos no

20. Sua importância se explica por vários fatores: é amigo pessoal do Prefeito e da primeira-dama do município, atuando como um representante do primeiro, ao lado do Coordenador da FUMPH; é presidente do Instituto Upaon-açu, que tem por finalidade captar recursos para a realização de projetos alinhados com os objetivos institucionais da FUMPH.

bairro da Praia Grande, um gato que mordeu um turista, a presença de *hippies* no centro histórico – integram a agenda das reuniões do NG. Se as instituições responsáveis por solucionar as demandas em pauta estiverem representadas na reunião, as questões são imediatamente encaminhadas e, publicamente, atribuídas as responsabilidades para a sua solução. Se for necessária uma ação interinstitucional ou se a questão requer deliberação mais aprofundada, já se alinha uma reunião especificamente para aquele fim.

Faz-se sempre a leitura da ata originada da reunião anterior e uma retrospectiva das ações implementadas ou solucionadas a partir de outras reuniões, assim como também há momento para informes e convites, que podem ser feitos por quaisquer participantes do NG.

Minha participação nas reuniões foi de fundamental importância para delinear o campo empírico e construir o objeto de pesquisa. Ao presenciar as deliberações do NG, percebi que ao se falar em *patrimônio*, em refuncionalização das áreas tombadas, não era a Rua Grande, meu foco inicial de análise, o lugar privilegiado pelas ações do NG, mas sim a FPG. Inicialmente, havia escrito o projeto para esta pesquisa tendo como campo empírico a Rua Grande. Todavia, ao acompanhar as reuniões do NG, redirecionei a escolha pela FPG como o lugar propício para a observação das relações sociais estabelecidas entre as instituições e os comerciantes do lugar.

A entrada em campo foi facilitada pela então assessora de comunicação da FUMPH. Ela apresentou-me ao Superintendente de Gestão Cultural, para quem divulguei minha pesquisa sobre a Rua Grande²¹, aproveitando a oportunidade para entregar-lhe um exemplar da publicação e ele mostrou-se bastante interessado, afirmando que qualquer pessoa interessada no assunto *patrimônio* era bem-vinda no NG.

Na semana seguinte, cheguei no horário marcado para a reunião. Era 09 de agosto de 2006 e não houve, nesse dia, uma rodada de apresentação. Sentei-me em uma cadeira da segunda fileira e não me senti notada durante toda a reunião. No final da reunião, o coordenador do NG perguntou quem eu era e o assessor de gestão cultural se adiantou, explicando que eu era pesquisadora, que estava estudando o NG. Quando as pessoas saíram, tive oportunidade de apresentar-me, explicar de fato sobre o que se trata a pesquisa. Ele ficou mais tranquilo quando descobriu que não era especificamente sobre o NG, mas que lá era meu ponto de partida. O assessor e pre-

21. Pesquisa desenvolvida e apresentada como TCC ao curso de especialização em Jornalismo Cultural (UFMA, 2005), na qual abordei como tema as representações dos antigos moradores da Rua Grande sobre as interferências visuais na fachadas dos prédios que moravam ou eram proprietários. A pesquisa foi publicada em: MARQUES, Francisca Ester de Sá (org.). **Jornalismo Cultural: da memória ao conhecimento**. São Luís: UFMA, 2005.

sidente do Instituto Upaon-Açu, intelectual engajado na articulação política do NG, a pedido do Prefeito, logo se interessou pela pesquisa que eu pretendia continuar na Rua Grande. Perguntou se eu não teria um exemplar da publicação da pesquisa para ele. Na semana seguinte levei dois exemplares, entreguei um ao assessor e outro doeii à biblioteca do NG, pelas mãos de seu coordenador.

Frequentei por dez meses as reuniões do NG, anotando e tabulando os assuntos de todas as pautas e atas das reuniões do período de dezembro de 2005 a janeiro de 2007. Este exercício resultou no quadro que apresento a seguir. Ele foi construído por linhas, que representam cada reunião do NG, com a indicação da data na primeira coluna. As datas marcadas pela cor rosa caracterizam as reuniões acontecidas no período em que estive participando das reuniões do NG. Os assuntos discutidos em cada reunião foram organizados por temas gerais. Cada coluna representa um tema e, quando surgia um assunto que não coubesse num tema geral já existente, outra coluna de tema era aberta para contemplar a diversidade de assuntos em pauta. Ao final da análise, havia organizado os assuntos em dez categorias principais: infraestrutura, fiscalização, mobiliário, limpeza, preservação, segurança, gestão, turismo, Dia do Patrimônio e projetos. Eram categorias frequentes nas reuniões e, com a organização deste quadro, pude observar o quão recorrentes eram os assuntos relativos à FPG. Essa constatação e a sua escolha para ser o ponto ini-

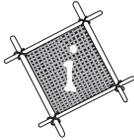
cial de ação das comissões do NG influenciaram no direcionamento da pesquisa para a Feira.

No quadro, os itens marcados em amarelo revelam assuntos diretamente relacionados à FPG e, em azul, os assuntos relacionados ao bairro da Praia Grande. Com este mapeamento foi possível observar e analisar as intervenções do NG, que estão mais direcionadas à **manutenção do patrimônio** do que propriamente à **preservação do patrimônio**. São ações pontuais como, por exemplo, a falta de lixeiras ou a colagem de cartazes em lugares indevidos na FPG que caracterizam as interferências do NG. Quando questionei o coordenador do NG sobre este fato, ele se posicionou institucionalmente:

O Núcleo até agora tem atuado na gestão cotidiana e emergencial de solução de problemas mais imediatos e mais recorrentes. A gente tem tentado orientar o Núcleo no sentido de discutir os projetos para o centro. O ideal é que no NG a gente discuta a programação das instituições que atuam no centro, os projetos que sejam propostos por instituições do Núcleo, e os de outras instituições ou até pela iniciativa privada. (C-FUMPH, 2007).

A partir desse depoimento, concluo que a situação do NG, naquele momento, estava longe do que o seu gestor considerava ideal. Mas, durante minha permanência, pude observar as medidas que estavam sendo encaminhadas para que se desenvolvesse a gestão do *patrimônio*. A mais importante delas foi a organização das comissões

de trabalho. Naquele momento, a chamada *gestão compartilhada* foi colocada em prática, como terei a oportunidade de relatar adiante.



Quadro 1 – Resumo das atas e pautas do Núcleo Gestor do Centro Histórico, no período de 27.12.05 a 17.01.07. Elaborado pela autora.

Imagem no encarte.

Durante duas semanas do mês de outubro, estive ausente nas reuniões. Na entrada da terceira semana, a secretária do NG ligou para a minha casa para saber por que não estava indo às reuniões. Respondi que estava com problemas pessoais, mas que estaria presente na semana seguinte.

Na reunião seguinte, cheguei no horário marcado e um assessor do NG perguntou-me se eu poderia ficar um pouco depois da reunião, porque ele tinha um assunto para tratar comigo.

Após a reunião, ele me falou sobre a necessidade de se ter uma pessoa que tivesse conhecimento técnico e intelectual para escrever projetos sobre *patrimônio* e que, ao ler minha pesquisa sobre a Rua Grande, havia encontrado uma discussão inédita e relevante sobre o assunto. Foi muito direto, falou sobre minhas atribuições e valores de remuneração, disse que estava com muita pressa. Eu disse que precisava de um tempo para pensar e que na próxima semana eu lhe daria uma resposta.

Fiquei feliz, mas, ao mesmo tempo, preocupada com os desdobramentos de aceitar ou não o convite. Não me considerava apta a assumir a responsabilidade mas, ao mesmo tempo, dizer não significaria fechar um canal de comunicação direto com a instituição. Decidi por não aceitar e aleguei que precisava de um distanciamento com a instituição para continuar minha pesquisa.

Continuei presente nas reuniões do Núcleo e minha presença começou a fazer parte da rotina da FUMPH. Quando havia algum documento ou relatório sobre o NG, antes mesmo que eu o solicitasse, as pessoas já me ofereciam. Da secretária do gabinete ao técnico de informática, todos se tornaram extremamente solícitos para com as necessidades de informação da minha pesquisa.

Muitas vezes, nas reuniões, há espaço para discursos institucionais. Eu pude presenciar declarações que confirmavam ou contrariavam os estatutos das instituições, mostrando que algumas vezes o posicionamento institucional está personificado no seu gestor ou no seu representante.

Houve intensa mobilização do NG para organizar as comemorações do Dia do Patrimônio, comemorado no dia 06 de dezembro. Muitas reuniões dedicadas à consolidação da programação, composta por palestras, pela presença de representantes de outros países, por manifestações culturais locais e por projetos de divulgação e promoção patrimonial mantidos por colaboradores e participantes do NG.

No dia previsto, na Igreja da Sé, uma missa celebrou o Dia do Patrimônio e tive a oportunidade de perceber algumas relações de poder que se construía em torno da ideia de *patrimônio*. Quem fala e a sua posição no espaço social conta muito na construção das representações sobre o que é *patrimônio*. Neste dia, o Arcebispo de São Luís agradeceu à superintendente regional do IPHAN pela reforma do altar-mor da Igreja da Sé, após o incêndio na sacristia da Igreja. Disse que, sem ela, o IPHAN nada teria resolvido. Convidou-a para subir ao altar e dali, proferir seu discurso sobre o Dia do Patrimônio.

Nesse mesmo dia foi anunciada a intenção do IPHAN de inventariar o *tambor de crioula*, o que foi consolidado seis meses depois, em 18 de junho de 2007.

No início do ano seguinte, pelo crescimento das demandas de ação do NG, foi decidido pelos participantes que três comissões deveriam ser formadas com a finalidade de agir proativamente na chamada *gestão do patrimônio*. Ao contrário do que vinha sendo feito, dever-se-ia propor ações e projetos e não apenas interferências pontuais para solucionar problemas cotidianos do denominado *centro histórico*. Assim foi feito e três comissões foram formadas: Comissão de Acessibilidade, Comissão de Calendário Cultural e Comissão de Fiscalização. A partir desta decisão haveria reuniões gerais do NG, quinzenalmente, alternadas com as reuniões quinzenais de cada co-

missão. A intenção era gerar uma série de ações que mobilizassem conjuntamente os órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio, saindo de uma posição de gerência de problemas para uma ação de interferência na gestão do *centro histórico* de São Luís. O princípio básico das ações é a chamada *gestão compartilhada*, que prioriza a solução conjunta dos problemas do *centro histórico*. O eixo de todas as ações é a linha indicada pelo coordenador do NG em sua entrevista, como a diretriz de preservação patrimonial da FUMPH:

A presença humana é a preservação... é preciso que as pessoas habitem o centro, gostem de morar no centro, que as pessoas se relacionem de uma forma saudável e interessante com esse espaço para que ele faça algum sentido. (C-FUMPH, 2007).

Ao me deparar com essa perspectiva do coordenador da FUMPH, lanço mão das considerações de Halbwachs sobre a relação dos grupos sociais com o espaço:

Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu modo, mas por sua vez para todas, ou seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças... (...) é somente a imagem do espaço que, em razão da sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente. (HALBWACHS, 2004, p.167).

Assim como o autor aponta, é preciso que os agentes que atuam na Praia Grande mantenham alguma relação com este espaço. A for-

ma como a instituição municipal de preservação patrimonial espera que as pessoas se relacionem com o *centro* é o que entendem por uma forma *saudável*. Em nenhum momento de minha permanência nas reuniões no NG, porém, observei alguma iniciativa de se tentar entender qual era a natureza do relacionamento entre feirantes, moradores, ambulantes e o lugar que eles ocupam no espaço do *centro histórico* da cidade. As demandas do dia a dia no NG camuflam a percepção dos *sistemas sêmicos* (RAFFESTIN, 1993) entre agentes sociais e sua forma de apreender o espaço e lá se relacionarem, marcando o seu lugar na Praia Grande.

Ao comporem as comissões, a perspectiva era realizar uma aproximação com o cotidiano do *centro histórico* e agir na construção da chamada *forma saudável e interessante* de se relacionar com o espaço. As comissões se compuseram e a comissão de fiscalização interessou-me especialmente, pela ação conjunta entre a FUMPH, o IPHAN e o CREA, com vistas à inserção de artefatos nas fachadas dos prédios tombados. Acreditei que seria uma ótima oportunidade de apreender, na prática, tudo que havia sido dito teoricamente nas reuniões: o que pode e o que não pode ser inserido nas fachadas. Veria as representações institucionais *in actu* (ALMEIDA, 1999) e o momento da interação entre os comerciantes e os órgãos fiscalizadores. Solicitei ao coordenador desta Comissão a permissão para acompanhar as reuniões e o processo de fiscali-

zação. A permissão foi concedida e iniciei minha participação nas reuniões de fiscalização.

A Comissão de Fiscalização se reunia quinzenalmente na sede do IPHAN, localizado em um solar na Rua do Giz. Havia quatorze instituições fazendo parte dessa comissão: FUMPH, IPHAN, DPHAP, SEMTHURB, CREA, Polícia Militar (Delegacia do Turista/CPTUR), VISA, IPR, SEMESA, SEBRAE, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros/Defesa Civil, Centro de Controle de Zoonoses, Ministério Público. É importante ressaltar que em nenhuma reunião dessa Comissão e do próprio NG houve a presença de um representante do DPHAP, caracterizando a ausência do poder público estadual nesta proposta atual de denominada *gestão compartilhada do patrimônio*. Essa atual situação diverge do momento de análise anterior, do PPG, no qual o principal agente era o governo estadual. A ausência dessa representação estadual pode ser fruto de disputas políticas entre os poderes estadual e municipal e de uma afiliação simbólica entre o atual gestor estadual e o grupo político de oposição à atual gestão municipal do patrimônio.

A primeira reunião da Comissão de Fiscalização aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2007. Estavam presentes os seguintes representantes: o coordenador dessa comissão e representante da FUMPH; dois representantes da VISA; um representante do IPHAN; uma representante da Delegacia do Turista, uma representante da SEME-

SA. Nas outras reuniões outros representantes compareceram, mas os mais atuantes eram sempre os da FUMPH, do IPHAN, da SEMTHURB, da VISA e da SEMESA.

O objetivo principal dessa comissão é promover ações de fiscalização, mas sem o intuito inicial de punir quem estiver fora da norma, mas de dar soluções, estipular prazos, promover treinamentos, para que se cumpram as exigências da lei.

Nas palavras do arquiteto que representa o IPHAN nas reuniões do NG:

O objetivo dessa reunião é vermos qual a estrutura que se dispõe, analisar os aspectos de fiscalização que cada um vai abordar... vermos que recursos dispomos para a fiscalização, já que cada um tem sua área de trabalho....é ver a estrutura, porque é provável que alguns órgãos trabalhem mais conjuntamente do que outros... Para ver se hoje a gente consegue esquadrihar esses níveis de atuação. (AT-IPHAN, 2007).

Na verdade, o assessor técnico do IPHAN propõe que se construa uma estrutura que possibilite chegar à *gestão compartilhada do patrimônio*. O trabalho em conjunto é ressaltado como umas das estratégias de se chegar a este objetivo.

Logo nessa primeira reunião, um fato acontecido naquela semana serviu como mote para o início do debate sobre a estratégia de ação conjunta de fiscalização das instituições. Nas palavras do superinten-

dente de gestão da FUMPH, nomeado coordenador da comissão de fiscalização. Ao chegar à reunião, o gestor relata o acontecimento:

Eu começaria até por um assunto que me chateou muito agora pouco, que envolveu o meu nome e o seu [assessor técnico do IPHAN]... É que houve uma proibição, lamentavelmente, em nome da Semthurb, ali na Praça do Poeta, onde fica o bar da dona Faustina... Hoje tem ali uma proibição... Primeiro foi o Iphan que mandou, e essa pessoa disse que procurou o Iphan, e a [superintendente] informou que não foi, e essa pessoa disse que fui eu e você [assessor técnico do IPHAN] que determinamos isso. Primeiro que não existe essa esfera de poder, de que eu determino o que fazer... não existe isso... (C-FISCALIZAÇÃO, 2007).

Antes mesmo de continuar com o relato do fato ocorrido, chamo a atenção para as dispersões dos discursos institucionais e aos jogos políticos de atribuição de responsabilidades às ordens. O fato é que uma proibição sobre determinado fato na Praia Grande foi outorgada sem que se saiba de onde ela partiu e, mesmo assim, a ordem deveria ter partido do NG, em conformidade com a estratégia de *gestão compartilhada*.

Mandaram tirar as mesas e as cadeiras da praça, e de noite, a Faustina usa aquela pracinha de lá, em frente ao barzinho dela, e tem uma atividade cultural já acontecendo lá, dia de semana tem música ao vivo, na sexta-feira tem o tambor de crioula, e mandaram tirar as mesas. Bom, não houve da minha parte, nem do o [assessor técnico do IPHAN], nem do Iphan, a [superintendente]

me ligou e disse também que não tinha feito isso. Aqui, quando sai uma decisão é uma decisão em conjunto, levada pra reunião geral do núcleo gestor e aí será gerado um documento que pedirá providências. Se nós não conseguirmos, seguirá pro Ministério Público. A guarda municipal, não conseguiu, nem a Estadual nem a Semthurb, aí seguirá para o Ministério Público.

Então, não houve isso, ele [o assessor técnico da SEMTHURB] deu essa desculpa, esperava até que ele viesse aqui, isso é uma coisa ruim e foge até da nossa tentativa de sintonizar as informações e as ações, não é verdade? (C-FISCALIZAÇÃO, 2007).

Observo, na fala do informante, a tentativa de afirmar o modelo de gestão e a forma pela qual as decisões devem ser encaminhadas dentro do NG, explicitando todas as instâncias de poder envolvidas na gestão do espaço. A falta de informação sobre a origem da proibição da colocação das mesas na praça demonstra a fragilidade da gestão do espaço e a forma como o assessor fala demonstra essa indefinição: “Mandaram tirar as mesas”. Quem mandou? Ao constatarem as instituições envolvidas com a questão do uso do espaço urbano descobriu-se que a ordem partiu da SEMTHURB, e o seu representante não compareceu àquela reunião do NG. O coordenador da comissão de fiscalização continua:

A gente tenta sintonizar e cai num erro desses? Eu dando ordem, você [o assessor técnico do IPHAN] dando ordem...Uma coisa absurda... Então aconteceu isso, e isso é uma coisa, muito pelo contrá-

rio, que está sendo discutida na outra comissão, a de programação e calendário cultural e assuntos turísticos, está sendo discutido exatamente isto... A questão da ocupação dos espaços públicos com atividades culturais, para estarem sendo permanentemente usados, para inclusive, dar vida ao centro histórico. (C-FISCALIZAÇÃO, 2007).

Ao finalizar a explicação do fato, o gestor retoma a prerrogativa da ocupação e do uso do *centro* como forma de sua preservação, na qual as atividades culturais exercem esse papel de “dar vida” ao centro antigo. Observo que a maior agressão à chamada *gestão compartilhada do patrimônio* não foi a proibição de um uso determinado, partindo de um único órgão e sem o aval do NG, mas a tentativa de inibir a iniciativa de se manter uma programação cultural noturna, responsável por trazer pessoas para a Praia Grande. No momento em que as pessoas participam de uma atividade no bairro, estabelecem uma relação com o espaço e aquele lugar passa a fazer sentido para elas. “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Ou seja, inibir qualquer ação naquele espaço é desfazer o elo entre as pessoas e a ideia de *patrimônio*. Para que um centro antigo “faça sentido” é necessário que as novas gerações se relacionem também com o lugar, e o tambor na praça da Faustina, assim como diversas outras manifestações, festas e bares na Praia Grande, propiciam a construção das representações sobre este espaço.

Um dia eu acho que nós vamos chegar a essa excelência, que é exatamente isso, ter essas coisas bem definidas, quem comercializa, quem não pode, os locais. Eu tenho a sensação que a Semthurb, eu acho isso, que ela tem que mudar um pouquinho o foco de sua atuação, considerando que ela sempre vai atrás de tirar, de mandar tirar, punir, e tal... Talvez por ela não ter essa missão, de propor treinamento, ela fica sempre com essa missão de tirar. Mas é essa a ideia nossa. A gente quer dar qualidade ao centro histórico. Chamar a polícia e manda tirar? É a mesma coisa a VISA com a coisa das bebidas, do doce caseiro, que não tem selo de qualidade, não tem identificação. Se amanhã vocês agirem, vocês quebram toda uma corrente econômica. É preciso agir com cautela. (C-FISCALIZAÇÃO, 2007).

Em nome da *gestão compartilhada do patrimônio*, uma série de medidas é tomada. Desde a ocupação física do espaço, à organização das mesas e cadeiras, à programação cultural. A higiene dos estabelecimentos, rótulos de alimentos, todas essas ações interferem em cadeias produtivas. Mexer em alguma atividade neste espaço compromete o seu funcionamento como um todo. Esse funcionamento remete ao que os gestores mencionam: ter o chamado *centro histórico* como um “organismo” (ANDRÈS, 1982) ou ainda como o coordenador da FUMPH disse em sua entrevista: “a preservação do centro histórico de São Luís é uma questão de urbanismo”.

Observo que a denominada *gestão do patrimônio* caracteriza-se por essa dispersão de ações. Como se observa acima, uma ordem foi emitida e nem sequer os próprios gestores conseguiam identificar de onde ela se originou. O representante da SEMTHURB não esteve presente na reunião e os esclarecimentos foram feitos posteriormente. Nesta reunião, iniciou-se o trabalho de conciliação de estratégias para ação de fiscalização.

Pela VISA, foi levantada a necessidade de capacitação dos vendedores de alimentos que circulam pela Praia Grande. Não se sabia se são cadastrados pela SEMTHURB.

A ideia que surgiu foi a de se criar uma espécie de alvará unificado que juntasse todas as permissões necessárias para a atividade comercial: liberação dos bombeiros, alvará da Prefeitura, licença da SEMTHURB, da vigilância sanitária, do IPHAN, do CREA. Enfim, criar uma *força-tarefa*, como nas palavras de um dos gestores, que de uma só vez resolvesse os problemas de cada estabelecimento, pois haveria um representante de cada instituição, evitando que as responsabilidades fossem postergadas pela inadequação de um outro item para a liberação desse alvará-conjunto.

Eu fui procurado ontem pelo Delegado de Costumes, ele está querendo atrelar a liberação dele pra casas de show, bares e boates, ele quer atrelar a licença dele ao alvará sanitário.

Aí ele citou o Senzala [refere-se ao estabelecimento do Mestre de Capoeira chamado Senzala], por exemplo. Não tem um banheiro, tem um arranjo lá no fundo. Eu nunca vou licenciar aquilo dali... Enquanto ele não construir um banheiro. Agora quando eu chegar lá e disser isso, ele vai dizer: o IPHAN não deixa. Então a gente vai ter que estar juntos, né? (AT-VISA, 2007).

O gestor trata de um fato que ele considera comum e que pode ser evitado com o *alvará-conjunto*: a cada vez que o fiscal vai ao lugar autuar por alguma irregularidade, logo o proprietário ou inquilino remete à impossibilidade de interferir na estrutura do prédio por ele ser um imóvel tombado. A necessidade da ação conjunta visa à fiscalização dos serviços oferecidos na Praia Grande. Após este episódio, os encaminhamentos foram iniciados e o coordenador da comissão sugeriu que se iniciasse pela FPG, primeiro por ser um espaço crítico. Nas suas palavras:

Eu frequento essa Praia Grande desde sempre... e o lugar mais crítico é a Feira. Cada um faz o que quer, pendura e constrói o que quer. Mas na verdade a gente tem que fazer alguma coisa, porque o pior é deixar cair, e depois eles vêm dizendo que é a Prefeitura que tem que arrumar, vão usar politicamente a razão. (C-FISCALIZAÇÃO, 2007).

Ao utilizar a expressão *cada um faz o que quer*, o gestor confirma sua percepção sobre a FPG como **um lugar sem lei**, onde há a neces-

cidade de atuação de uma *força-tarefa*, outra expressão sua utilizada para se referir à fiscalização conjunta. Esse tipo de abordagem demonstra o quão grave é a situação aos olhos do gestor, comparando a situação a de uma guerra e, conseqüentemente, dar tratamento de inimigo aos comerciantes da Praia Grande, e em especial aos feirantes, por considerar a FPG o ponto crítico do bairro. Pergunto-me se o mesmo tratamento é dirigido aos proprietários de grandes sobrados da Rua do Giz, da Rua da Palma ou da Praça João Lisboa, cujos edifícios continuam ruindo e recebendo investimentos de contenção por parte das instituições de preservação patrimonial. Observo ainda como o discurso institucional vem à tona. Um gestor de um órgão municipal confirma que os feirantes teriam razão ao pleitear o concerto da FPG e que, por isso, é melhor arrumar, já que, na verdade, alguma coisa deve ser feita no lugar. Assume, assim, a negligência da própria Prefeitura em não investir na manutenção da FPG. Essa percepção é compartilhada por feirantes, que nas suas falas posicionam-se sobre a atuação da *Prefeitura* e do *Governo*:

O nosso candidato perdeu a eleição, antes tava mais bonito aqui, o Reviver tá jogado pro tempo, o governo do Maranhão. Não tem governo no Maranhão, não tem prefeito aí, não. Tá jogado... (Feirante 2, 2007).

A cobrança por resultados em inspeções relativas à segurança alimentar também nortearam a sugestão do assessor técnico da vi-

gilância sanitária. A sua indicação pela FPG justifica-se pela inabilidade e falta de treinamento dos feirantes em lidar com os alimentos, Eu estou sendo cobrado pelas inspeções nos bares e restaurantes da área do Reviver. A gente tá num período chuvoso, chove, faz calor, chove, faz calor, umidade, tudo isso é muito propício pra problemas principalmente com alimentos. Na Feira não há a menor higiene. Se eu entrasse hoje lá conforme as normas, fechava tudo, tinha que lacrar. E tem a questão da água que é seríssima... água corrente correndo ao lado de água servida. A gente tem que chegar devagar, porque se a gente entrar de sola, vamos ter um grupo de oposição e se isso acontecer a gente não trabalha mais! (AT-VISA, 2007).

Observo que o assessor declara a sua percepção sobre a forma como deve ser feita a abordagem do problema da higiene das instalações e dos processos de manipulação de alimentos. Se a fiscalização for impositiva ou agressiva ele sabe que terá um grupo de oposição e não será possível agir de forma pró-ativa no sentido de conscientizar e treinar para apenas depois autuar e fechar os estabelecimentos.

Outra justificativa dada por outro gestor é a possibilidade de ter um lugar limitado fisicamente, para que os resultados pudessem ser avaliados:

Bom, eu sugiro que o início da fiscalização seja na Feira, porque além dos problemas já levantados por todos aqui, é um lugar limitado, a gente vai poder avaliar melhor os resultados da ação,

vai poder cadastrar e ver as necessidades de cada feirante individualmente. (AT-IPHAN, 2007).

Mais uma vez, a geografia do lugar surge como um traço que o diferencia dos demais. O lugar é apresentado como limitado. O interior é isolado do exterior. A sua geometria permite uma mensuração e, ao mesmo tempo, favorece o controle por parte de quem precisa ter resultados. Agir na Feira significa ter o controle de um lugar pensado como crítico. Por ser considerado um lugar-problema, como foi desde os primórdios do bairro da Praia Grande, sempre houve a necessidade de intervenção. Ao guardar no seu interior os problemas de gestão do patrimônio, torna-se, aos olhos dos gestores, um microcosmo da Praia Grande. Essa perspectiva se confirmou na semana seguinte à reunião da comissão de Fiscalização, quando a Comissão de Acessibilidade também decidiu por iniciar suas atividades com o projeto-piloto de coleta seletiva de lixo na FPG.

A partir desse momento, percebi que teria a oportunidade de observar *in actu* como seria essa intervenção e, a partir daí, mapear os discursos e as práticas nesse embate entre feirantes e representantes de instituições.

Decidiu-se, então, nessa instância coletiva, que haveria um dia em que as duas comissões e seus membros se dedicariam integralmente a uma ação conjunta na FPG. Durante semanas a fio foram

elaborados questionários para serem aplicados junto aos feirantes, houve recrutamento e treinamento de estagiários, de equipes de fiscalização para coleta de água e esgoto, enfim, toda a infraestrutura foi montada durante os dois meses subsequentes.

No dia 25 de abril de 2007, às nove horas da manhã, a equipe do NG se reuniu na Rua Portugal, em frente à SEMTHURB. Lá, a assessoria de comunicação da FUMPH distribuiu camisetas amarelas, com uma imagem do casario da Praia Grande e a inscrição Núcleo Gestor do Centro Histórico. Os integrantes das comissões foram aos poucos chegando, vestindo as camisas. Havia representante da SEMTHURB, da SEMESA (Secretaria Municipal Especial de Segurança Alimentar), da VISA (Vigilância Sanitária e Alimentar), do CREA (Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos), do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), da Coordenação, Assessoria de Comunicação e Assessoria técnica do NG; do IPR (Instituto de Produção e Renda); da Guarda Municipal e das Polícias Militar e Civil. É importante lembrar que todos estes órgãos são membros do NG e cada um estava lá para exercer a sua respectiva atividade. A presença da guarda e das polícias se justificou pela possível resistência de algum feirante em fornecer informações ou deixar que algum membro do NG pudesse exercer a sua tarefa de fiscalização.

Às nove e meia, o grupo dirigiu-se para a entrada oeste da FPG e iniciou-se a fiscalização. A equipe dividiu-se e cada grupo de representantes iniciou seus processos de levantamentos de dados.

Eles fotografavam, conversavam com os feirantes, ressaltando que a função e o objetivo da fiscalização não é fechar a Feira nem os boxes, mas deixá-los em condições de uso. Mostravam o que é irregular, sendo mais frequentes os seguintes problemas: encanamentos passando perto de fiação elétrica; áreas de abate de animais, proibidas naquele espaço; falta de higiene nos boxes; toldos improvisados; falta de rótulos nos doces e cachaças, indicando procedência e informações técnicas da fabricação; pessoas manipulando dinheiro e alimentos ao mesmo tempo; pessoas cozinhando sem uniforme e banheiros em más condições de conservação e higiene.

Os representantes da Delegacia de Costumes iniciaram seu trabalho fazendo um cadastro, com o nome de cada feirante e uma descrição de suas atividades na FPG. A SEMTHURB, o CREA e o IPHAN começaram investigando os boxes, um a um, constatando as irregularidades, fotografando e anotando. Enquanto os membros das comissões conversavam com os feirantes, os integrantes da FUMPH conversavam com os repórteres da imprensa local que chegavam à Feira, explicando os motivos e objetivos da ação.

A forma pela qual os feirantes recebiam a equipe do NG era de desconfiança, mas logo iam se acalmando e a presença da polícia era

tão marcante (havia sete policiais) que impunha facilmente o clima de ordem durante o processo de fiscalização.

A presença do NG provocou comentários entre os feirantes e estes logo perguntavam se haveria algum “projeto” para a Feira e diziam que, realmente, estava precisando daquilo mesmo, que a Prefeitura tinha que investir mais, que o que eles ganhavam era muito pouco e não dava para fazer nenhuma manutenção no local. Mostraram-se de acordo com todos os apontamentos feitos pela equipe, mas questionavam como executariam as intervenções necessárias. Os coordenadores do NG informaram que eles seriam chamados para uma reunião e que era importante comparecer para se informar das ações e propostas do NG.

A reunião para a exposição dos resultados da fiscalização aconteceu no dia 7 de maio de 2007, no auditório da Escola de Música Lilah Lisboa, localizada na Rua da Estrela. O local fora escolhido por sua proximidade à FPG, o que facilitaria o comparecimento de um número expressivo de feirantes. Conforme fui informada pelo assessor de comunicação da FUMPH, o convite aos feirantes foi enviado em um ofício, endereçado à Associação dos Feirantes e segundo seu depoimento, essa reunião tinha um objetivo maior, além de convocá-los para a reunião:

Cada palavra daquele ofício estava ali de propósito. A gente queria diferenciar a ação da Prefeitura da ação do IPHAN. A gente não queria assustá-los. Tanto que quando a gente descreveu o NG, nem

tocamos no nome do DPHP ou do IPHAN, para eles não acharem que se tratava de uma fiscalização. Falamos na CAIXA, no SEBRAE... Só quem dá apoio! (AT-FUMPH, 2007).

Nesta ocasião, compareceram vinte e oito feirantes, representantes da FUMPH, da VISA, da SEMESA, do IPHAN e do IPR. Havia equipes de TVs locais, como Mirante e Difusora. Os repórteres entrevistavam os representantes do NG e alguns feirantes.

Os feirantes chegaram na hora marcada, entre 16 e 16h15min. Sentaram-se agrupados, no centro do auditório. Sentei-me na fileira de trás, na mesma direção em que eles se sentaram, para observar suas reações e comentários. Começaram a reclamar do atraso do início da reunião, dizendo que eles estavam lá *perdendo tempo*, que *fecharam seus boxes*, que estavam *perdendo dinheiro*. Diziam ainda que *queriam só ver se valerá a pena esta reunião*.

Após quase uma hora de atraso, por conta da demora em instalar o *datashow* e todas as instituições colocarem suas apresentações no computador, a reunião foi aberta pelo coordenador da FUMPH e do NG. Este disse ser importante a parceria entre o NG e os comerciantes e que a preservação do *centro histórico* favorece e revigora a economia local, afirmando ainda ser este o objetivo daquela reunião. Em seguida, a assessora técnica da FUMPH assumiu a condução da reunião, reforçando a posição de que aquele momento era de sensibilização, que eles não visavam à punição nem à interdição da FPG, mas que do

jeito em que se encontra, *não tem nenhuma condição de atender ao turismo*. Ela apresentou o NG, percorrendo sobre o trabalho integrado das instituições, afirmando que isso assegura a informação integrada e que o objetivo é melhorar as práticas dos comerciantes do *centro histórico*, além de mostrar como o NG pode ser útil para cada um. Iniciou a apresentação do projeto de coleta seletiva do lixo, cujos questionários iniciais foram aplicados na ação integrada do NG na FPG. Mostrou a iniciativa em outras feiras do Brasil e como os feirantes podem interferir e ajudar no processo.

Naquele momento, o encontro deixa de ser uma reunião e se transforma em uma palestra. A seguir, vem o IPR e, em sua apresentação, fica clara a sua função de coordenar todas as feiras e mercados de São Luís. Apresenta alguns itens que demonstram o que entende como sendo a falta de habilidade dos feirantes para gerir a Feira, dizendo que *deve haver uma intervenção na gestão da Feira*.

Os feirantes começaram a se entreolhar e os comentários de que aquilo é um “absurdo” começaram a aparecer. Naquele ínterim, um feirante levantou o braço e diz que *a Feira deve ser dirigida por eles, porque eles sabem do que a Feira precisa*. Logo após, vem o representante da VISA e mostra em sua apresentação as fotos tiradas na Feira. Diz que é inaceitável que ali haja abate de animais, que eles não têm licença para isso, que há sangue de animais escorrendo para a área da cisterna da Feira e apresentou na ocasião uma lista de irregularida-

des, mais tarde consolidadas no laudo da Comissão de Fiscalização, conforme apresentado a seguir:

Irregularidades Físicas/Estruturais

- Iluminação artificial inadequada;
- Instalações elétricas precárias e com ausência de manutenção;
- Canaletas dos telhados do interior da feira necessitando de manutenção e higienização;
- Área inadequada para cisterna e sem higienização;
- Interior dos boxes e das bancas necessitando de manutenção e reparo do revestimento e pintura (material liso, lavável, resistente e impermeável);
- Abrigo de resíduos em estado crítico de contaminação. Piso inadequado, paredes não higienizadas, com lajotas quebradas,
- Canaletas entupidas e ausência de *containers*;
- Banheiro masculino e feminino com as instalações sanitárias sem manutenção, higienização deficiente e rede de esgoto deficiente;
- Telhados dos boxes necessitando de manutenção, ausência de forro produzido com material liso, lavável, resistente e impermeável;
- Tubulações inadequadas para escoamento de água servida;
- Instalações hidráulicas inadequadas.
- Irregularidades Operacionais / Manipulação
- Lixeiras em número insuficiente;
- Ambiente interno da feira carente de limpeza e higienização;
- Presença de animais errantes no interior da feira;

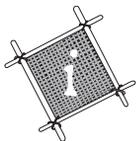
- Manejo inadequado dos resíduos (LIXO);
- Presença irregular de animais para abate;
- Abate irregular de aves;
- Evisceração irregular de aves;
- Manipuladores não usando fardamento completo (calça, camisa com manga ou bata, proteção para os cabelos, avental, sapatos fechados).
- Comercialização de produtos clandestinos (doces, aguardentes, garrafadas, sabonetes, unguentos e outros);
- Ausência de boas práticas para manipulação de alimentos;
- Desorganização e falta de higiene nos boxes;
- Armazenamento/acondicionamento inadequada de alimentos, bebidas e utensílios;
- Utilização de coberturas inadequada;
- Desorganização geral dos ambientes.

Irregularidades Equipamentos/Materiais/Utensílios

- Caixas isotérmicas, geladeiras e freezer em estado de conservação inadequado;
- Superfícies inadequadas;
- Objetos em desuso ou pessoais nas áreas de manipulação;
- Utensílios (pratos, copos e outros) em estado de conservação inadequado e mal acomodados; balanças em estado de conservação inadequado. (SÃO LUÍS, 2007a, s/p).

Após a VISA, apresentou-se a SEMESA e o mal-estar entre os feirantes aumentava, com cada foto exibida (ver abaixo), enfatizando

a sua falta de higiene, inadequação aos padrões. Enfim, segundo o palestrante, era impossível manter a Feira aberta, com tantas irregularidades constatadas.



Figuras 24 a 35

Fotos e legendas do relatório do NG intitulado Laudo da visita técnica da Comissão de Fiscalização. As fotos são do dia da ação de fiscalização (25/04/07) e o relatório com as conclusões foi divulgado em 25/07/07. Imagens no encarte.

Os feirantes começaram a perguntar por que a Feira da COHAB estava aberta, então, se lá, segundo eles, era *pior* que a FPG. Quando a representante da SEMESA começou a falar sobre uso de fardas, os feirantes reclamaram da inadequação do tecido, que era muito quente, sendo impossível trabalhar com o jaleco entregue pelo governo do Estado, na última intervenção na FPG, ainda no governo estadual de Roseana Sarney. Quando a assessora falou sobre a inadequação dos rótulos dos produtos alimentícios, uma feirante levantou o braço e disse:

Então doutora, eu vou lhe dizer uma coisa. Ninguém mais vai vender doce aqui. Porque aqui ninguém faz doce. Os doces que eu vendo são de São Paulo, de Minas... A gente até troca o rótulo, eu vou ser sincera, eu tenho muita vergonha disso. Mas como é que a gente vai dizer do que é feito o doce, se não é a gente que faz? (Feirante, 2007).

Nesse momento, inicia-se um burburinho entre todos os feirantes, dizendo que aquilo era um absurdo, que eles vendiam produtos artesanais e que a vigilância sanitária não entendia este fato. Muitas reclamações foram feitas e o coordenador da comissão de Fiscalização intervém, dizendo que aquela Feira é de responsabilidade de todos os presentes e que uma ação conjunta era necessária, dizendo, por fim, que *alguém precisa ensinar o povo*. Afirmou ainda:

Nosso objetivo aqui é dar treinamento, conscientizar, ajudar a fazer da Feira um lugar bom para os feirantes e para os turistas. Ninguém ensina ninguém por decreto! E o que nós estamos fazendo aqui é isso, é educação patrimonial. (C-FISCALIZAÇÃO, 2007).

Sobre esta reunião na Escola de Música, observo que esta função apontada pelo gestor da *educação patrimonial* é uma estratégia de aproximação dos feirantes. Em um momento anterior deste item, expus o depoimento do assessor da VISA, no qual ele dizia que se tem de *entrar devagar para interferir na Feira, para não se criar oposições*. A estratégia é ajudar e educar, mostrando os *pontos críticos* aos feirantes, segundo os gestores, ao invés de punir. O que deveria ser uma reunião para iniciar o trabalho de conscientização, na verdade, foi um momento de imposição de um ponto de vista dominante: os feirantes, sentados no auditório, ouviam os gestores munidos de microfone e *datashow* para lhes mostrar suas próprias mazelas. Imobiliza-

dos, sem condições de se expressar na mesma altura – fora do palco e sem microfone – assistiam a tudo indignados, prevendo as enormes mudanças que aquela visita técnica traria para suas vidas. Perante a impossibilidade de reagir, cabia apenas reconhecer a sua improbidade na gestão da Feira e aceitar de bom grado a interferência do NG.

Os feirantes afirmam que precisam da ajuda do NG para consolidar as melhorias, porque eles não têm condições de implementá-las sozinhos: “Nós não temos condições de maneira nenhuma. Nós estamos com a maior dificuldade. Eu já fiz pedido de tudo. Eu tô achando excelente essa investida do Núcleo.” (Feirante 4, 2007). Nas palavras do presidente da Associação dos Feirantes da Praia Grande que, mais tarde, seria um dos meus informantes, observo a posição de submissão às instituições quando diz que *já fez pedido de tudo*. Outra feirante tem opinião diferente, mas reconhece a necessidade da intervenção na Feira:

Olha, é preciso mesmo de um projeto para a Feira. A gente tenta fazer nossa parte, mas é muita ignorância, eles [alguns feirantes] não querem fazer nada, não. Ficam só esperando o governo fazer. A gente lá na nossa faz toda a manutenção, mas tudo da gente some. É comprar, colocar no lugar e tudo some no dia seguinte. Mas nós estamos dispostas a fazer qualquer benfeitoria, mas precisa de alguém pra organizar, porque nem todo mundo quer fazer, não. (Feirante, 2007).

É importante notar que os feirantes se posicionam a favor da intervenção do NG na Feira, mas naquele momento. No próximo capítulo, quando retomo as percepções dos feirantes sobre a gestão da Feira, as representações, em outro momento e lugar de fala, são mais críticas em relação à interferência do NG na FPG. Quando estão na Feira, os feirantes se apropriam do espaço e fazem dele o seu lugar:

Porque quem dá valor e cuida disso aqui somos nós, que tamos aqui e o turista que vem de fora... E na Praia Grande o governo num quer investir porque quer tomar, que isso aqui é o coração do Reviver, essa feira é o coração do Reviver. (Feirante 5, 2007).

A intervenção na Feira é uma prerrogativa do NG e com a exposição dos resultados da fiscalização passa a ser uma solicitação dos Feirantes. A *força-tarefa* de fiscalização na Feira tem sua missão bem sucedida, ao passar de proponente de uma intervenção à posição de receber a solicitação dos próprios Feirantes. A ação do NG se legitima pelo discurso da educação patrimonial, uma abordagem civilizadora e higienizadora, visando a *educar o povo*. A noção de *educação patrimonial higienizadora* se revela um divisor de águas nesta pesquisa, útil no sentido de entender as relações assimétricas de poder mantidas entre feirantes e instituições de preservação patrimonial.

Proponho uma síntese sobre a noção de **patrimônio-higienizador**: os feirantes – considerados sem hábitos de higiene – não são capazes de gerir a Feira de forma adequada para sua finalidade de atender

ao turismo, gerar trabalho e renda e promover o uso do bairro da Praia Grande. A ação das instituições de preservação patrimonial se faz necessária, então, para *educar o povo*, para que o lugar *faça sentido* para os feirantes. À Feira sempre é atribuída, pelos gestores, a sua posição de *quintal*, **os fundos do patrimônio da humanidade**. É necessário, de acordo com este ponto de vista, que se arrume, limpe e eduque os feirantes para que a Feira seja inserida no circuito turístico previsto para o lugar.

Dois meses depois desta reunião, um relatório da ação foi emitido e na conclusão havia a seguinte constatação:

A inspeção sanitária verificou que na feira vistoriada existem irregularidades sanitárias que precisam ser sanadas de acordo com legislação vigente.

Será feito um trabalho com a perspectiva de sensibilizar, capacitar e estabelecer prazos que se cumpram, de acordo com as exigências sanitárias, contribuindo, assim, com o fortalecimento da Feira da Praia Grande.

Consideramos relevante a realização de coleta de amostras da água utilizada na feira para análise microbiológica e físico-química, já que, a cisterna que abastece o local, encontra-se em local inadequado, suscetível a contaminações.

O IPR, assim como os demais membros da Comissão de Fiscalização, sinalizou com algumas propostas de melhorias para um bom funcionamento deste que é um espaço tradicional da nossa cidade.

- Capacitação dos feirantes
- Fardamento

- Setorização dos serviços
- Implantação da venda por cartão
- Caixa eletrônico
- Stand de informações turísticas
- Melhoria da praça de alimentação
- Balança para o consumidor aferir
- Abatedouro de animais de pequeno porte

O relatório do Instituto da Produção e Renda também confirmou as mesmas irregularidades, propondo inclusive uma intervenção na gestão da feira por seis meses, retornando em seguida aos feirantes. (SÃO LUÍS, 2007a, s/p).

A partir deste contato com os feirantes no ato da fiscalização e no momento da reunião da Escola de Música, iniciei a pesquisa na Feira. Nesta etapa em que estive no NG, pude identificar os informantes e os mediadores para a pesquisa, iniciando as entrevistas e a observação na feira. Nomeio **mediadores** os gestores que, entre outras, têm a função de mensageiros entre a Feira e as instituições. Nos dois momentos de minha análise, o Projeto Praia Grande e o NG, há assessores cuja função é exatamente esta, fazer a mediação entre os feirantes e os órgãos de preservação. Após a reunião na Escola de Música, interrompi minha frequência no NG, mas continuo recebendo relatórios, atas e pautas das reuniões por *e-mail*, porque continuo cadastrada no grupo de integrantes do NG.

4. O patrimônio como estratégia

“Italianos, franceses, ingleses aqui eu digo:
Sejam bem-vindos ao mundo de produtos
maravilhosos e regionais, é a nossa região.”

Feirante, São Luís, 2007

Neste capítulo, proponho algumas sínteses para os diversos discursos sobre a noção de *patrimônio*. Busco entender de que modo foram construídos como uma estratégia de legitimação das ações institucionais no bairro da Praia Grande e como a Feira da Praia Grande tornou-se um espaço privilegiado dessas ações.

Desde a sua gênese no Ocidente, o que se convencionou chamar *patrimônio* ganhou uma série de qualificações. *Patrimônio* histórico, artístico, biológico, natural, imaterial... qualificativos que lhe atribuem funções e novos sentidos (CHOAY, 2001).

Muitos termos ainda são necessários para se relacionar com o *patrimônio*: gestão, comunicação, preservação, divulgação. Um maior alcance e influência no espaço social são adquiridos quando o *patri-*

mônio assume seu sentido adjetivo: *patrimonial*. Assim, qualifica uma série de ações, deixa de ser sujeito e passa a constituir uma estratégia.

Nesta pesquisa, identifico uma ampla gama de representações sobre a noção de *patrimônio*. Todas elas caracterizam um modo de pensar construído a partir das relações mantidas entre as instituições, seus gestores e os feirantes. As representações analisadas até aqui estão consolidadas no mapa a seguir:

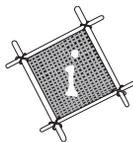


Figura 36 - Mapa de representações dos agentes sociais sobre a FPG e a noção de Patrimônio, e eixos de abordagem oficial. Elaborado pela autora.
Imagem no encarte.

Neste mapeamento, os discursos oficiais e as representações e práticas de gestores e feirantes estão alinhados com os eixos teóricos de abordagem do conceito de *patrimônio*, baseado nas categorias de *identidade* e *propriedade*. É possível perceber uma reverberação dos discursos oficiais nas representações e práticas dos gestores e mesmo nas dos feirantes. Como exemplo, a noção de que *a FPG não é patrimônio porque não é antiga* surge nos dois grupos de informantes. A noção de *patrimônio* como coisa antiga está associada ao conceito oficial de patrimônio como uma materialização do passado no presente. Desta forma, o que não remete ao “passado eleito” (CHOAY, 2001, p.18) como o passado oficial **não pode ser patrimônio**. Estas representa-

ções que se confirmam ou se negam remetem-me ao fenômeno dos *jogos de remissões* descrito por Foucault (2004), nos quais um discurso não indica a si mesmo, mas se refere a uma rede de representações e práticas estabelecidas pela imposição de discursos hegemônicos, no caso, sobre o *patrimônio*. Neste sentido, observo a presença, nos discursos dos feirantes, de categorias pertencentes ao discurso oficial, o que entendo ser fruto do processo de educação patrimonial que analisarei neste capítulo. É o discurso oficial influenciando as formas de recepção e interpretação do *patrimônio* e direcionando a forma como se dá a reprodução das noções do senso comum dos feirantes. Contudo, observo claramente que os feirantes se apropriam destes discursos e os interpretam de acordo com a sua lógica, a partir de seus lugares de fala. O discurso oficial aponta que os feirantes não se sentem responsáveis pela FPG e que não reconhecem o seu valor simbólico; já nas representações dos próprios feirantes, encontro o contrário: sentem-se proprietários da FPG, entendem-se zelando por ela, reconhecendo o seu valor simbólico para o *centro histórico* de São Luís e sabem também do *direito de propriedade*, que seria dividido com as instituições por meio do título de Patrimônio da Humanidade. Observo, então, que a imposição de pontos de vistas são estratégias de legitimação da atuação e gestão da FPG pelos agentes sociais em questão e reproduzem relações de poder.

A partir do conceito de *território* (RAFFESTIN, 1993), mapearei as representações e práticas de cada ator inserido simbolicamente ou fisicamente nesse espaço. Segundo o autor,

A representação proposta aqui é, portanto, um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou território de um ator desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p.147). (grifos meus).

Para consolidar as análises realizadas neste trabalho proponho a construção de um mapa que proporcione a visualização, materializada, das relações sociais construídas naquele espaço. Pretendo, ao fim deste exercício de cartografia social, deslindar quais outras categorias associadas à categoria *patrimônio* constituem esse “sistema sêmico” (RAFFESTIN, 1993) compartilhado pelos agentes que constituem o espaço social da Feira da Praia Grande. Pretendo inferir, assim, quais estratégias internas ou externas à Feira são acionadas para a legitimação do conceito de *patrimônio*.

Assim, chego a esta estrutura de análise baseada nos enunciados e as categorias presentes nos discursos, sendo possível estabelecer

eixos que serão trabalhados nos próximos itens deste capítulo: o valor simbólico da FPG, com a sua valorização pautada na categoria de *centralidade* e nas metáforas do organismo: *coração*, *raiz* e *núcleo*; a FPG e a sua *vocação comercial*, antes como entreposto comercial, hoje como *lugar do turismo*, pautada nas noções de *progresso* e *desenvolvimento* e, finalmente, o papel do processo de *educação patrimonial* e a sua influência na recepção do discurso oficial sobre *patrimônio*.

4.1 O lugar do poder: no coração da Praia Grande

Neste item, analiso as representações sobre a importância da FPG e a sua localização privilegiada no *centro histórico* de São Luís e as metáforas espaciais construídas a partir da noção de *centralidade*, como o *núcleo* e o *coração*.

A valorização da FPG se constrói a partir de dois pilares: o **valor de troca** atribuído ao *patrimônio como gerador de trabalho e renda* e o **valor simbólico** representado pela ideia de **origem**, onde, segundo um informante feirante, *tudo começou*. Estas duas abordagens são tidas como consequência e causa, respectivamente, da chegada do turismo no *centro histórico* de São Luís e, por que não falar, de uma forma geral, em vários outros centros antigos do Brasil e do mundo.

Para falar da valorização turística do lugar, retomo o início do PPG, no fim da década de 1970, em cuja documentação recupero a

abordagem da *preservação do centro histórico como uma construção coletiva*, na visão dos gestores das instituições de preservação patrimonial. O processo envolveu a sociedade ludovicense como um todo, mas com suas prioridades específicas representadas pelas associações de classes, universidade, instâncias do governo federal, estadual e municipal.

A articulação política para a legitimação do projeto foi baseada em princípios universais, refletindo uma preocupação mundial com o tema da preservação patrimonial, representada no discurso sobre Patrimônio da Humanidade.

Em troca de correspondência, via *e-mail*, mantida com o então Coordenador do PPG, cujo teor ele autorizou-me a divulgar, observo algumas prerrogativas conceituais que marcaram as diretrizes políticas do projeto:

Hoje vou te enviar dois textos publicados na imprensa local. O primeiro data de 1982 e fala de uma concepção de patrimônio cultural que muitas pessoas hoje duvidam que já pudesse existir naquela época. Curiosidade: observe que o texto também menciona pela primeira vez a possibilidade de inclusão do acervo de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, 15 anos antes disto acontecer. (CG-PPG, 2007).

O trecho, ao qual o gestor se refere, no texto de 1982, publicado no jornal O Estado do Maranhão, traz seus comentários acerca dos resultados e das perspectivas indicadas na Convenção da Praia Grande:

Até aí, foram analisados numerosos trabalhos e propostas anteriores, como as de Michel Parent, Viana de Lima, Josué Montello e John Gisiger. Um francês, um português, um brasileiro e um americano, como se a confirmar a preocupação universal com o patrimônio da humanidade. Pois, como Olinda foi recentemente alçada ao “status” de “Patrimônio Cultural da Humanidade” no rastro de Ouro Preto, porque não São Luís? (CG-PPG, 1982).

Legitimada perante toda a sociedade, com um nível amplo de representatividade, o capital cultural foi posto em jogo e o projeto referenciado em pessoas notabilizadas socialmente por sua idoneidade, cada uma no seu respectivo campo de saber. O gestor se vale do discurso de especialistas e intelectuais para uma *legitimação em nível universal*, sugerindo a alteração do *status* da cidade de São Luís e a valorização e o reconhecimento do seu *patrimônio*.

Segundo o gestor, a prioridade atribuída à reforma da FPG decorreu dos seguintes motivos:

Devido a sua situação no coração do bairro histórico e principalmente pelo seu potencial como geradora de emprego, renda e movimentação para a área, a Feira da Praia Grande foi considerada desde o início como peça mais importante do conjunto. (CG-PPG, 2007).

Nas palavras do gestor, encontro a metáfora mais recorrente para se tratar do valor simbólico da FPG – a sua localização *no co-*

ração do bairro da Praia Grande – como um dos fatores que propiciaram o início das intervenções do PPG pela Feira. No dizer “a Feira está localizada *no coração* da Praia Grande”, observo a apropriação simbólica deste espaço pelo discurso institucional. A Feira não é o coração, mas ela está situada *no coração*. A forma como as pessoas se apropriam do espaço caracteriza-o e lhe atribui poder simbólico como lugar. As imagens que se constroem a partir do espaço revelam relações de poder. O outro motivo para iniciar as intervenções pela Feira, apontado como o principal pelo gestor, é o seu potencial como geradora de emprego e renda e movimentação para a área. Mas, mesmo sendo o principal, vem em segundo plano. O que vem em primeiro é a localização, *no coração do bairro histórico*.

A intensa participação e a representatividade dos feirantes no processo de construção do projeto teria sido um dos motivos que culminaram com o início das obras pela FPG. A participação dos feirantes também foi intensa no processo da reforma da Feira, na opinião do coordenador e assessor técnico do PPG.

A etapa inicial foi iniciada após a definição de políticas de preservação durante a realização de um seminário nacional contando com a participação de especialistas de todo o país reunidos com representantes da comunidade local, sindicatos e moradores bem como dos órgãos públicos de nível municipal, estadual e federal, incluindo-se diversos departamentos da Universidade Federal do Maranhão.

Mas sua relevância [da Feira] no contexto desta análise está ligada ao fato de que a prioridade que lhe foi conferida foi um dos resultados mais diretos do encontro que havia sido realizado em 1979. Naquela ocasião foi decisiva a presença dos representantes do Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes de São Luís que participaram ativamente dos debates e apresentaram a reivindicação de que os trabalhos de reabilitação do centro histórico fossem iniciados precisamente com a recuperação daquele mercado popular. (CG-PPG, 2007).

Encontro nas falas dos gestores as suas memórias sobre a participação dos feirantes na Convenção do Patrimônio e a consciência dos feirantes organizados no seu Sindicato:

As atas da Convenção mostram que em suas palavras, o então presidente, Sr. Venceslau Marques, entendia que esta obra iria assegurar ao mesmo tempo a recuperação de um importante exemplar do patrimônio histórico e a revitalização de uma atividade que abastecia a população de São Luís de gêneros de primeira necessidade sendo, ao mesmo tempo, geradora de emprego e renda para dezenas de famílias. (CG-PPG, 2007).

Com o início das obras do PPG pela Feira, iniciaram-se reuniões na própria Feira. Encontro nas falas dos gestores mais evidências sobre o caráter participativo do projeto, com a atuação conjunta entre o corpo técnico do PPG e o Sindicato dos Feirantes:

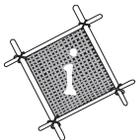
Sugestão aprovada em plenário, o passo seguinte foi a realização de sucessivas reuniões no próprio local da Feira (no antigo restaurante do Basílio), onde os feirantes e usuários participaram dos debates sobre como conduzir a execução da obra. Naquelas reuniões surgiam sempre as inquietações da categoria com relação à possibilidades de interrupção dos trabalhos pela metade, em face do risco de faltarem os recursos públicos, acarretando consequências negativas para suas atividades cotidianas.

Além disto, diante da necessidade de se ausentarem do imóvel durante a realização das obras de recuperação haviam preocupações e desconfianças com referência à garantia de poderem retornar todos aos seus espaços após a conclusão dos serviços.

Como forma de contornar as desconfianças, todas as alternativas técnicas, o partido a ser adotado na reforma, detalhes construtivos, etc, foram analisados pelos feirantes em conjunto com os arquitetos e engenheiros da equipe técnica. (CG-PPG, 2007).

Eu e os outros assessores e coordenador do PPG conversávamos muito com os feirantes. E aí foi decidido coletivamente, que o pessoal fosse para lá. Durante o projeto Praia Grande, os feirantes foram para a uns barracões no lugar que hoje é o centro Odylo Costa Filho. Eu ficava mais na parte de articulação social, e eles com a arquitetura. A reinauguração da Feira foi durante o governo do João Castelo. (AT-PPG, 2007).

Nos depoimentos dos informantes, observo sua preocupação em expor que o PPG levou em consideração a opinião dos feirantes e que houve tentativa de dirimir as dúvidas quanto ao andamento das obras e à devolução dos boxes aos feirantes, após o período das obras. Houve a necessidade de transferência dos feirantes para um *barracão*, conforme dito pelos dois informantes, e esta foi uma das garantias obtidas pelos feirantes para que não interrompessem suas atividades comerciais durante as obras. O local da transferência foi uma área próxima e desocupada, onde hoje se localiza o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. Para esta etapa, um levantamento foi executado e para cada tipo de atividade e tamanho original de boxe foi construído provisoriamente um espaço semelhante:



Figuras 37 - Planta de localização provisória da Feira, com a divisão do espaço entre os feirantes e suas atividades.

Fonte: Memorial do PPG, DPHAP. Imagem no encarte.

O que, na visão dos gestores, é descrito como um processo que transcorreu calmamente, para os feirantes se caracterizou como uma disputa. O informante mais antigo da FPG relata o processo:

O projeto que nós fomos, nós botamos o pé na parede e questionamos nesse tempo, nós botamos o pé na parede, fomos ver o compromisso de arrendamento de distribuição também, e aí

nós ganhamos a questão e voltamos pro mesmo lugar, entendeu?
(Feirante 1, 2007).

Observo as disputas de poder entre a coordenação do PPG e os feirantes para se contar a noção oficial sobre as negociações durante o PPG. A forma democrática evidenciada pelos gestores do PPG opõe-se à versão do feirante, que descreve a necessidade de se impor, *botando o pé na parede*.

Como foi relatado pelo coordenador, entre os feirantes, havia a consciência do valor do acervo arquitetônico. Analiso as categorias de *centralidade*, *coração*, *núcleo* e também *vocação*, que ganha novo *status* realçando uma emocionalidade ligada ao bairro. Ao ser reconhecida sua *vocação*, a característica de *centralidade* do bairro torna-se relevante. Há a recuperação e o reconhecimento do valor do bairro para a identidade da cidade, ainda que no momento anterior ao PPG, o lugar tivesse sido considerado *decadente*:

Mesmo assim na Praia Grande ainda subsistia uma forte vocação de centralidade urbana em virtude da presença de muitas repartições públicas nas imediações da Rua Portugal, inclusive a grande proximidade das sedes dos governos estadual e municipal na Av Pedro II (...). (CG-PPG, 2007).

A visão do gestor do PPG aponta ainda para a metáfora do organismo, animal ou vegetal, no qual se encontram os órgãos responsá-

veis pela vida da cidade. A metáfora do organismo atribui a *conotação de vida e doença à noção de patrimônio*, além de justificar a necessidade de conservação do *centro histórico*:

A visão da cidade como um organismo único e vivo, nos mostra que é essencial conservar, e muito bem conservado, o seu núcleo original que funciona como raiz, cérebro e coração. (CG-PPG, 2007).

Na maltratada e antiga árvore que é São Luís, não resta dúvida de que o centro histórico realiza o papel de uma sólida raiz. Nas imediações da Praia Grande foi plantada sua semente no início do Século XVII e foi a partir desse núcleo original que toda a cidade se desenvolveu até os dias de hoje. (CG-PPG, 2007).

Como todo prédio em ruína, [a FPG] havia se tornado uma chaga no corpo vivo da cidade. Ela exsudava, mal cheirando a fezes, povoada de ratos, repleta de lixo. Tornara-se uma célula cancerosa, antro de banditismo expandindo sua deterioração, ameaçando os sobrados vizinhos e a segurança dos transeuntes. (AP-PPG, 2007).

A consciência sobre a importância simbólica do lugar é claramente reconhecida pelos feirantes, ainda que o motivo da atribuição desta importância seja variável. A forma de sustento dos feirantes – o comércio – é aludido no depoimento abaixo:

Nós aqui somos o alicerce desse local belíssimo de comércio, de visita dos turistas ao Maranhão, e eu tenho dado de mim tudo aquilo que foi possível na melhoria desse local de trabalho, eu

estarei sempre do lado de quem quer trabalhar, de quem tá organizando. (Feirante 5, 2007).

O feirante se insere nesta posição fundamental, recorrendo à metáfora do *alicerce*, que se assemelha à de *raiz*, para expor a importância do papel dos próprios feirantes no cotidiano e na manutenção da FPG. O papel pró-ativo dos feirantes também é ressaltado em outro depoimento:

Nós construímos, chamamos e consideramos aqui o portal de entrada do turista em visita à Ilha do Amor, ou seja, patrimônio cultural da humanidade que é São Luís do Maranhão, nós estamos conversando aqui, inseridos... (Feirante 3, 2007).

Ele se apropria inteiramente da Feira, assume seu papel e sua responsabilidade ao dizer que foram eles que *construíram, chamaram e consideraram* a FPG como o *portal de entrada* da cidade e completa com a afirmação de que está inserido naquele *patrimônio cultural da humanidade*. Com estes depoimentos dos feirantes, proponho uma primeira síntese. Os feirantes se assumem como agentes da construção simbólica da Feira, criando imagens que a valorizam. Posso afirmar que as representações sobre **a FPG como patrimônio estão ligadas à ideia de lugar**: *estamos aqui inseridos no Patrimônio; local belíssimo de comércio; Portal de entrada da Ilha do Amor*. Para a representação da **Feira como um lugar do comércio**, encontro em Halbwachs

um caminho interpretativo. O autor indica que nas manutenções de usos dos espaços,

Todas essas sobrevivências e essas rotinas podem explicar-se somente por uma espécie de automatismo coletivo, uma rigidez persistente do pensamento em alguns meios de comerciantes e clientes. (HALBWACHS, 2004, p. 144).

As referências materiais daquele lugar, inserido no bairro da Praia Grande, mantêm a sua relação com o passado e com as experiências das pessoas, uma ligação com a tradição e as lembranças que a amparam. As imagens da Feira – lugar do comércio, patrimônio, portal – como parte do *sistema sêmico* (RAFFESTIN, 1993) dos feirantes, são continuamente reproduzidas para legitimar a importância do lugar e para regular seus pensamentos e ações.

Em seus discursos percebemos como a questão do *patrimônio* na Feira – preservar ou não preservar – aparece como uma estratégia de controle público do espaço da Feira.

A concessão desse boxe é minha... Eu vendi um boxe aqui por sete mil reais. Eu falo pra esses feirantes aqui. Eu falo pra gente negociar de pegar a posse da feira, aí eles falam que vão ter que pagar IPTU, vão ter que reformar... Mas valia a pena...eu vendi o boxe, por sete mil. Se esse Boxe fosse meu, eu tinha vendido por cem mil reais. Aí valeria a pena. Sabe por que esse boxe não sairia por menos disso? Você não compra nenhuma porta e janela por esse preço aqui no centro... Essa Praia Grande tá sendo muito

valorizada. E nada pode ser feito aqui, se não considerarem essa feira. Ela é o coração da Praia Grande...onde tudo começou. (Feirante 2, 2007).

(...) e na Praia Grande o governo não quer investir porque quer tomar, que isso aqui é o coração do Reviver, essa feira é o coração do Reviver, você vem no Reviver, você na feira... acha cachaça, camarão, doce, vinho, castanha e é isso que o turista quer ver e comprar, o cavalheiro que vem de fora, vem compra roupa, ele vem aqui e acha o que é de fora... então a gente se reuniu pra ver o que eu, a gente vai fazer, porque aqui é o coração do Reviver. (Feirante 4, 2007).

A consciência dos feirantes e gestores sobre a posição estratégica da FPG, física e simbólica, nos proporciona acionar a teoria do *espaço social* de Bourdieu (2002), na qual o autor aponta para o uso de capitais diferenciados para permitir a ascendência no espaço social. Ao terem a consciência do valor simbólico da FPG, como um *lugar no coração da Praia Grande*, rapidamente os feirantes convertem esse capital simbólico em capital econômico. Por ser importante simbolicamente, a FPG representa um grande potencial para ser explorado economicamente e daí surge igualmente o interesse do poder público na chamada *gestão do patrimônio*.

A estratégia de se iniciar as obras do PPG pela Feira relaciona-se à promoção da *geração de renda*, da *diversidade de uso do solo* e da con-

sequente *permanência de diversas práticas sociais* no lugar. Os feirantes acreditam que **o lugar seja um ponto de convergência turística**, de interesse para os gestores, e que é o *coração do Reviver, o coração da Praia Grande*. Acreditam também que, por isso, não há mais investimentos públicos, para que a *FPG seja tomada* deles, feirantes. Por parte do NG, o início da ação de fiscalização pela FPG se deu pela concentração de problemas em um mesmo espaço e pela existência de fluxos de pessoas e geração de renda – para o NG, as pessoas são a *preservação*. O laudo da Comissão de Fiscalização em sua conclusão, afirma:

Na parte que coube ao IPR analisar a visita a Feira da Praia Grande, foi possível perceber após entrevista com o presidente da Associação de Feirantes que a feira precisa de uma reforma estrutural.

Na oportunidade foi preenchido um cadastro no qual foram identificados todos os feirantes e seus problemas.

O relatório do Instituto da Produção e Renda também confirmou as mesmas irregularidades, propondo inclusive uma intervenção na gestão da feira por seis meses, retornando em seguida aos feirantes. (Relatório do NG, 25.07.2007).

Concluo este item retomando a forma como os resultados da ação de fiscalização da FPG pelo NG foram comunicados aos feirantes. Ao expor as mazelas da Feira aos feirantes, foram expostas as deficiências dos próprios feirantes na gestão interna da Feira, de responsabilidade do Sindicato dos Feirantes. Ao se representarem como os *construto-*

res da FPG, o cerne emocional do bairro da Praia Grande, os feirantes foram, juntamente com a Feira, condenados pelos representantes das instituições públicas, que expuseram suas mazelas diante de todos. A imposição do ponto de vista oficial caracteriza o monopólio do Estado sobre a noção de *patrimônio*. Segundo esse ponto de vista, *patrimônio* que gera trabalho e renda tem de estar de acordo com as normas de higiene, mesmo que para os ocupantes daquele lugar, há anos, esteja tudo bem. Um caráter civilizador é associado à ideia de *patrimônio*, fruto de seu direcionamento para o turismo, valorizando a necessidade da Feira ser “adequada” para ser vista pelas pessoas “de fora”. Ao criticar as condições higiênicas da FPG, o NG estava criticando os feirantes. Os feirantes se identificam como partes da Feira. Segundo eles, **a Feira é *patrimônio* e os feirantes também o são.**

4.2 O lugar dos investimentos: turismo, manutenção e geração de renda

Neste item, analiso nos discursos de gestores e feirantes suas representações sobre os usos da Feira, pelo viés da *destinação ao turismo*. A possibilidade do bairro da Praia Grande e sua Feira gerarem renda enseja uma série de ressemantizações sobre o uso deste espaço e vários pensamentos sobre as dinâmicas de investimentos para viabilizar novas estratégias de usos.

A *reutilização*, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. (...) [o prédio] é assim poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso. (CHOAY, 2001, p.219).

Quando falo em **ressemantização**, portanto, estou referindo-me às diversas representações sobre a noção de *patrimônio* e à forma pela qual os agentes sociais envolvidos nesta pesquisa pensam seus usos contemporâneos. Como já foi apontado anteriormente, a FPG é um dos lugares do *centro histórico* de São Luís que possui uma manutenção secular do uso.

Esta era desde então a vocação daquele lugar. Ali era o local que a “intendência-prefeitura” reservara para os comerciantes de alimentos estabelecerem suas barracas, em um claro esforço de disciplinamento do uso do solo urbano. (CG-PPG, 2007).

Início a análise pelo depoimento do coordenador da FUMPH e sua forma de perceber as noções de *fluxo turístico*, *patrimônio* e *preservação*:

Me parece natural, desde sempre foi assim, tanto que essa questão do turismo sempre foi discutida em São Luís, desde que se fala em patrimônio, e desde que se fala em patrimônio se liga a questão da preservação do acervo à possibilidade de um fluxo turístico pra cá. (C-FUMPH, 2007).

A ligação da ideia de *patrimônio* com fluxo turístico não é uma peculiaridade de São Luís. O Estado Francês, segundo Choay, seria o primeiro a explorar essa conjuntura para, a partir daí, promover e controlar, com todos os recursos de sua autoridade e de seus poderes, os ritos de um culto oficial do patrimônio histórico que se tornou parte integrante do culto da cultura. (CHOAY, 2001, p.210).

Percebo que a mundialização das referências e dos valores europeus foi determinante na construção do conceito de *patrimônio*. Retomando a origem da palavra *patrimônio*, identifico um traço que caracteriza as escolhas paradigmáticas no momento da definição do que é *patrimônio*. *Patrimônio* é a herança do pai. O caráter simbólico e a função social do pai remetem a uma sociedade patriarcal e por esta característica já está impossibilitada de conceder valor ao que não é proveniente do pai. Abordagens unilaterais foram estratégias legitimadas e contidas na definição da noção oficial de *patrimônio*.

A *naturalidade* atribuída pelo gestor à associação da ideia de *patrimônio* ao *fluxo turístico* revela um caráter de recepção de prerrogativas formuladas para realidades diferentes da FPG. **A percepção do que é patrimônio no Brasil é uma representação de segunda-mão.** Diferentemente de vários outros prédios do *centro histórico* de São Luís, a Feira mantém a sua diversidade de uso. A proposta de se ter uma Feira voltada para o fluxo turístico interfere nas práticas cotidia-

nas daquele espaço, criando disputas entre os agentes sociais quando o assunto é a manutenção da estrutura física da Feira e as dinâmicas de investimento no lugar.

É possível observar nos manuscritos do gestor do PPG, ainda em 1977, antes mesmo da Convenção da Praia Grande (1979), a organização de seus argumentos para a construção do projeto de preservação da Praia Grande.

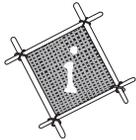


Figura 38 - Manuscrito do coordenador do PPG, com anotações sobre os objetivos da Convenção do Patrimônio. Memória do PPG, DPHAP, 1977. Imagem no encarte.

As categorias de *bairro turístico e comercial, tesouro cultural e fonte econômica* estão presentes nos escritos do gestor que culminam nas diretrizes políticas do PPG, indicando um caminho a ser percorrido, consolidados na lista de políticas de orientação do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís:

POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA

DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.

2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento à geração de emprego e renda. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.

3 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.

4 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-se à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.

5 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.

6 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico.

7 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.

8 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.

9 - Garantir, no âmbito da Coordenadoria do Programa, um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

10 - Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal. (ANDRÈS, 2006).

De acordo com os depoimentos do gestor, o início das obras foi marcado pela política de número 5 que trata da **promoção da revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato assim como das atividades relacionadas ao turismo cultural**. A partir dessa diretriz, a Feira da Praia Grande torna-se o principal foco das ações de preservação no primeiro momento do projeto Praia Grande.

Para que este potencial gerador de renda se consolidasse, o Estado fez investimentos no local. Porém, na lógica da superintendente do IPHAN, não houve uma contrapartida da iniciativa privada:

O Estado fez todos os investimentos e não houve o retorno por parte da iniciativa privada. O que a iniciativa privada investiu foi buscando retorno no turismo e assim, muito timidamente, abrindo lojinhas pequenas de artesanato, bares... (SR-IPHAN, 2007).

Na fala da superintendente do IPHAN, os proprietários atribuem ao Estado a responsabilidade pela manutenção do espaço. A

possibilidade de *gerar lucro*, na sua visão, justifica que os investimentos sejam feitos pela iniciativa privada.

Aqui, na Praia Grande, exatamente ali naquela Companhia Paulista, esquina da Feira. Choveu e caiu um pedaço do beiral. Aí foi um escândalo, televisão, não sei o que tal... aí, a televisão tava lá entrevistando e um proprietário de uma daquelas lojinhas, que tá lá, pagando aluguel ou é proprietário, tá lá lucrando, vendendo e obtendo lucro, né? Ele deu a seguinte entrevista, eu vi na televisão ele falando assim: “Olha, estou aqui há 6 anos e nunca o IPHAN ou o Estado fez nada, nunca vieram consertar aqui o telhado”. (SR-IPHAN, 2007).

A gestora expõe suas percepções sobre o pensamento dos feirantes:

Então, eu acho que isso responde a sua pergunta inicial de como os feirantes da Praia Grande compreendem a questão da preservação. Eles acham que, ao estar tombado, a responsabilidade é do Estado. Ele só se sente proprietário quando ele quer usar a propriedade a seu bem querer, sem levar em consideração que aquele imóvel, ele é especial, entendeu? (SR-IPHAN, 2007).

Observo que a gestora expõe uma ambiguidade sobre o posicionamento dos feirantes diante de seu bem. A noção de *propriedade* flutua entre momentos em que o dono quer fazer intervenções no imóvel por sua vontade e é impedido pela lei do tombamento ou quando ele não quer fazer reparos e manutenção e atribui a respon-

sabilidade ao Estado, apelando para a mesma lei do tombamento. É importante questionar: **de quem é este patrimônio?**

A dispersão dos discursos sobre a noção de *propriedade* interfere nas dinâmicas dos investimentos no lugar, porque não há uma definição sobre de quem é a responsabilidade sobre os bens.

Observo agora o discurso dos feirantes, sua tendência a atribuir às gestões públicas a responsabilidade de manutenção da FPG. Posicionam-se de forma ambígua, oscilando entre posições de sujeitos e objetos nas ações de preservação, mas a principal crítica é em relação à mudança de gestão e à falta de continuidade dos projetos de manutenção da FPG:

Ah, sobre a organização da feira em geral tão vendo se dá outra melhorada, não tão agradando muito, né, porque se pelo menos o que um governo deixou o outro terminasse, né, aí recomeçam, fez toda a parte e não deixou, não terminou. Então vamos ver se melhora mais, chama mais atenção dos turistas... (Feirante 5, 2007).

O feirante questiona a falta de continuidade das obras e dos investimentos com as mudanças de governos. Aponta ainda a necessidade de *chamar a atenção dos turistas*. Observo que as melhorias que este feirante espera não se destinam ao uso dos próprios feirantes, mas como **estratégia de dar visibilidade ao lugar** e conseqüentemente atrair turistas, movimentando economicamente a Feira. **Patrimônio como estratégia de visibilidade.** Nas palavras de um outro feirante:

Nós temos que ter a ideia e a consciência de que ela (Roseana Sarney) fez e de que os governos estão fazendo alguma melhoria pra esse nosso local de trabalho, isso não se pode negar que está à vista, estamos olhando, e nós esperamos que este governo, as repartições, as instituições de que tome consciência de esse local é um local belíssimo e que nós não podemos deixar acabar. (Feirante 3, 2007).

Neste depoimento, o feirante se coloca num lugar de fala passivo, esperando que o *governo* e as *instituições* tomem consciência sobre a beleza do lugar. Em mais uma síntese desta pesquisa, o feirante percebe o **patrimônio como referência estética**.

A preocupação com o que os turistas vão encontrar na Feira é uma constante nos depoimentos dos feirantes:

Se o governo não investir na feira de um modo geral, então os turistas vão procurar outros lugares, porque antes era mais movimento, hoje apesar de melhorou, mas caiu muito. (Feirante 2, 2007).

Para completar a ampla gama de representações dos feirantes sobre as dinâmicas de investimento na FPG, mais uma vez registro a posição dos feirantes de receptores de investimentos do governo. Este informante coloca os feirantes como minoria e ainda critica o modo *remendado* de se fazer as coisas na Feira:

Porque o governo do Maranhão é quem manda, nós somos uma pequena parte, minoria, ou dá um modo de fazer alguma coisa,

ajeitar, porque fazer as coisas tudo remendada pega mal... pra nós e pro governo, porque esse governo num liga pras coisas da região. (Feirante 1, 2007).

Observo nas falas dos feirantes posicionamentos recorrentes sobre o governo e os investimentos na Feira. Relacionam a possibilidade de não haver investimento a uma diminuição do fluxo turístico. Percebem o turismo como a fonte de renda do lugar e a falta de valorização da FPG, representada como *coisas da região*. **Patrimônio como característica da região.**

É importante observar que a repetição dos discursos sobre um *fluxo turístico* no lugar reflete o processo de apropriação dos discursos oficiais, inculcados por documentos, treinamentos e outras práticas de educação patrimonial. Os feirantes se apropriam dos discursos oficiais e os reelaboram ao seu modo, colocando-se como dependentes de ações do governo. Esse posicionamento diverge da iniciativa de comerciantes de outros tempos na Praia Grande:

Afora isto, considerável foi a colaboração dos comerciantes da Praia Grande para a melhoria do seu bairro e até mesmo para a melhoria do bairro e até mesmo de São Luís em sua totalidade. Foram eles quem mais doaram verbas para a construção do Teatro Municipal. Outra contribuição importante verificou-se em 1849, quando o pessoal da Praia Grande arrecadou 7:500\$000 para a limpeza e desobstrução do Rio Itapecuru. Dessas contribuições é que se originou a Companhia Confiança Maranhense,

mentora da substituição das barracas do Terreiro Público pela Casa das Tulhas.

Assim, observa-se o espírito empreendedor dos comerciantes da Praia Grande. Ressalte-se também a característica de honra e dignidade com que eram feitas as transações comerciais... (REIS, 2002, p.32).

Sobre o cotidiano da Feira e o turismo, muitas são as percepções de feirantes e gestores. A possibilidade de se ter um funcionamento da Feira atrelado ao calendário turístico é uma prerrogativa que, segundo o articulador político do PPG, foi explorada desde a sua inauguração:

A reinauguração da Feira foi durante o governo do João Castelo. Após essa inauguração, foi feito um intenso trabalho de movimentação cultural. Bandas de carnaval, festa junina, serestas, tudo isso pra movimentar e atrair as pessoas para este espaço. (AP-PPG, 2007).

Nas palavras do gestor, o atual problema da FPG é não ter se adaptado ao negócio do turismo:

O problema aqui é de administração. E não é problema com o presidente do sindicato, não, esse é um batalhador. É da administração pública mesmo. Tá esse monte de turista aqui, esse São João todo lá fora, e a Feira tem que fechar cedo porque não tem vigia. Se não tem, coloca-se vigia...com o que se arrecadar a mais paga-se o vigia. (AP-PPG, 2007).

Este depoimento encontra uma voz dissonante no órgão público responsável pela fiscalização dos estabelecimentos comerciais da cidade, a SEMTHURB. Na fala do assessor técnico que representa a instituição no Núcleo Gestor, a FPG é uma feira como as outras:

Essa feira é igual a todas as outras. É suja, mal organizada, e porque que tem que fechar mais tarde? Dizem que tem cultura aí dentro... Desde quando bolero é cultura? Desde quando tambor mal organizado de feirante é cultura? É só pra dar trabalho com bêbado e marginal aí dentro. Na Feira não tem policiamento para isso não...tem é que fechar cinco horas da tarde como todas as outras. (AT-SEMTHURB, 2007).

Observo na fala deste assessor técnico uma desvalorização da chamada *diversidade de usos* que impulsionou as obras durante o PPG. As relações sociais são relegadas pelo gestor a segundo plano e o que importa é o papel de Feira, no sentido *stricto* da palavra: comércio varejista de produtos. Observo, na perspectiva da *dispersão dos discursos* que nos apresenta Foucault, como os discursos institucionais estão submetidos às interpretações dos agentes sociais individualmente, expressando suas representações individuais, em detrimento dos posicionamentos institucionais. A FPG localiza-se em lugar – físico e simbólico – de importância estratégica para o empreendimento turístico destinado ao bairro da Praia Grande. Nas palavras de coordenador da FUMPH e do NG, a principal estratégia de preservação do patrimônio é:

A presença humana é a preservação... é preciso que as pessoas se relacionem de uma forma saudável e interessante com esse espaço para que ele faça algum sentido. O que a gente pensa, pelo menos, o que eu penso é que a cidade precisa fazer sentido pros cidadãos, para quem mora na cidade. (CG-FUMPH, 2007).

Ele assume que há uma interpretação das políticas, quando muda do coletivo para o individual: “o que a gente pensa, pelo menos o que eu penso”. Esse fato aponta para uma diversidade das representações sobre as práticas de preservação patrimonial e como elas são reproduzidas pelos indivíduos que formam as instituições.

O articulador político do PPG, continua sua fala sobre a Feira e o turismo:

Aqui, quer queira quer não, é um comércio. Não se pode esperar o poder público, tem que se atualizar. A feira não entendeu que tem que se voltar para o turismo. É a lei da oferta e da procura. O artesanato vem ganhando espaço. Tinham que promover festivais gastronômicos, fazer esse lugar ter uso...Falta orientação de marketing. (AP-PPG, 2007).

Quando pergunto a um feirante se o movimento na feira está bom, ele diz:

Tá mais ou menos porque agora saiu do período de férias, agora é mais ou menos. No período de férias as vendas acabam todas. Tá em banho-maria, em julho é bom, agora agosto e setembro fica ruim... Começa a melhor em dezembro. (Feirante 3, 2007).

O período de boas vendas coincide com o período das férias escolares, no qual o fluxo de turistas aumenta na cidade. A sazonalidade comum aos empreendimentos turísticos já é percebida pelos feirantes. Parece-me que os feirantes já entenderam a necessidade de destinar a Feira ao negócio do turismo. Quando pergunto sobre as melhorias das obras na Feira, um dos feirantes fala em progresso e evolução, relacionados ao fluxo turístico:

Então houve um progresso no sentido, na parte turística, porque antigamente nós negociávamos mais com a sociedade do Maranhão. Hoje não, nós atendemos as pessoas maranhenses, turistas que vem de outros Estados e do mundo todo. Com a parte de artesanato, por exemplo, você acabou de ver nesse instante eu aqui pendurando umas sacolinhas muito bonitinhas, artesanais. Com as garrafinhas, redinhas, então, são essas coisas que realmente trouxe na evolução do Projeto Reviver. (Feirante 4, 2007).

Patrimônio-turismo-progresso. Este é o trinômio dos discursos institucionais de preservação patrimonial que se materializa neste depoimento do feirante. Lembro-me do exato momento em que ele disse essas palavras, arrumando produtos em seu boxe: junto ao saco de farinha d'água, peixe e camarão seco, estão as garrafinhas de tiquira e as sacolas de palha de buriti. Produtos tipicamente regionais, antes destinados ao uso local e que agora dividem espaço nos apertados boxes com os produtos destinados diretamente aos turistas. Nas palavras

de outro feirante: “Você na Feira acha cachaça, camarão, doce, vinho, castanha e é isso que o turista quer ver e comprar...” (Feirante 2, 2007).

O *marketing*, que faltava, nas palavras do gestor, surge na forma como o feirante organiza seu boxe e aparece no discurso dos feirantes em forma de *caçaça*, *camarão*, *bolsinhas* e *redinhas*. A destinação ao turismo, a necessidade de intervenções para melhorar o espaço para receber o turista, são representações sobre a sua própria posição no espaço social da Feira e da suas noções sobre patrimônio: **patrimônio como negócio**, é a síntese com a qual eu gostaria de finalizar este item.

4.3 A educação patrimonial e a recepção do discurso institucional

Ao deparar-me com matizes tão variadas sobre a noção de *patrimônio* e a forma como esta categoria é apreendida pelos diversos agentes sociais envolvidos nesta pesquisa, proponho um mapeamento dessas diversas representações.

Como método, parto da reflexão construída por Ortiz (1989) sobre a categoria de *representação coletiva* na obra de Durkheim. O autor aponta que esta categoria pode ser abordada não pelo compartilhamento do conteúdo das representações, que são heterogêneos e flutuantes, mas pela forma pela qual o pensamento se constrói. Observo que as diversas formas de se representar o *patrimônio* são frutos de um processo de educação

patrimonial, de regras e normas de preservação patrimonial. Mesmo com as ressemantizações construídas pelos feirantes, observo hierarquizações sobre o que é tido como *patrimônio* e, principalmente, o que se faz com o chamado *patrimônio*: um conhecimento classificatório que se constrói a partir da articulação e compartilhamento das “coisas sociais”.

Tratarei agora das *representações coletivas* como forma da construção das ideias sobre o *patrimônio*, a partir do processo de educação patrimonial. Mais adiante, discorrerei sobre o conteúdo dessas representações, construído a partir da forma de se pensar o patrimônio na FPG.

Com o diagrama que segue abaixo, me propus a mapear as abordagens simbólicas e materiais sobre a noção de *patrimônio*. Diria que cheguei a um sistema sêmico que, na obra de Raffestin, pode ser entendido como as diversas apropriações dos agentes sobre o espaço no qual projetam suas representações.

As categorias contidas nos quadros em azul representam o pensamento dos gestores; os quadros em laranja caracterizam o pensamento dos feirantes. Quando as representações sobre *patrimônio* pertencerem aos dois grupos sociais estão associadas às duas cores. Em rosa estão as sínteses que, como pesquisadora, foi possível realizar a partir da análise dos discursos sobre o *patrimônio* na FPG.

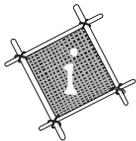


Figura 39 - Mapa das representações sobre patrimônio na FPG.

Elaborado pela autora.

Imagem no encarte.

Esta forma interligada de se pensar o *patrimônio* não pretende ser um mapa de causas e consequências para se representar a relação entre feirantes e gestores na FPG. A partir de categorias nativas presentes nos discursos de ambos os grupos sociais, pude perceber que uma categoria remete à outra e, assim, sucessivamente. A imagem das tessituras descritas por Raffestin remete-me ao seu pensamento sobre as categorias de *espaço, lugar e poder*:

O ator pode decidir “construir” vários tipos de tessituras e articular todos os pontos ou somente alguns, em redes. Pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções. Em nosso esquema simplista, poderíamos inscrever tantas “imagens territoriais” quantos objetivos intencionais diferentes houver. (...) Se inserimos um outro ator no esquema, haverá outra representação mesmo que os objetivos sejam congruentes. Institui-se então uma relação de poder, sem dúvida nenhuma. (RAFFESTIN, 1993, p. 146).

Ao propor este inventário sobre as diversas imagens do *patrimônio*, encontrei nos discursos de feirantes e dos gestores de instituições noções que se referenciavam umas nas outras, gerando diversos pontos de convergência em seus discursos. Ao projetarem sobre o mesmo espaço suas representações, cada agente nele inserido o apreende de forma singular, colocando em jogo o seu capital, buscando a le-

gitimação do seu ponto de vista. Faço uma referência ao conceito de *sistema sêmico* proposto por Raffestin para descrever a teia de significados que foi possível construir como síntese desta pesquisa.

A Feira da Praia Grande é o território do *patrimônio*. “Não se trata, pois, do ‘espaço’, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Como pesquisadora, também projetei minhas “imagens territoriais” sobre este espaço. As sínteses propostas servem como pontos de articulação entre as representações dos informantes para construir uma rede de significados.

Na pesquisa, pude perceber que cada agente inserido no espaço o constrói a partir de suas estratégias de permanência em suas posições sociais. O significado que *o patrimônio* tem para cada um revela sua forma de se relacionar com o espaço e nele se legitimar.

A imposição de um ponto de vista materializa-se nas disputas cotidianas. De um lado, os feirantes buscando no seu trabalho na Feira as condições de sobrevivência, e a metáfora do coração aponta para essa ligação entre a Feira e o feirante, uma relação vital. De outro, os gestores buscando por meio da ideia de preservação, uma fonte de geração de renda para a cidade, a sua legitimação política em suas instituições, os seus interesses e as suas disputas pessoais. Ambos acionam os aspectos simbólicos da noção de *patrimônio* e conseqüentemente do lugar e fazem, da Feira da Praia Grande, o território do *patrimônio*.

No mapa proposto, percebo uma regularidade nos enunciados tratados pelos diversos agentes, quando os convidei a falar sobre *patrimônio*. O sistema sêmico acionado revela uma reverberação das noções oficiais nas diversas posições do espaço social.

Quando os feirantes falam em ter *uma Feira arrumada pra mode de receber o turista*, estão reproduzindo um discurso oficial do potencial turístico da Feira. Ao dizerem que *a Feira é o portal de entrada para as maravilhas da nossa região*, os feirantes reiteram a dimensão etnográfica descrita pelos gestores como base do pensamento preservacionista desde o início das atividades de preservação no Brasil, com o decreto-lei nº 25/1937 que regulamenta a fundação do SPHAN, até o decreto-lei nº 3.551/2000 que instaura a dimensão imaterial do *patrimônio* e suas formas de preservação.

A dimensão material do *patrimônio*, porém, a *arquitetura original*, revela a vocação comercial do lugar, o tempo próspero do intenso comércio marítimo e a presença da elite econômica da sociedade ludovicence naquele lugar. O *patrimônio* é o elo com o passado. *Patrimônio* é arquitetura, *patrimônio* é o lugar. *Patrimônio* é tradição para as instituições e seus gestores que atuam nesse espaço.

Mas nem só de representações positivas sobre o passado vive a Feira. Na década de 1970, o lugar é considerado sujo e decadente. A imagem da *sujeira* é trazida pelos gestores e feirantes para caracterizar o lugar. *Patrimônio* associado à falta de higiene e à doença.

Ao se falar em preservação, os gestores se preocupam com as condições físicas e de higiene na Feira para que o lugar esteja de acordo com sua vocação comercial, geradora de trabalho e renda. Para receber o turismo, os feirantes esperam os investimentos do *governo*. Por ser um lugar considerado Patrimônio da Humanidade, as intervenções no lugar são consideradas pelas leis como de interesse público. Por ser assim, os feirantes consideram sua responsabilidade sobre a manutenção do lugar compartilhada com as instituições de preservação patrimonial. Por ser um lugar comercial e gerar lucro aos feirantes, o Estado atribui a responsabilidade pela manutenção do espaço aos feirantes.

De forma diacrônica, construí sínteses a partir das diversas representações de gestores e feirantes como estratégia para entender os diversos significados das práticas e dos discursos sobre *patrimônio* na FPG.

Ao perceber quão imbricadas as representações sobre *patrimônio* se construíram nesta pesquisa, proponho agora analisar a forma como cheguei à síntese principal, na noção de **patrimônio-higienizador**.

Essa proposta caracteriza minha percepção sobre a forma assimétrica com que as representações se transformam em práticas na FPG. A recepção dos discursos oficiais sobre *patrimônio* pelos feirantes não caracteriza um fluxo unidirecional, mas resulta em uma série de ressemantizações sobre a ideia de *patrimônio*. Na tentativa de manter a sua posição naquele espaço social, os feirantes se apropriam dos dis-

cursos oficiais e os transformam em estratégias de sobrevivência. Por sua vez, imbuídos das noções oficiais de *patrimônio*, referenciadas na valorização simbólica do espaço – tradição, vocação, passado – as instituições se organizam para interferir no cotidiano e nas práticas locais em prol de um uso comercial para o lugar.

Para avançar em minhas reflexões, busco nos discursos sobre preservação patrimonial as chaves para melhor interpretar os resultados obtidos nesta pesquisa. A superintendente do IPHAN contou a seguinte história em seu depoimento:

Sempre quando eu vou conversar com alunos de 1º, 2º graus e até alunos de 3º grau, eu geralmente sempre inicio contando uma historinha de um grupo de técnicos da área de preservação que viajaram pra um Encontro pra falar sobre preservação, na Alemanha, numa cidadezinha da Baviera, ali na Floresta Negra, cidadezinha medieval, lindíssima. Quando eles chegaram lá, ficaram impressionados, porque a cidade parecia um presépio, um bibe-lô, uma “coisa”, né? E eles ficaram impressionados com aquilo, com o grau de preservação, tudo perfeito. E, então perguntaram pro Prefeito da cidade, qual legislação da cidade, que eles tinham. Que legislação é essa que mantinha a cidade naquelas condições de preservação. E o prefeito ficou: “Nossa! Lei? Lei, não existe aqui nenhuma. Aqui nenhum cidadão pensaria em descaracterizar sua memória e sua história”. Lá, eles se apropriaram realmente do seu patrimônio cultural. (SR-IPHAN, 2007).

Nas palavras da gestora, observo que a noção de *preservação* está associada aos elementos que se relacionam com o passado – a memória e a história – e que o alto grau de preservação está associada à ideia de *perfeição*. Reproduzir um passado idealizado e perfeito pode representar uma forma de preservação patrimonial. E a FPG está muito longe de ser um lugar perfeito para os turistas, conforme o laudo da comissão de fiscalização emitido pelo NG.

Quando a gestora fala em apropriação do seu *patrimônio cultural*, recorro a outra fala sua, na qual ela se refere ao processo de *educação patrimonial*:

O IPHAN, ele vem procurando, eu acho que qualquer trabalho, ele dentro dessa área de proteção, difusão, de promoção do patrimônio... eu acho que essa palavra promoção é chave, porque você só consegue proteger se for feito um amplo trabalho de promoção. Promoção, no sentido de educação. Você promover o patrimônio através da educação. Então, primeiro tem que ser sensibilizados, as pessoas têm que entender a importância daquele patrimônio pra sua identidade cultural. Se não houver essa compreensão, todo o trabalho dos órgãos de proteção perde o sentido. (SR-IPHAN, 2007).

A gestora posiciona a noção oficial dos órgãos de proteção como sendo mais importante do que as interpretações individuais. O discurso institucional impõe sua lógica ao determinar que um *bem* faça parte da *identidade cultural* de um povo.

Neste sentido, o processo de *educação patrimonial* vem sendo utilizado como instrumento de construção dessa identidade, a fim de legitimar as escolhas sintagmáticas do que deve ser preservado, na abordagem oficial.

No discurso de outro gestor, observo uma forma de se legitimar essas escolhas, a partir da noção de interpretação do *patrimônio*:

No fundo, no fundo, a questão do patrimônio é uma questão de interpretação. É a sociedade interpretar o que é patrimônio para ela, e por quê. E aí me parece que hoje em dia, o que caracteriza as nossas cidades, é que hoje a gente tem essa multiplicidade de apelos e produtos turísticos. Hoje a gente pode definir uma série de monumentos ou definir um espaço público, enfim, tirar algumas características da cidade e definir aquilo como patrimônio, e a partir dali, incentivar ou criar um sistema econômico, uma dinâmica econômica, que produza algum retorno, algum resultado. (C-FUMPH, 2007).

O que deve ser preservado, o que deve ser *patrimônio* é fruto de uma escolha. Desde a proposta de se constituir a identidade nacional com a criação do SPHAN, àquela de se definir nas cidades o que deve ser *patrimônio*, o que observo são iniciativas oficiais de se construir o que é *patrimônio*. Em um processo de ressemantização, os feirantes recebem esta “educação” e reelaboram o seu conteúdo para legitimar a sua posição no espaço social. Mais uma vez, observo as ideias sobre *patrimônio* como estratégia de resistência.

Na Feira da Praia Grande, quando se fala em *patrimônio*, são diversas as representações, como pude mapear nesta pesquisa. O que deve ser preservado e a forma como este processo deve ser conduzido fazem parte das políticas públicas do Estado. O processo de educação patrimonial corrobora para a construção desse imaginário sobre o *patrimônio*, influenciando as práticas na FPG. Os discursos oficiais, ainda que ressemantizados pelos feirantes, se impõem, parecendo que são *naturais*, como foi observado no item anterior sobre a noção de vocação turística da FPG.

Percebo que o processo de educação patrimonial emerge no contexto da FPG como o processo apontado por Durkheim (1978). As imagens do *patrimônio*, muitas vezes, parecem naturalizadas e assumidas individualmente como manifestações próprias de cada um. Podem, porém, ser frutos da existência do caráter coercitivo dos fatos sociais, explícitos ou indiretos.

Não posso deixar de lado a influência da educação na afirmação desse sentimento de identidade e suas representações, materializadas na forma de imagens, modos de agir, de fazer e pensar, que formam a tradição e o discurso sobre o *patrimônio* na FPG. Durkheim (1978, p. 87) aponta que “mesmo quando estão de acordo com os meus próprios sentimentos e lhes sinto interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva, pois não foram estabelecidos por mim, mas sim recebidos através da educação.” Essa “sensação”

de subjetividade reflete o quão um fenômeno social está enraizado na cultura.

Ao identificar a necessidade de se *conscientizar, educar, promover o patrimônio*, parece-me oportuno recorrer a Hobsbawm (1997), e à sua “invenção das tradições”. A imagem do *patrimônio* é alçada a símbolo de identidade, com funções bem determinadas: tornar-se um traço diacrítico de identificação da cidade de São Luís, perante a perspectiva do uso turístico da cidade, como fonte geradora de renda para o centro histórico. Como observo no discurso do coordenador da FUMPH, um elemento da cidade pode ser “eleito” como *patrimônio* e ser inserido em um sistema comercial, movido pelo negócio turístico.

5. Considerações finais

Identidade e interpretação: a desconstrução do patrimônio

“Às vezes penso que esse lugar vai deixar de existir.
Vai deixar de ser uma feira. Acho que essa coisa aqui não tem nada a ver
com patrimônio histórico. Tem que valorizar é o ser humano.
É o prédio ou o homem.”

Articulador político do PPG, 2007

Até aqui pude discutir a forma como a noção sobre *patrimônio* se constrói como um sistema sêmico. Agora, concluo esta pesquisa refletindo sobre os significados das diversas apreensões sobre o *patrimônio* na Feira da Praia Grande. Para isso, remeto-me ao mapa das representações sobre *patrimônio* (Figura 39) que apresentei no item anterior e retomo a noção de **patrimônio-higienizador**.

Durante as análises dos discursos de feirantes e gestores, pude perceber a preocupação em adequar a Feira à recepção dos turistas. Os resultados da ação de fiscalização do NG estão ligados a este objetivo, conforme o *Lauda da visita técnica da Comissão de Fiscalização na Feira da Praia Grande*.

Ao exporem aos feirantes o estado inadequado de higiene da Feira, os gestores mostram os caminhos de adequação do lugar para *receber o turismo*. Enfatizam o potencial gerador de renda do lugar e dizem que os feirantes devem se preparar para tal realidade. Utilizam-se do discurso da educação patrimonial para promover cursos e oferecer treinamento a fim de preparar a Feira para o uso turístico, em um processo de imposição de padrões culturais dominantes. O que os técnicos consideram como um ambiente insalubre, sem higiene e impróprio para o uso, é visto de forma inversa por um informante feirante, que considera a Feira, hoje, em pleno estado de uso: naquela época não tinha nem saúde, hoje é tanta vigilância sanitária, tem que tá tudo nos trinques, hoje é tudo limpinho, bonitinho, padronizado, os banheiros bem asseados, os pequeno restaurante, pra mode de receber o turismo, comidas típicas, tá melhor... (Feirante 1, 2007).

O informante compara o estado da Feira antes do PPG e a atual condição. O valor simbólico do *patrimônio* é convertido em capital econômico. E a FPG é convertida no *coração da Praia Grande, no portal de entrada para os turistas*.

Da decadência ao lugar privilegiado das ações do Estado, a FPG é alçada a um lugar estratégico para o negócio turístico. É “escolhida” como uma imagem que representa a cidade por meio da ideia de *patrimônio*. Ao ser indicada como ponto inicial das obras do PPG, isso se deu pela sua diversidade e permanência de uso, pelo potencial em

geração de renda e por ali ser um lugar representativo das práticas sociais que marcam a história do lugar.

A Feira é foco das ações do PPG e do NG e deve ser adequada ao padrão cultural imposto por estes mesmos órgãos. O antigo quintal da Casa das Tulhas agora é a porta principal da Praia Grande. O espaço interno, sujo e decadente ganha *status* de “fachada”, ponto principal de visibilidade, por se caracterizar pela presença das pessoas, característica principal para preservação do *centro histórico*, na visão do coordenador da FUMPH. A Feira da Praia Grande é uma das imagens do *patrimônio*.

Ainda que a dimensão material do *patrimônio*, a arquitetura – o *patrimônio de pedra e cal* – seja preponderante para a construção da noção de *patrimônio* no lugar, a dimensão imaterial, das práticas, dos saberes, foi contemplada no processo de preservação. Porém, o conceito de *patrimônio-higienizador* surge como contraponto ao discurso da gestão compartilhada e da educação patrimonial, que em suas bases ideológicas se afirmam como estratégias que contemplam os diversos pontos de vistas dos agentes sociais que dialogam nesta pesquisa.

As escolhas sobre o que deve ser tombado ou inventariado como *patrimônio* partem de políticas públicas que, no seu cerne, como foi visto no capítulo 3, propunham-se a construir a identidade nacional. No caso de São Luís, na fala de um informante, observo como uma instituição pensa a imagem do *patrimônio*:

Eu acho que nesses 25 anos muita coisa caminhou, mas ainda é pouco. Eu vejo que por mais que saia na imprensa, por mais que se divulgue, todas as campanhas políticas usam como mote um azulejo, um gradil, um sobrado, a imagem.

A imagem que vem de São Luis é a imagem do centro histórico, sempre. É o que nos identifica. Até porque o restante é absolutamente igual a tudo o que se vê por aí... Você não distinguiria, se você atravessar a ponte, você não distinguiria São Luis de qualquer outro bairro periférico? De qualquer outra cidade, o que nos identifica, nos individualiza, nos diferencia, é justamente este tipo de arquitetura, com essa escala humana que nós temos aqui no Centro Histórico. E isso as pessoas têm que entender. Esse é o nosso diferencial. As pessoas até compreendem, elas se apropriam dessa imagem, mas, na hora... o que falta é o sentido de cidadania. É você sair do individual e partir pro social. (SR-IPHAN, 2007).

Quando a Feira é retirada do seu contexto de um lugar de comércio e alçada a um dos símbolos do *centro histórico*, parece-me que a dimensão imaterial do *patrimônio* começa a se fazer presente nas práticas de preservação patrimonial. No processo de construção da *imagem do centro histórico* e, de forma mais ampla, a de identidade nacional, as escolhas sobre o que deve ser *patrimônio* estão ligadas ao processo descrito por Freyre (2006b) como imposição de padrões culturais. Ao dizer que “as massas” precisam entender o que é *patrimônio*, o primeiro presidente do IPHAN, Rodrigo de Melo Franco

de Andrade, inaugura o pensamento preservacionista no Brasil. A reprodução deste discurso encontrou eco em diversos depoimentos sobre *educação patrimonial* nesta pesquisa.

O conceito de *patrimônio-higienizador* objetiva descrever este processo civilizatório da construção da identidade local a partir da destinação da Feira ao uso turístico. O quintal da Casa da Tulhas, a Feira, o interior, a senzala, o mucambo, precisa ser *higienizado* para transformar-se no *portal de entrada*. A *força-tarefa* da comissão de Fiscalização entrou como um batalhão higienizador pronto para impor, por meio do poder simbólico do Estado, um ponto de vista dominante sobre as condições necessárias à FPG para receber o turista.

A Feira, lugar de trocas simbólicas e econômicas, representa a convivência das desigualdades sociais. Freyre (2006a, 2006b) nos aponta que estes espaços de comunicação permitiram um processo de atenuação das diferenças entre as classes.

Com este processo de atenuação de antagonismos, não só os ícones das classes mais abastadas são convertidos em símbolos nacionais ou locais, mas também as manifestações culturais dos grupos sociais menos favorecidos são assimiladas pela sociedade brasileira. Estes signos que eram marcadores da diferença são reelaborados e passam a ser signos da igualdade e da homogeneidade que caracterizam a nação brasileira. Peter Fry aponta, com uma citação de Eunice Durham, que essas

diferenças culturais aparecem, não como uma simples expressão de particularidades do modo de vida, mas como manifestações de oposição ou aceitações que implicam um constante reposicionamento dos grupos sociais na dinâmica das relações de classe”. (DURHAM *apud* FRY, 1987, p.48).

Assim, a exemplo da feijoada de Fry, o acarajé, o samba-de-roda, o jongo, o tambor de crioula são retirados de seu contexto marginal, deixam de ser perigosos e poluidores e são integrados ao imaginário cultural brasileiro, por meio da noção de *patrimônio imaterial*. Uma nova dicotomia surge: o *material* e o *imaterial*. A aparente diversidade contemplada pelas práticas de preservação patrimonial indica, na verdade, um imbricado sistema de valoração e hierarquização ao que deve constituir o *patrimônio*.

Quando estes elementos de resistência dos grupos que se encontram em posições desfavorecidas no espaço social são alçados a signos de identidade, pode-se fazer referência ao conceito de *semióforo* que Marilena Chauí explica (2000) como algo que é retirado do circuito do uso cotidiano porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico. Um *semióforo* é também posse e propriedade daqueles que detém o poder, para produzir e conservar um sistema de crenças ou instituições que lhes permite dominar um meio social.

Os itens culturais são transformados em símbolos nacionais pelo processo de alienação que o “estado-nacional” forja, enquan-

to instituição reguladora dos cidadãos, utilizando seus mecanismos legais e ideológicos. A ação coercitiva das instituições leva a pensar a identidade como um fenômeno social. Se partir por este caminho, posso tomar a ideia de identidade nacional como um grupo de fenômenos partilhados pela coletividade dos indivíduos que formam a nação. “Estamos pois em presença de modos de agir, de pensar e de sentir que apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais” (DURKHEIM, 1978, p.88).

Na década de setenta, o município volta a atuar nesta questão preservacionista, baixando um decreto que incentiva as pessoas a colocarem azulejos nas fachadas e é entendendo Patrimônio como uma questão de identidade mesmo, e querendo reforçar esta identidade. E reforçar esta identidade com a colocação de azulejos nas fachadas. (C-FUMPH, 2007).

Tudo é um processo! E você nunca pode parar de trabalhar naquele objetivo. Então é, a questão da conscientização, ela não pode parar nunca. Tem que tá o tempo todo trabalhando, alimentando, fazendo campanha, divulgando, promovendo, porque assim, as pessoas tão nascendo, então é obrigado a passar a informação pra geração que tá vindo. Você é obrigado a passar a informação pra geração adulta, né? Esse trabalho não pode parar nunca.” (SR-IPHAN, 2007).

Os símbolos nacionais fazem parte desse grupo de fenômenos e, como observei anteriormente, foram se afirmando em um processo de

assimilação e constante reposicionamento dos grupos que formam a nação brasileira. Estes símbolos forjaram-se em um imaginário como sendo frutos de um discurso pretendido como nacional, de caráter oficial e, portanto, imbuído de uma noção de igualdade e homogeneidade.

Como ressaltai anteriormente, para os feirantes, as ressemantizações que propõem a cada vez que são cobrados sobre a manutenção da Feira, por exemplo, são os códigos que constroem para se legitimar no espaço. Mais do que um signo de identidade, **patrimônio é uma estratégia de sobrevivência**. Falar sobre *patrimônio*, pensar o *patrimônio* é compartilhar do discurso oficial, reconstruí-lo e manter-se no espaço de negociações. Segundo Raffestin (1993, p. 142), “os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo”. A cada nova representação sobre *patrimônio*, uma nova fronteira simbólica se constrói, uma nova disputa se materializa. A pluralidade de noções e diversidade de formas como os agentes se relacionam com esse espaço demonstram como ele se constrói para cada um deles.

Eu não conheço outras feiras, nunca fui no Rio de Janeiro ou São Paulo, nem outro lugar do mundo. Eu não vivo lá, onde eu vivo é aqui, então a melhor feira pra mim é essa aqui, entendeu? (Feirante 5, 2007).

Na fala do feirante, há um caminho de interpretação sobre como ele se relaciona com o espaço. O jogo entre o que dizem e o que fazem, entre o que podem “aceitar” do *governo*, ou pelo que brigam, *botando o pé na parede*, são as formas que os feirantes encontram para

manter o seu lugar no espaço da Feira – o lugar onde vivem. É nas disputas – declaradas ou veladas – mantidas com os órgãos de preservação patrimonial que os feirantes reconstróem as suas representações sobre o *patrimônio* e se legitimam no lugar.

Referencio-me, finalmente, em Eric Wolf e em seu ensaio *Virgem de Guadalupe: um símbolo nacional mexicano*. Trabalhar com a categoria de representação coletiva, implica considerar a diversidade e a heterogeneidade. A homogeneidade de uma imagem, enfatizada e construída pela imagem de identidade nacional não contempla a representatividade de uma nação.

Se nossa análise corresponde à realidade, os membros de uma nação caracterizam-se menos por traços psicológicos ou culturais comuns, do que por seu envolvimento diferenciado em certas relações históricas e funcionais, pertinentes à ecologia, à estrutura social e à aculturação. Essas relações estão culturalmente moldadas e representadas por meio de símbolos. Estes símbolos podem fundar-se sobre certas normas ideais de relações entre pessoas ou podem ser “pantomimas simbólicas” de tais relações. O desenvolvimento desses símbolos e a sua influência real sobre as relações, na medida em que representam melhor o padrão cultural de um grupo do que de outro, são problemas que só podem ser solucionados mediante a análise das relações reais. (WOLF, 2003, p.214).

No discurso oficial, na vocação comercial, na necessidade de se ter uma Feira adequada ao fluxo turístico, na ideia de se ter o *patri-*

mônio como imagem da cidade de São Luís, os feirantes constroem a sua identidade com a Feira. Apropriam-se do espaço e fazem dele seu território. Por sob as imagens do *patrimônio*, sob esta aparente homogeneidade proposta pelo processo de divulgação e promoção do *patrimônio*, há um **caráter de resistência**.

Os feirantes se apropriam de suas raízes na Feira, mantêm, valorizam e reinventam suas práticas cotidianas, suas tradições, porque sabem que isso é que faz a Feira ter valor para os gestores. O seu tambor, a sua boemia, as suas iguarias são *patrimônio*! Esse equilíbrio entre o processo civilizador de adequar a Feira ao turismo e a manutenção das características do uso da Feira pelos feirantes e pelas pessoas que frequentam a Feira é o que faz desse espaço um lugar privilegiado para as disputas sobre o que é *patrimônio*. É o que faz da Feira o lugar de cada um dos informantes desta pesquisa, sejam eles feirantes ou gestores. Um lugar de cada um no território do *patrimônio*.

6. Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: IPES, 1983.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio**: uso comum e conflito”. In: **Cadernos do NAEA**, nº 10. Belém, 1989.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. Subjetividade e ciências sociais: reflexões em torno do conceito de representações e seus impasses. In: VAITSMAN, Jeni e GIRARDI, Sábado (orgs). **A ciência e seus impasses. Debates e Tendências em filosofia, ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC-SPHAN-Fundação Nacional Pró-memória, 1987.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **A implementação do PPRCHSL**. 12p. Capítulo seis da Dissertação de Mestrado. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **Poéticas do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís: Estações em movimento, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Guia das cidades brasileiras: patrimônio mundial**. José Antônio Viana Lopes (org). Brasília: OCBPM, 2007.

BRASIL. **Novo Código Civil: exposição de motivos e texto sancionado**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/De10025.htm. Acesso em: 17 mai. 2007.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

COSTA, Wagner Cabral da. **Ruínas verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais**. Revista Cadernos de Pesquisa. São Luís: UFMA, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FERRETI, Sérgio. **Religiosidade popular no Tambor de crioula**. Comissão Maranhense de Folclore. Boletim on-line. Disponível em <http://www.cmfolclore.ufma.br/Httmls/Boletim%2003.htm>, em 28/12/2007. n° 3, agosto de 1995.

FONSECA, Maria Cecília L. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

_____. **Discurso de posse**: o patrimônio histórico na sociedade contemporânea. *In*: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 428, Rio de Janeiro: IHGB, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2006.

FRY, Peter. **Feijoada e “soul food”**: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. *In*: Para inglês ver. *Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. *In*: Abreu, R. e CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**. Brasília: MinC, 2000.

_____/ Ministério da Cultura. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000.

LOPES, José Antônio Viana. **Urbanismo e preservação em São Luís**: A Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município. In: Ciências Humanas em Revista, vol.3, n. 1. São Luís, 2005.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1976.

MARANHÃO. **Relatório anual do Projeto Praia Grande**. São Luís: Estado do Maranhão / Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1981.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

NORONHA, Raquel Gomes. **Memória estética e atualização funcional**: as representações da visualidade da Rua Grande. In: MARQUES, Francisca Ester de Sá (org.). **Jornalismo cultural: da memória ao conhecimento**. São Luís: UFMA, 2005.

ORTIZ, Renato. Durkheim: um percurso sociológico. In DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de Índio - identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: Edufma, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

REIS, José Ribamar Sousa dos. **Praia Grande, cenários: histórico, turísticos e sentimentais**. São Luís: Litograf, 2002.

_____. **Feira da Praia Grande**. São Luís: mimeografado, 2004.

SÃO LUÍS. **Laudo da visita técnica da Comissão de Fiscalização**. São Luís: Núcleo Gestor do Centro Histórico, 2007.

SÃO LUÍS. **Decreto de lei nº 29.874**. Altera o decreto nº 25.441 de 15 de agosto de 2003, que dispõe sobre a instalação do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São Luís, 13 de março de 2007.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação sumária das cousas do Maranhão**: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal. 8ª ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SOUZA FILHO, Benedito. **Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Pará. Belém, 1998.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão 1612-1895**. Vol. 2. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Orgs: Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

Outras obras consultadas

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica**. In: Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CAVALCANTI, Lauro (org). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.

DURKHEIM, **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

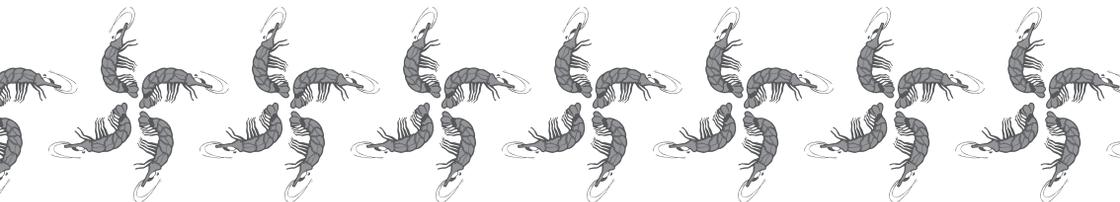
FERRETI, Sérgio (org). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís: UFMA-PROIN-CS, 2000.

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ITC, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: MERLLIÉ, Dominique *et al.* Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LIGHT, Margot. **Nacionalismo e identidade na antiga União Soviética**. In: HELLER, Agnes (*et alli*). A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002.
- MARTINS, Ananias. **Fundamentos do patrimônio cultural**. São Luís: SanLuiz, 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **De Mauss a Claude Lévi-Strauss**. In: Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MORAES, Eduardo Jardim. **Limites do moderno: o pensamento estético de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Relime-Dumará, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SÃO LUÍS. **Decreto de lei nº 25.300**. Regulamenta os artigos 398 a 409 da lei delegada nº 033/76 (código de obras) e os artigos 156 a 164 da lei nº 1790/68 (código de posturas do município) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, São Luís, 26 de maio de 2003.

SOUZA, Paulo Melo (textos). **Rua Grande**: um passeio histórico no tempo. Prefeitura Municipal de São Luís / Secretaria Municipal de Urbanismo. São Paulo: Pancrom, 1992.



Fontes

Book Antiqua e Leander

Projeto gráfico

Ladrilho design

Fotografia da capa (encarte)

Albani Ramos

Ilustrações

Iconografias do Maranhão

Revisão

Rosângela Gomes

Papéis

Duodesign 250g, couché mate 115g e superbond 75g

Impressão

Halley S/A